

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

EM CONVÊNIO COM A

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE

MESTRADO EM GEOGRAFIA

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO:

DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO

TERRITORIALIZAÇÃO E REFUNCIONALIZAÇÃO DA VILA MANAUS (CRICIÚMA – SC)

MÁRIO RICARDO GUADAGNIN

Orientador:

Prof. Dr. Luiz Fernando Scheibe

Dissertação desenvolvida como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

Criciúma – SC, setembro de 2001.

“Falar sobre o espaço é muito pouco se não buscamos defini-lo à luz da história concreta.”

Milton Santos, in “ Metamorfose do Espaço Habitado” (1997, p. 10)

AGRADECIMENTOS

- À Miriam Sara e ao Lucas, mais do que esposa e filho, companheiros nesta árdua jornada, pela paciência, estímulo e compreensão dos momentos em que estive ausente, afastado do convívio familiar;
- Aos meus pais, Santo Mansueto (in memoriam) e Clarinda, irmãos e irmã, que juntos e em cada uma das suas especificidades ensinaram-me a enfrentar a vida e que me fizeram estar aqui hoje;
- À Dona Ana, "vó Naná", pelo apoio afetivo e pelo amparo dedicado a nossa família, em especial a sua filha e neto, Miriam Sara e Lucas;
- À Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC, que estimulou minha participação no Mestrado, por adotar uma política de qualificação do ensino superior, com ênfase para a pesquisa e a produção científica, em especial ao Guilherme, a Rose Reynaud e a Janine;
- Ao Leonardo, Fabiano, Nolla, à Leila e à Ana Cláudia, do IPAT/UNESC, pela solidariedade acadêmica na elaboração dos mapas, figuras e apresentação;
- Às Professoras e aos Professores do Mestrado em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, com o reconhecimento pela consistência e profundidade na análise de temas atuais e relevantes;
- Aos alunos das disciplinas de Geografia Humana Agrária, Metodologia Científica e da Pesquisa I e II, Proteção ao Meio Ambiente e Cidadania, da UNESC, e de Administração Aplicada ao Meio Ambiente da Universidade Luterana do Brasil - ULBRA, pelas contribuições no processo de reflexão sobre os fenômenos pesquisados;
- Aos moradores do bairro Vila Manaus, Criciúma, SC, que, com sua disponibilidade possibilitaram essas reflexões e me fazem acreditar que é possível executar ações simples, mas eficazes na prática cotidiana, confrontando a realidade e acreditando nas lutas por um futuro com qualidade de vida.
- Ao Professor Doutor Luiz Fernando Scheibe, incansável pesquisador, pela fundamental orientação na concepção teórica e metodológica, pela competência profissional e pela paciência e amizade, pelas correções dos erros e incentivo nos acertos dos rumos desta pesquisa.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	III
SUMÁRIO.....	IV
LISTA DE FIGURAS.....	VII
LISTA DE MAPAS.....	IX
LISTA DE TABELAS.....	IX
LISTA DE SIGLAS.....	X
RESUMO.....	XI
ABSTRACT.....	XII
1. INTRODUÇÃO.....	13
1.1 AMBIENTE DO ESTUDO E MOTIVAÇÃO	13
1.1.1 A criação dos mapas de uso do solo da Vila Manaus.....	18
1.1.2 As transformações do espaço e a construção dos territórios.....	19
1.1.3 Evolução espaço-temporal: uso e ocupação solo na Vila Manaus.....	20
1.2 OPERACIONALIZAÇÃO DA PESQUISA.....	29
1.3 OBJETIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS.....	30
1.4 ESTRUTURAÇÃO DO TEXTO.....	31
2. REFERENCIAL TEÓRICO E ATIVIDADES EXPLORATÓRIAS.....	33
2.1 ACEPÇÃO – CONCEPÇÃO: UMA REVISITA ÀS ORIGENS, DE QUE TERRITÓRIO TERRITORIALIZAMOS?.....	33
2.1.1 Território e Espaço.....	36
2.1.2 Análise das territorialidades mediante a apreensão das relações ocorridas na Vila Manaus, recolocadas no contexto sócio-histórico e espaço temporal.....	39
2.1.3 Do território à territorialidade e identidade e destes à desterritorialidade e refuncionalização.....	41
2.1.4 O movimento regulador: o caminho do pleno exercício do poder no território construído à autonomia.....	43
2.2 MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS.....	46
2.2.1 Movimentos Sociais Urbanos no território Brasil: aspectos, características e articulações.....	46
2.2.2 O papel da Igreja Católica nos movimentos sociais urbanos.....	48
2.2.3 Metodologia da <i>práxis</i> transformadora da Teologia da Libertação: o método “ver, julgar e agir”.....	52
2.2.4 Comunidades Eclesiais de Base.....	54

2.3 OS MOVIMENTOS SOCIAIS NA DÉCADA DE 80: NOVOS ATORES, NECESSIDADES, PALCOS E TERRITÓRIOS DE AÇÃO.....	54
2.3.1 Territórios e reterritórios dos “antigos” e “novos” movimentos sociais.....	55
2.3.2 Pontos em comum na tessitura dos movimentos sociais urbanos.....	57
2.3.3 O ambientalismo: elemento catalisador da busca de uma melhor qualidade de vida...59	
2.3.4 A resignificação de mundo: a nova relação homem-ambiente.....	63
2.4 COMUNIDADE.....	67
2.5 DO REFERENCIAL TEÓRICO PARA A PESQUISA EMPÍRICA.....	68
3. DO DELINEAMENTO DA PESQUISA À TERRITORIALIZAÇÃO DO BAIRRO VILA MANAUS.....	70
3.1 DELIMITAÇÃO DA PROBLEMÁTICA.....	70
3.2 DELIMITANDO O CAMPO DE OBSERVAÇÃO.....	71
3.3 TERRITORIALIZAÇÃO DO BAIRRO VILA MANAUS.....	72
3.3.1 Funcionalização do espaço: a gênese da “Cidade dos Mineiros”	72
3.3.2 Origem da Escola Marçílio Dias de San Thiago.....	78
3.4 DESTERRITORIALIZAÇÃO DA MINERAÇÃO - RETERRORIZAÇÃO DO ESPAÇO: FORMATAÇÃO DO 1º DISTRITO INDUSTRIAL.....	81
3.4.1 Os Incentivos Fiscais.....	84
3.4.2 Distrito Industrial da Cidade dos Mineiros.....	85
3.5 CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE: A GÊNESE DO TERRITÓRIO VILA MANAUS.....	87
4. A REFUNCIONALIZAÇÃO DA VILA MANAUS E OS MOVIMENTOS SOCIAIS POPULARES.....	92
4.1 A GÊNESE DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES EM CRICIÚMA.....	92
4.2 OS MOVIMENTOS SOCIAIS E A CIDADE DE CONFLITOS.....	96
4.3 MOVIMENTOS POPULARES E A CONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO DA VILA MANAUS: “NOVOS ATORES” = “NOVOS TERRITÓRIOS”.....	98
4.3.1 Criciúma: cidade refúgio dos conflitos. Luminosidade e opacidade sobre o território da Vila Manaus.....	98
4.3.2 Caracterização das moradias.....	99
4.3.3 Exclusão social: o território dos esmoleiros.....	101
4.4 TERRITÓRIO DA SOCIEDADE AMIGOS DO BAIRRO VILA MANAUS – SABVM....	102
4.5 AS LUTAS: CONQUISTAS E DERROTAS.....	109
4.5.1 Visita a Prefeitura: uma batalha no campo de disputas.....	110

4.5.2 A batalha pela água: a luta pela Vida.....	112
4.5.3 Da arte da conquista, ou como ocupar e construir um território.....	113
4.5.4 Estratégias de comunicação: ou da arte de convencer e conquistar.....	114
4.5.5 Os representantes de área e de rua.....	117
4.5.6 As disputas eleitorais: clientelismo, populismo e siglismo ou da arte de garantir e proteger trincheiras conquistadas?.....	117
4.5.7 Das Batalhas populares às disputas políticas.....	121
4.5.8 Autonomia versus dependência: atrelamento e cooptação.....	123
4.5.9 O palco da ação política: teatro e encenação, atores e papéis.....	129
4.5.10 Rupturas e cisões na SABVM: da cooptação de lideranças e "domesticação" do movimento à "politofobia".....	132
4.5.11 Ambiente e Saúde Coletiva: o papel da comissão de saúde da SABVM: o canal, o lixo.....	134
5. O TERRITÓRIO DO PROJETO NOSSA RUA.....	141
5.1 QUAL A ORIGEM DO PROJETO NOSSA RUA?.....	143
5.1.1 Procedimentos iniciais.....	144
5.1.2 O palco e os atores sociais do “projeto Vila Manaus”.....	145
5.2 A HISTÓRIA CONTADA POR QUEM AJUDOU A FAZÊ-LA.....	146
5.3 A PASSAGEM DO PROJETO VILA MANAUS PARA PROJETO NOSSA RUA.....	153
5.3.1 Coleta seletiva de lixo: reciclagem.....	154
5.3.2 União e Integração dos moradores das ruas.....	157
5.3.3 Arborização.....	157
5.3.4 Expectativas anseios e esperanças dos atores sociais.....	160
5.3.5 Um exemplo Universal da História na periferia da Cidade.....	161
5.4 DO CONTRATO NATURAL: O TERRITÓRIO DA GESTÃO AMBIENTAL PARTICIPATIVA DO PROJETO NOSSA RUA.....	162
6. RETORNANDO AO PONTO DE PARTIDA: UMA APROXIMAÇÃO DOS TERRITÓRIOS E RETERRITÓRIOS DA VILA MANAUS.....	167
BIBLIOGRAFIA.....	175

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Espaço atualmente ocupado pela Vila Manaus no contexto de 1956.....	22
FIGURA 2: Espaço atualmente ocupado pela Vila Manaus no contexto de 1978.....	24
FIGURA 3: Espaço atualmente ocupado pela Vila Manaus no contexto de 1996.....	26
FIGURA 4: Evolução da ocupação do espaço com diferentes categorias de usos do solo (1956, 1978, 1996) no território da Vila Manaus, Criciúma – SC.....	28
FIGURA 5: As etapas do procedimento.....	32
FIGURA 6: Projeto residencial para os trabalhadores da indústria carbonífera.....	75
FIGURA 7: Vista Panorâmica do Distrito Industrial da Cidade Mineira, salientando a Escola Marcílio Dias de San Thiago, Serraria e Pavilhão da Milano - década de 70.....	80
FIGURA 8: Vista Panorâmica do Bairro Vila Manaus, salientando a Escola Marcílio Dias de San Thiago, Serraria e Pavilhão da Milano em 2000.....	80
FIGURA 9: Vista Aérea do Distrito Industrial da Cidade Mineira.....	86
FIGURA 10: Vista Aérea do Distrito Industrial da Cidade Mineira e da Escola Marcílio Dias de San Thiago.....	86
FIGURA 11: Representação cartográfica de ruas e pontos de referência da ocupação do território do Bairro Vila Manaus, Criciúma, SC, em 1980.....	88
FIGURA 12: Origem dos moradores da Vila Manaus – Criciúma, SC.....	90
FIGURA 13: Moradias construídas próximas ao córrego afluente do Rio Sangão, sobre rejeitos piritosos.....	99
FIGURA 14: Moradias construídas próximas ao córrego afluente do Rio Sangão, sobre rejeitos piritosos.....	100
FIGURA 15: Moradias construídas próximas ao córrego afluente do Rio Sangão, sobre rejeitos piritosos.....	100
FIGURA 16: Convite para formação da Diretoria Provisória da SABVM.....	103
FIGURA 17: Extrato do Estatuto da Sociedade Amigos do Bairro Vila Manaus.....	104
FIGURA 18: Componentes da primeira diretoria da Sociedade Amigos do Bairro Vila Manaus.....	104
FIGURA 19: Comissão pede água para Vila Manaus.....	105
FIGURA 20: Panfleto informativo distribuído entre os moradores do Bairro Vila Manaus..	107
FIGURA 21: Mataram mais uma criança. O Alerta nº 5.....	112
FIGURA 22: Capas do Jornal “O Alerta” da SABVM.....	116
FIGURA 23: Construção do Centro de Saúde da Vila Manaus.....	120
FIGURA 24: Construção do Centro de Saúde da Vila Manaus.....	120
FIGURA 25: Nascimento do PT em Santa Catarina.....	121

FIGURA 26: Córrego afluente do rio Sangão que fazia travessia da Vila Manaus.....	134
FIGURA 27: Córrego afluente do rio Sangão que fazia travessia da Vila Manaus.....	135
FIGURA 28: Capa do panfleto da Comissão de Saúde chamando a atenção para os problemas ocasionados pela disposição inadequada de lixo em terrenos baldios.....	136
FIGURA 29: Início das obras de construção da canalização do córrego afluente do Rio Sangão.....	137
FIGURA 30: Canal celular da Vila Manaus. Canalização do córrego afluente do Rio Sangão no ano de 1995.....	138
FIGURA 31: Canal celular da Vila Manaus. Canalização do córrego afluente do Rio Sangão no ano de 1995.....	138
FIGURA 32: Canal celular da Vila Manaus, obra concluída em 1997.....	139
FIGURA 33: Canal celular da Vila Manaus, situação atual, (Nov. 2000), do espaço denominado “Manaus de baixo”.....	139
FIGURA 34: Parte do panfleto com orientações sobre os problemas originados pela deposição inadequada de lixo em terrenos baldios.....	140
FIGURA 35: 1ª Reunião do planejamento participativo do Projeto Nossa RUA.....	147
FIGURA 36: 2ª Reunião do planejamento participativo do Projeto Nossa RUA.....	147
FIGURA 37: Capa do folder do Projeto Nossa RUA com informações sobre separação de materiais recicláveis.....	149
FIGURA 38: Parte interna do folder do Projeto Nossa RUA com informações sobre separação de materiais recicláveis.....	150
FIGURA 39: Panfleto do Projeto Nossa RUA sobre plantio de árvores.....	152
FIGURA 40: Coleta seletiva de material reciclável. Projeto Nossa RUA.....	155
FIGURA 41: Placa de identificação dos moradores que participam da coleta seletiva de material reciclável.....	155
FIGURA 42: Caminhão utilizado na coleta seletiva e material reciclável.....	156
FIGURA 43: Caminhão utilizado na coleta seletiva e material reciclável.....	156
FIGURA 44: Panfleto do Projeto Nossa RUA. Convite aos moradores para participar de atividades de união e integração do bairro Vila Manaus.....	158
FIGURA 45: Lançamento da campanha de arborização do Projeto Nossa RUA.....	159
FIGURA 46: Vista da praça da Vila Manaus.....	172
FIGURA 47: Vista geral da Vila Manaus.....	172
FIGURA 48: Vista da Avenida Catarinense.....	173
FIGURA 49: Vista da Avenida Monte Negro.....	173
FIGURA 50: A construção da cidadania contínua.....	174

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Localização da Vila Manaus, em Criciúma - SC.....	15
Mapa 2: Localização dos Bairros e Localidades de Criciúma - SC.....	16
Mapa 3: Ocupação do Sub-solo pelas Carboníferas no Município de Criciúma - SC.....	17
Mapa 4: Uso do solo - 1956.....	23
Mapa 5: Uso do solo - 1978.....	25
Mapa 6: Uso do solo - 1996.....	27

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Evolução das categorias de uso do solo do bairro Vila Manaus, Criciúma – SC, 1956 – 1978 – 1996.....	28
Tabela 2: Naturalidade dos requerentes para escrituras de lotes do bairro Vila Manaus, Criciúma-SC. Maio de 1994.....	89

LISTA DE SIGLAS

A. M.s	Associações de Moradores
ANAMPOS	Associação Nacional dos Movimentos Populares
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
BNH	Banco Nacional da Habitação
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CELAM	Conferência Episcopal Latino-Americana
CEPCAN	Comissão Executiva do Plano do Carvão Nacional
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
COHAB/SC	Companhia Estadual de Habitação de Santa Catarina
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DNPM	Departamento Nacional de Produção Mineral
GPS's	Sistema de Posicionamento Global
IPAT	Instituto de Pesquisas Ambientais e Tecnológicas
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
JICA	Japanese International Cooperation Agency
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
PDS	Partido Democrático Social
PJ	Pastoral da Juventude
PO	Pastoral Operária
PT	Partido dos Trabalhadores
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
SACs	Sociedades de Amigos da Cidade
SABs	Sociedades dos Amigos de Bairros
SABVM	Sociedade Amigos do Bairro Vila Manaus
UDN	União Democrática Nacional
ULBRA	Universidade Luterana do Brasil
UNESC	Universidade do Extremo Sul Catarinense
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina

RESUMO

Esta pesquisa analisa os processos de territorialização e de refuncionalização do bairro denominado Vila Manaus, localizado no município de Criciúma – SC, apontando e classificando os fatores sócio-políticos determinantes da ocupação atual daquele espaço geográfico. Retrata-se a ocorrência de diferentes superposições territoriais em ordem temporal e espacial no bairro, examinando-se os diferentes conflitos pelo uso do mesmo espaço urbano, de sua gênese, no início da década de 1950/60, aos dias atuais. A forma como as relações sociais se desenvolveram e a influência das mesmas no processo territorial é examinada a partir da pesquisa das formas de articulação utilizadas pelos moradores e pelos demais atores sociais vinculados ao bairro, na busca do atendimento das necessidades coletivas públicas.

O referencial teórico compreende a revisão dos conceitos de territorialização, refuncionalização, comunidade, gestão ambiental, formação de associações de bairros e movimentos populares. A coleta de dados foi procedida através de pesquisa documental, de participação em atividades comunitárias e da realização de entrevistas semi-estruturadas.

A análise das informações coletadas evidencia que no processo inicial de territorialização predominaram relações clientelistas, conduzidas pelos detentores do poder político no âmbito municipal, através da doação de lotes aos primeiros moradores em época eleitoral, e da interferência na composição da diretoria da Associação de Moradores. Os movimentos dos moradores provocaram transformações, refuncionalizações e reterritorializações no bairro, afirmando a independência destes face ao poder municipal e criando um espaço próprio e autônomo de gestão participativa do bairro, particularmente no que concerne à gestão ambiental.

Adotando a premissa de que o reconhecimento do processo territorial não consiste apenas no exame da relação entre a sociedade e o espaço, mas abrange também a análise da relação entre os membros dessa sociedade, concluiu-se, nos limites geográficos e temporais da pesquisa, que os processos de territorialização e de refuncionalização do bairro foram influenciados pelo tipo de atividade econômico-social dos moradores e pelas transformações sócio-políticas verificadas no país, no período abrangido pelo estudo: 1950/2000.

ABSTRACT

This research analyses the processes of territorialization and refunctionality of Vila Manaus suburb in the city of Criciúma (SC). It demonstrates and classifies the determinant socio-political factors of the occupation of that geographic area in the present time. It also shows the occurrence of different territorial superpositions in time and space order, examining different conflicts caused by the occupation of the same urban space from its genesis — in the beginning of the 50s or 60s — till nowadays. The way the social relationships were developed and their influence on the territorial process are examined from the survey of the ways of articulation used by dwellers and other social actors related to the suburb, in order to answer collective public needs.

The theoretical background is a revision of the concepts of territorialization, refunctionality, community, environmental management, formation of suburbs associations, and popular movements. Data were collected through documental survey, semistructured interviews, and participation in community activities.

The analysis of data demonstrates that in the beginning of the process of territorialization the relations in which the ones who had the political municipal power donated parcels of ground to the first dwellers during election time prevailed, and they also interfered with the composition of the directory of Association of Dwellers. This kind of relationship is called *relação clientelista*. The spontaneous movements of dwellers incited changes, refunctionality and reterritorializations in the suburb, affirming the independence of dwellers from the municipal power, and creating a self-governed space of participative management of the suburb, particularly concerning the environmental management.

Adopting the premise that the recognition of the territorial processes is not just the analysis of the relationships between society and space, but also the analysis of the relationships between the members of this society, we concluded — considering the geographic and temporal limits of this research — that the processes of territorialization and refunctionality of Vila Manaus suburb were influenced by the sort of socio-economic activities of the dwellers, and by socio-political changes perceived in the country in the period covered by this study: 1950/2000.

INTRODUÇÃO

Este texto relata um processo de investigação científica, no âmbito do Mestrado em Geografia, com ênfase em Desenvolvimento Regional e Urbano, desenvolvido pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC em convênio com a Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC. Buscou-se “conceber e pôr em prática um dispositivo para a elucidação do real” (QUIVY & CAMPENHOUDT, 1998, p. 15), com o intuito de avaliar e classificar os fatores que mais influenciaram os processos de territorialização e refuncionalização do bairro denominado Vila Manaus, localizado em Criciúma – SC.

O substrato teórico, metodológico e empírico foi compilado e produzido para solucionar a questão central da pesquisa, destacada a seguir: *Quais foram os fatores sócio-políticos que influenciaram na territorialização e na refuncionalização do bairro denominado Vila Manaus, em Criciúma – SC?*

1.2 AMBIENTE DO ESTUDO E MOTIVAÇÃO

A área hoje ocupada pela Vila Manaus tem uma história complexa, com diversas etapas de territorialização e refuncionalização, a partir da década de 50, quando era utilizada pelas empresas carboníferas como área de mineração de carvão e de depósito de rejeitos, até a formação do bairro Vila Manaus com a delimitação atual.

O espaço geográfico escolhido para a verificação empírica do referencial teórico pertinente, o bairro Vila Manaus, em Criciúma – SC, no período de 1950 – 2000, foi lugar de rejeitos da mineração do carvão. Com a aquisição da área por companhias carboníferas mineradoras foi projetado o bairro residencial, a “Cidade dos Mineiros”, que foi executado apenas parcialmente.

Abandonado e rejeitado o projeto de bairro residencial, o espaço urbano passou por um processo de revalorização e refuncionalização ao ser doado pelas mineradoras ao Poder Público Municipal, para a instalação do primeiro Distrito Industrial de Criciúma, entre 1974 - 1978.

No final da década de 1970 e início da década de 1980 ocorreu um processo de refuncionalização, através da ocupação territorial para fins residenciais que ensejou a formação do bairro, com diversos conflitos entre o poder público e os ocupantes.

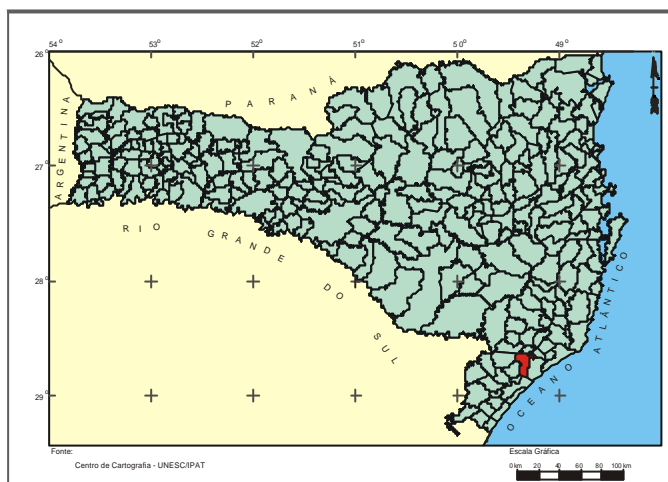
Em meados da década de 1990, os moradores, após várias lutas e batalhas que resultaram em conquistas de infra-estruturas básicas e regularização do loteamento, desenvolveram em conjunto com a Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC) um projeto de gestão ambiental - territorial no Bairro Vila Manaus, o “Projeto Nossa RUA”.

O Mapa 1 apresenta a localização do município de Criciúma no Estado de Santa Catarina e as delimitações do bairro Vila Manaus, objeto deste estudo, em relação à área urbana.

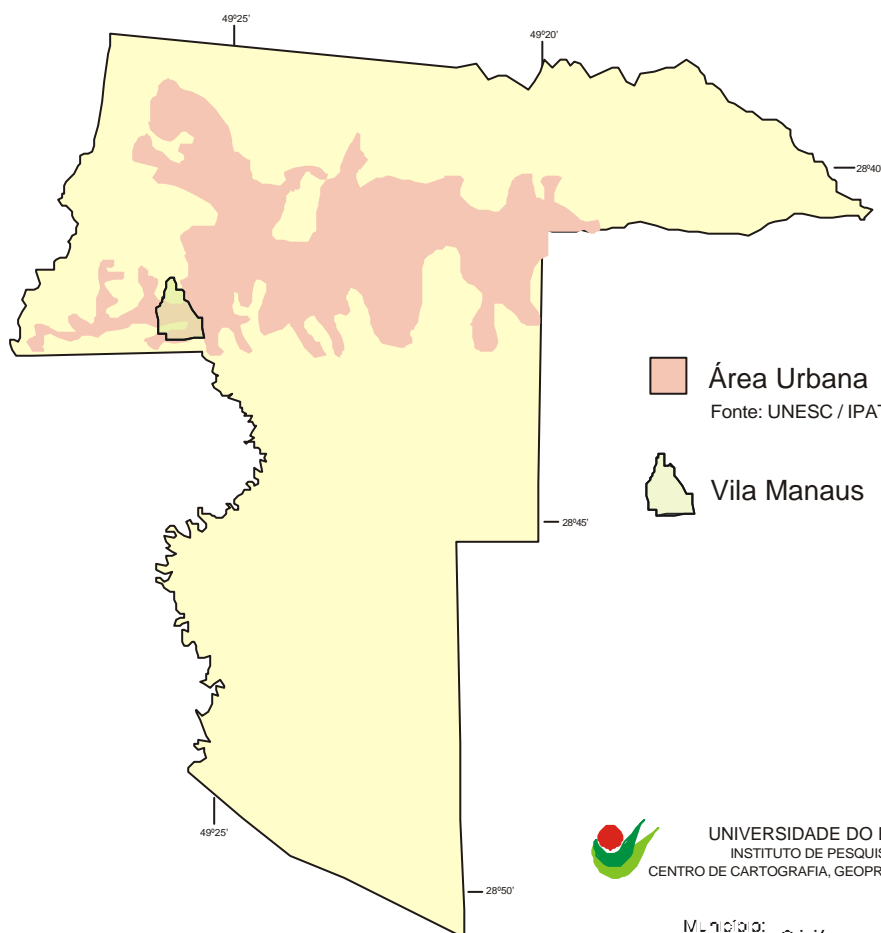
No Mapa 2 está expressa a localização dos bairros e localidades de Criciúma, salientando os limites oficiais do bairro Vila Manaus, que não correspondem exatamente à delimitação reconhecida pelos moradores, representada nos demais mapas deste trabalho.

A ocupação do subsolo pelas companhias carboníferas no município de Criciúma com os respectivos titulares que possuíam a concessão do direito de lavra é apresentada no Mapa 3. No espaço compreendido pelo bairro Vila Manaus não há registros, pelo DNPM, de quem era o direito de lavra e de quais empresas mineraram o subsolo, sendo registrado apenas como processo de lavra caduco (KREBS, 1995).

MAPA 1 - Localização da Vila Manaus



Município de Criciúma



Área Urbana

Fonte: UNESC / IPAT / CeGeo, 2000.



Vila Manaus



UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE
INSTITUTO DE PESQUISAS AMBIENTAIS E TECNOLÓGICAS
CENTRO DE CARTOGRAFIA, GEOPROCESSAMENTO E SENSORIAMENTO REMOTO

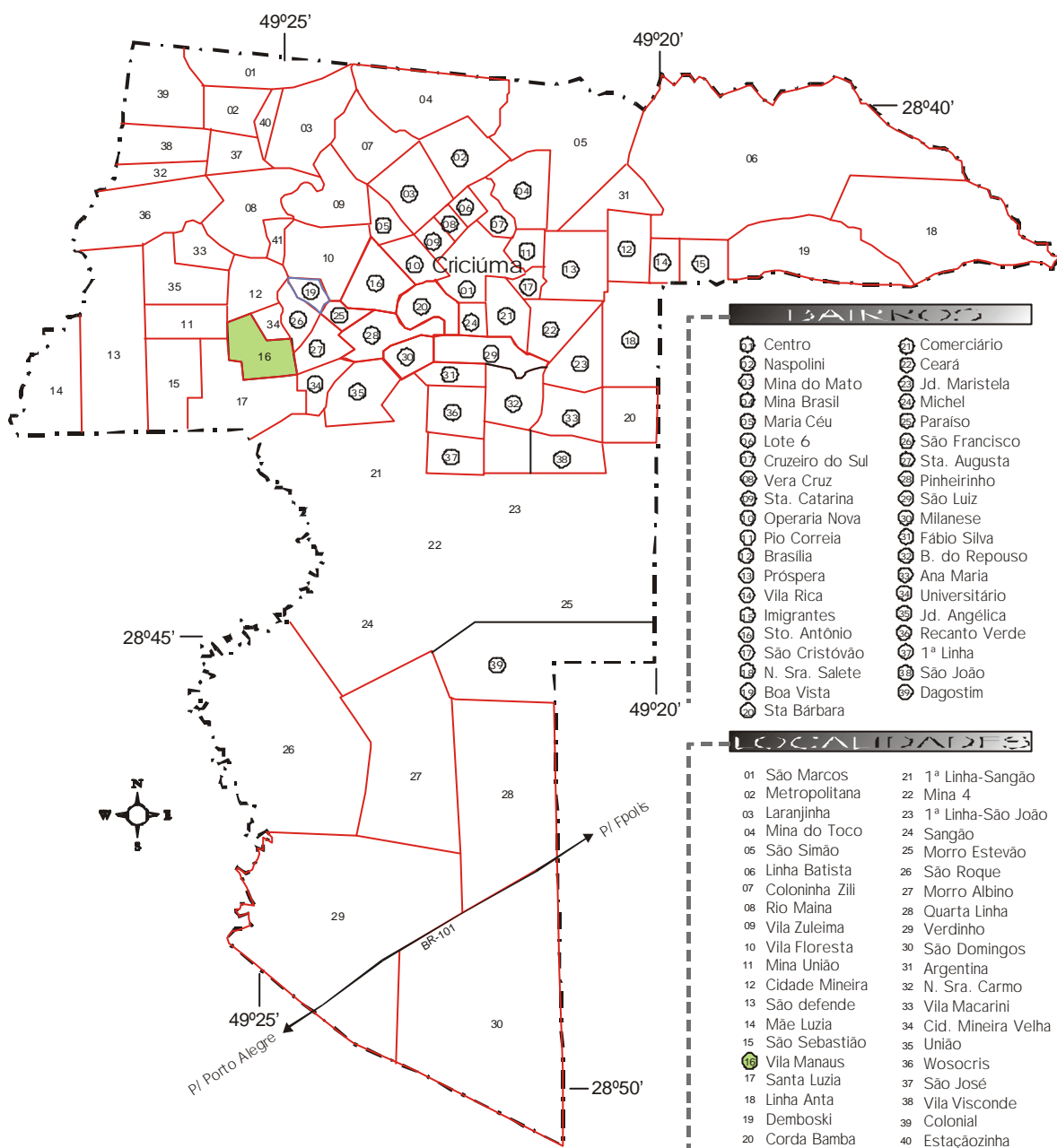
Município: Criciúma

Data: Jul/2007

Elaboração: CeGeo

Escala: Aprox. 1/250.000

MAPA 2 - Localização dos Bairros e Localidades de Criciúma



LEGENDA

Vila Manaus



UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE
INSTITUTO DE PESQUISAS AMBIENTAIS E TECNOLÓGICAS
CENTRO DE CARTOGRAFIA, GEOPROCESSAMENTO E SENSORIAMENTO REMOTO

Município: Criciúma

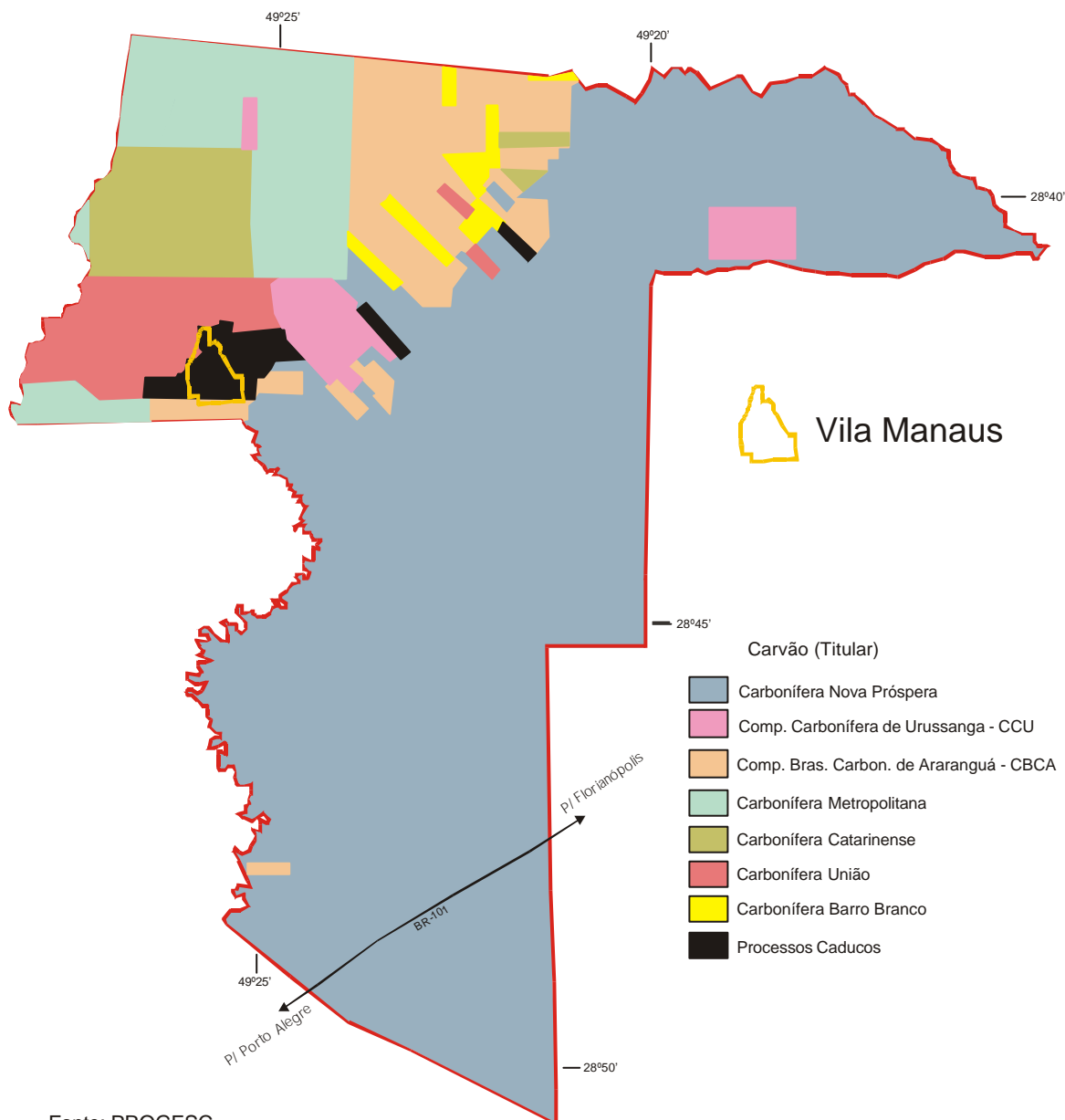
Data: Jul/2001

Elaboração: CeGeo

Escala: Aprox. 1/100.000

Fonte: Plano Diretor / 1999

MAPA 3 - Ocupação do Sub-solo pelas Carboníferas no Município de Criciúma, SC.



Fonte: PROGESC

Localização



Legenda

— Limite Municipal

— Rodovias

0 1 2 3 4 Km

Escala Gráfica



UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE
INSTITUTO DE PESQUISAS AMBIENTAIS E TECNOLÓGICAS
CENTRO DE CARTOGRAFIA, GEOPROCESSAMENTO E SENSORIAMENTO REMOTO

Município: Criciúma

Data: Jul/2001

Elaboração: Criciúma

A cidade de Criciúma é reconhecida no cenário estadual e nacional por suas lutas sociais populares e sindicais, pelas constantes mobilizações de trabalhadores cujos movimentos são considerados “de vanguarda” no plano nacional. Muitos se referem à Criciúma como “a ABC de Santa Catarina” pelo seu militante sindical (TEIXEIRA, 1996):

“Tudo que acontece em Criciúma – a partir de uma mina que fecha, de uma categoria em greve, de uma ocupação ou qualquer questão social explosiva transforma-se em movimento vivo que extrapola os contornos territoriais da cidade. Esta história viva de Criciúma faz derrubar limites e fronteiras, tornando-a, neste ponto de vista uma cidade singular.” (TEIXEIRA, 1996).

Criciúma “é uma cidade de lutas, com forte tradição trabalhista e de esquerda – além de ter sido evidentemente, a cidade do carvão” (VOLPATO, 1989, p. 18).

Este estudo pesquisa o bairro Vila Manaus como um palco de acirrada luta de classes, intraclasses, política e social, constituindo-se no “locus” de inúmeros conflitos e problemas sociais, econômicos, políticos, ambientais e culturais da cidade e região. A reconstrução dos diferentes territórios da Vila Manaus, Criciúma, SC (mineração, área de rejeitos da exploração do carvão, projeto de bairro residencial, distrito industrial, ocupação, movimento popular, debates e conflitos políticos, construção do bairro, Projeto Nossa RUA) deve ensinar a revalorização dos atores sociais, pensados como protagonistas de suas ações.

A pesquisa sobre os fatores que influenciam na gênese dos bairros e nos processos que se encaminham para a obtenção e o atendimento das necessidades coletivas públicas dos moradores: educação, saúde, lazer, atividades culturais e gestão ambiental, entre outras, pode contribuir para a melhoria da elaboração e implementação de políticas públicas voltadas à gestão dos bairros.

1.1.1 A criação dos mapas de uso do solo da Vila Manaus.

Para a criação dos mapas de uso do solo da Vila Manaus (MAPAS 4, 5 e 6), foram utilizados pares aerofotográficos dos anos de 1956 e 1978 da Aerofoto Cruzeiro do Sul e de 1996 da JICA. Estes pares aerofotográficos foram interpretados utilizando-se um estereoscópio com capacidade de ampliação de 2,4 vezes, possibilitando a alteração original da escala de 1:25.000 para 1:10.000. As classes definidas para uso do solo foram vegetação e

culturas (mata nativa, capoeiras e reflorestamento), áreas de mineração e depósito de rejeitos, áreas industriais e áreas urbanizadas.

Além da determinação das classes de uso do solo, foram também identificados pontos para a realização do georeferenciamento da fotointerpretação. As coordenadas referentes a estes pontos foram coletadas através de dois GPS's (Sistema de Posicionamento Global), um sobre o ponto a ser coletada a coordenada e outro sobre um marco com coordenada de 1ª ordem conhecida para obter o deslocamento do sistema e assim corrigir sua coordenada de campo. Estes pontos foram utilizados no registro dos dados das aerofotos de 1978 e 1996. Para os dados das aerofotos de 1956, foi utilizada a carta da CEPCAN (Comissão Executiva do Plano do Carvão Nacional), obtida através da restituição do vôo aerofotogramétrico realizado em 1955.

As informações foram então inseridas no SPRING (Sistema de Processamento de Informações Georeferenciadas - INPE) onde foram vetorizadas e quantificadas. Sobre estes vetores foram lançadas as informações cartográficas básicas como escolas, estradas, ruas e outros pontos de localização para a criação dos mapas finais, que foi realizado no AutoCAD Map 2000.

1.1.2 As transformações do espaço e a construção dos territórios.

As transformações ocorridas no espaço que constituíram os diferentes territórios e a urbanização do bairro Vila Manaus estão assinaladas na sequência de aerofotos analisadas: aerofoto Cruzeiro do Sul, carta CEPCAN (Folha 69) de 1956, aerofoto Cruzeiro do Sul de 1978 e aerofoto JICA de 1996.

Através da análise da aerofoto da Cruzeiro do Sul de 1956 é possível identificar que, nos limites do espaço urbano que constitui a Vila Manaus, as diferentes classes de uso do solo compreendiam vegetação e culturas e áreas de deposição de rejeitos da extração de carvão que, ocorriam no entorno deste espaço, na época denominado como Campos da Santa Augusta (FIGURA 1, MAPA 4).

Na aerofoto de 1978, da Cruzeiro do Sul, as modificações do espaço urbano próximo ao bairro Vila Manaus já apresentavam os bairros Cidade Mineira Nova, Cidade Mineira

Velha, Mina União e Santa Luzia. Na imagem são identificáveis os traçados e alinhamentos das ruas e avenidas do projeto residencial "Cidade dos Mineiros", elaborado em meados da década de 1950 pelo arquiteto Fernando Jorge da Cunha Carneiro. Os diferentes usos do espaço urbano que formou o território da Vila Manaus continham vegetação e culturas, área de rejeitos, urbanização e áreas ocupadas por indústrias, do que viria a ser o primeiro distrito industrial de Criciúma (FIGURA 2, MAPA 5).

Com o processo de apropriação do espaço, pela ocupação ocorrida a partir de 1978 e a ampliação da área urbana de Criciúma, a Vila Manaus se consolida como bairro residencial. A atuação de diferentes atores sociais no período de tempo compreendido entre 1950 - 2000 retrata e expõe vários territórios que foram sendo superpostos no mesmo espaço urbano. Na aerofoto de 1996 é possível observar a configuração assumida pela Vila Manaus, bem como os bairros que fazem limite com seu território: Cidade Mineira Nova, Cidade Mineira Velha, Vila Belmiro, Imperatriz, Mina União, União, Pró-morar Vila Vitória e Santa Luzia (FIGURA 3, MAPA 6).

1.1.3 Evolução espaço-temporal: uso e ocupação solo na Vila Manaus.

A ocupação do uso do solo da Vila Manaus em Criciúma – SC é representada através de gráficos, tabelas e documentos aerofotográficos que configuraram no decorrer do tempo, desde a década de 1950 até 2000, diferentes categorias de utilização do solo e diferentes territórios superpostos no mesmo espaço.

Na ocupação preliminar, o espaço onde se situa a Vila Manaus foi utilizada durante um período compreendido entre as décadas de 1950 e 1970, como área de mineração e de deposição de rejeitos. Nesse período os territórios superpostos pelo diferentes atores sociais que influenciaram e exerceram poder sobre o espaço foram: território (área ou espaço) de mineração e de depósitos de rejeitos; projeto de bairro residencial: a “Cidade dos Mineiros”; território rejeitado – doado ao Poder Público. Na observação do Mapa 4 é possível verificar a presença de áreas de mineração, com 3 minas, deposições de rejeitos no entorno e vegetação e culturas (MAPA 4, TABELA 1).

No período compreendido entre o final da década de 1970 e início de 1980, a

diversificação e a expansão das atividades industriais, que exerceram forte fator atrativo, os interesses políticos eleitorais e a ação direta de outros agentes sociais que entraram em cena, como a Igreja Católica, estimularam e apoiaram um processo de ocupação, ocorrendo várias refuncionalizações do espaço e superposições de novos territórios: território do distrito industrial do loteamento “Cidade dos Mineiros”; território do movimento popular de ocupação; território de violência e tráfico de drogas; território de interesses políticos eleitorais. As categorias de uso e ocupação do solo começavam a se configurar como área industrial, com a determinação legal da formação do distrito industrial, área urbana pela ocupação e formação da localidade chamada a partir de então como Vila Manaus, sobre área de mineração e rejeitos, contando ainda com a presença de vegetação e culturas (MAPA 5, TABELA 1).

As décadas de 1980 e 1990 são o período de tempo em que ocorreram os maiores conflitos e disputas no campo de batalhas denominado Vila Manaus. São interesses políticos eleitorais, de cunho clientelista, populista e siglista, novos partidos políticos, novas articulações entre os diferentes atores sociais que exerceram poder sobre os territórios superpostos, disputas e batalhas na construção e configuração do bairro Vila Manaus, que foram desde a organização interna dos moradores em torno de uma entidade representativa dos seus interesses com a formação da Sociedade Amigos do Bairro Vila Manaus (SABVM) até a construção de um projeto de gestão ambiental – territorial para conquista da qualidade de vida com o Projeto Nossa RUA.

Os interesses individuais e coletivos configuram novos territórios superpostos no espaço urbano em formação da Vila Manaus: território de organização de movimentos populares de base, com diferentes atores; território da SABVM – Sociedade Amigos do Bairro Vila Manaus; território de lideranças populares da esquerda catarinense; território de partidos políticos; território do Projeto Nossa RUA e da gestão ambiental participativa.

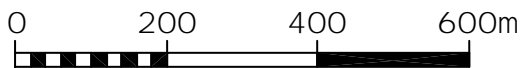
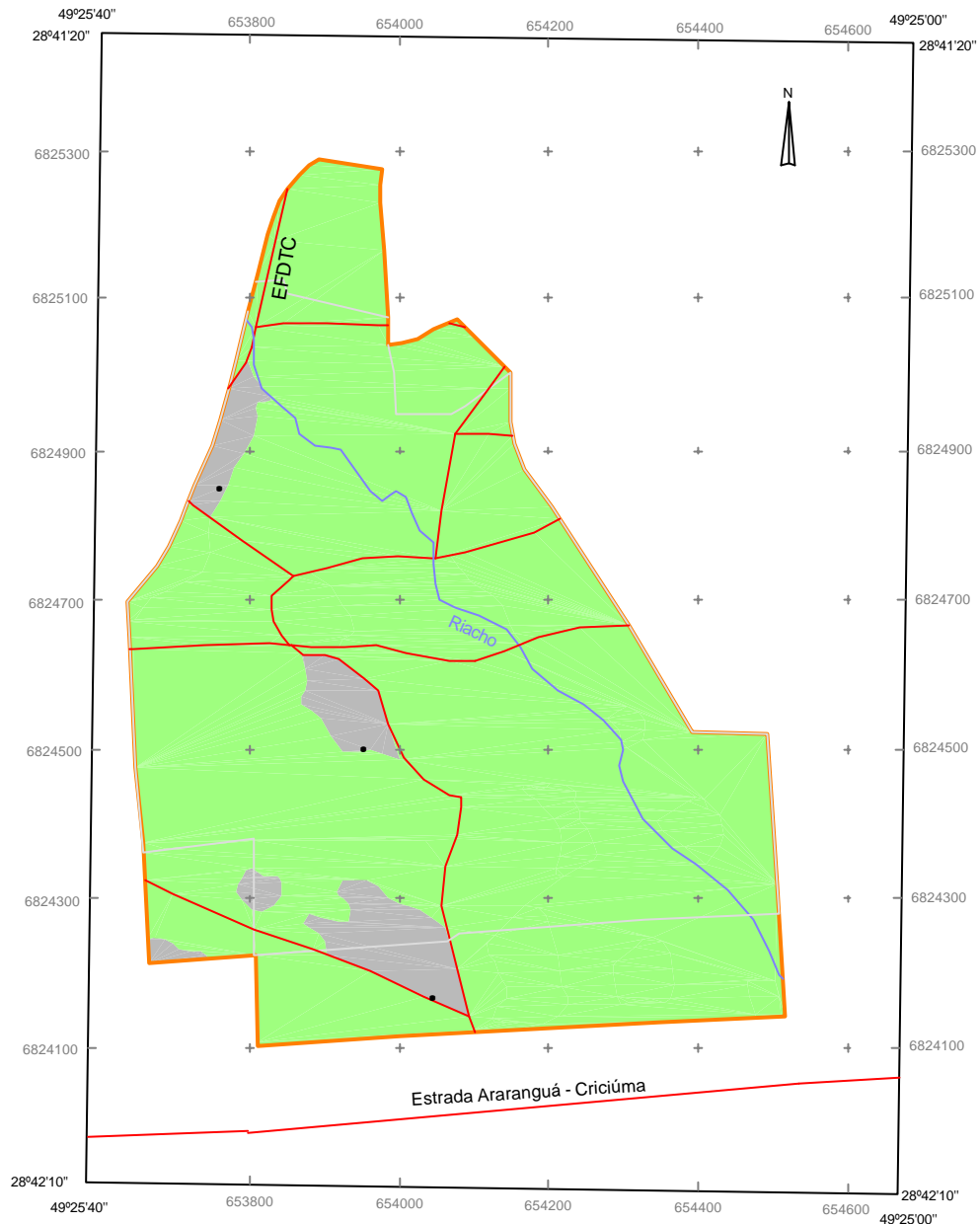
As categorias e classes de uso do solo em meados da década de 1990 são formadas pela estruturação da área urbana e da área industrial, com redução acentuada de vegetação e culturas. A área de deposição de rejeitos e da mineração está em baixo das ruas e avenidas, das casas e residências, nas margens do córrego canalizado que atravessa a Vila Manaus, na memória de ex-mineiros que residem no território do bairro Vila Manaus (Mapa 6, Tabela 1).



Figura 1: Espaço atualmente ocupado pela Vila Manaus, no contexto de 1956.

Fonte: Aerofoto Cruzeiro do Sul, 1956. Escala Original - 1:25.000

MAPA 4 - USO DO SOLO - 1956



LEGENDA

- Vegetação / Culturas
- Área de Rejeitos

FONTES CARTOGRÁFICAS

1956 - AEROFOTOS SDM / CARTA CEPKAN (FOLHA 69)

CONVENÇÕES CARTOGRÁFICAS

ESTRADAS DE RODAGEM

Estradas



LIMITES DA LOCALIDADE VILA MANAUS

Prefeitura Municipal de Criciúma



Associação de Moradores



HIDROGRAFIA

Riacho



Mina de Carvão



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE



PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM MESTRADO INTERINSTITUCIONAL
UFSC - UNESC - MESTRADO EM GEOGRAFIA

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO
DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO
SUPERPOSIÇÕES TERRITORIAIS DA VILA MANAUS - CRICIÚMA, SC

ELABORADO POR MÁRIO RICARDO GUADAGNIN

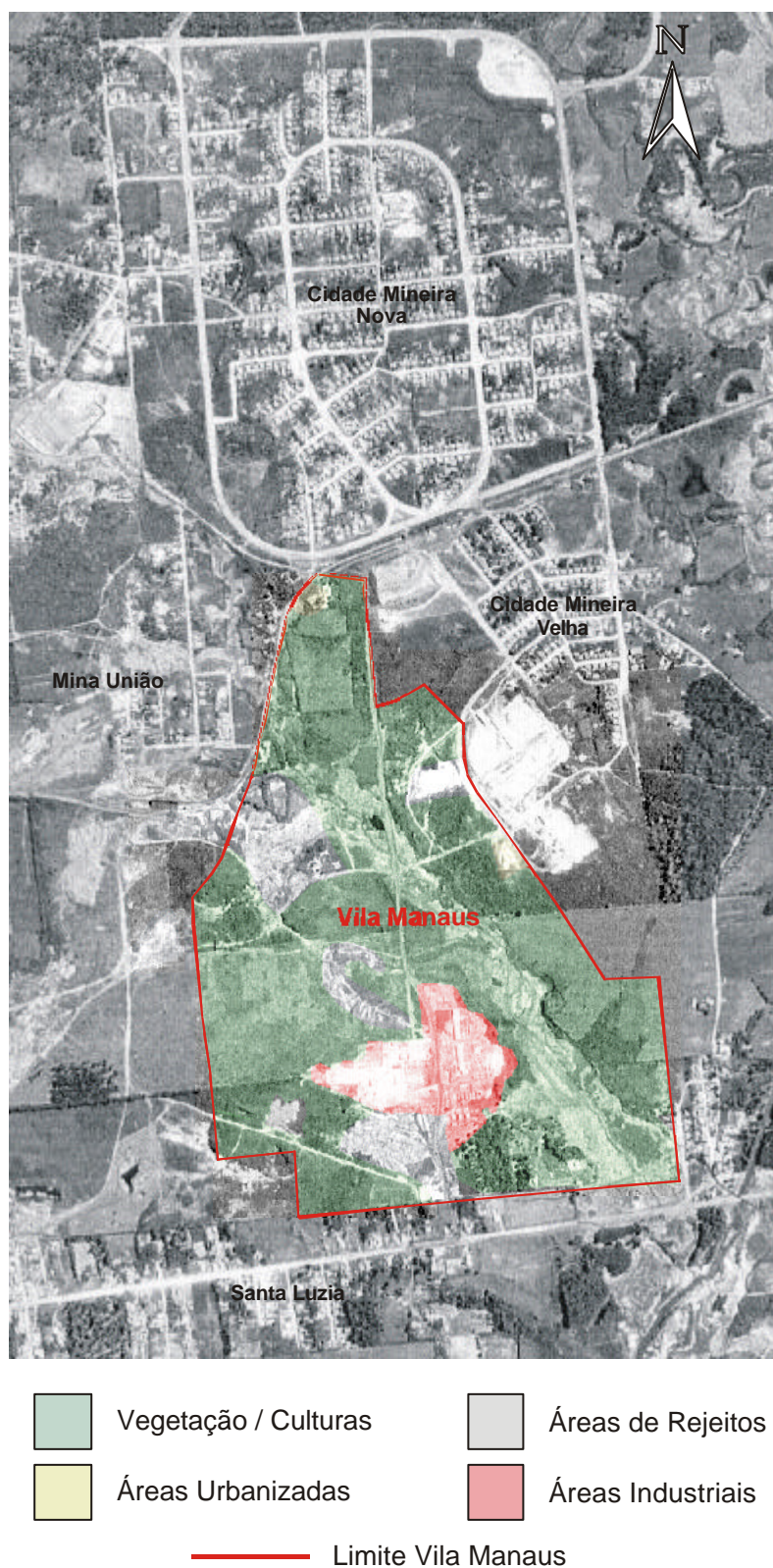
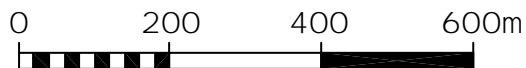
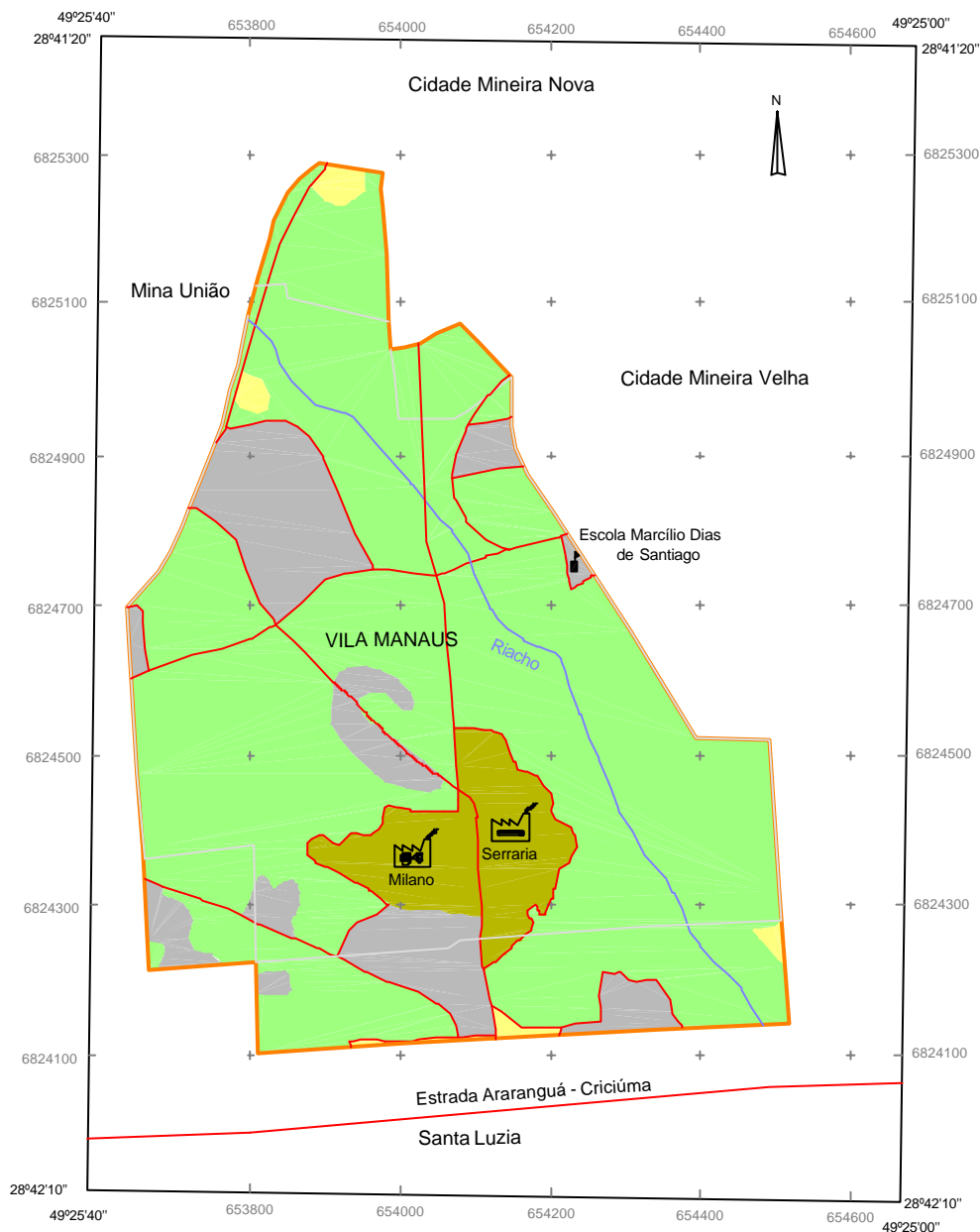






Figura 2: Espaço atualmente ocupado pela Vila Manaus, no contexto de 1978.

Fonte: Aerofoto Cruzeiro do Sul, 1978. Escala Original - 1:25.000

MAPA 5 - USO DO SOLO - 1978



LEGENDA

-  Área de Rejeitos
-  Vegetação / Culturas
-  Área Urbanizada
-  Área Industrial

FONTES CARTOGRÁFICAS
1978 - AEROFOTOS SDM

CONVENÇÕES CARTOGRÁFICAS

ESTRADAS DE RODAGEM
Estradas

LIMITES DA LOCALIDADE VILA MANAUS
Prefeitura Municipal de Criciúma
Associação de Moradores

HIDROGRAFIA
Canal



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE



PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM MESTRADO INTERINSTITUCIONAL
UFSC - UNESC - MESTRADO EM GEOGRAFIA

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO
DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO
SUPERPOSIÇÕES TERRITORIAIS DA VILA MANAUS - CRICIÚMA, SC

ELABORADO POR MÁRIO RICARDO GUADAGNIN

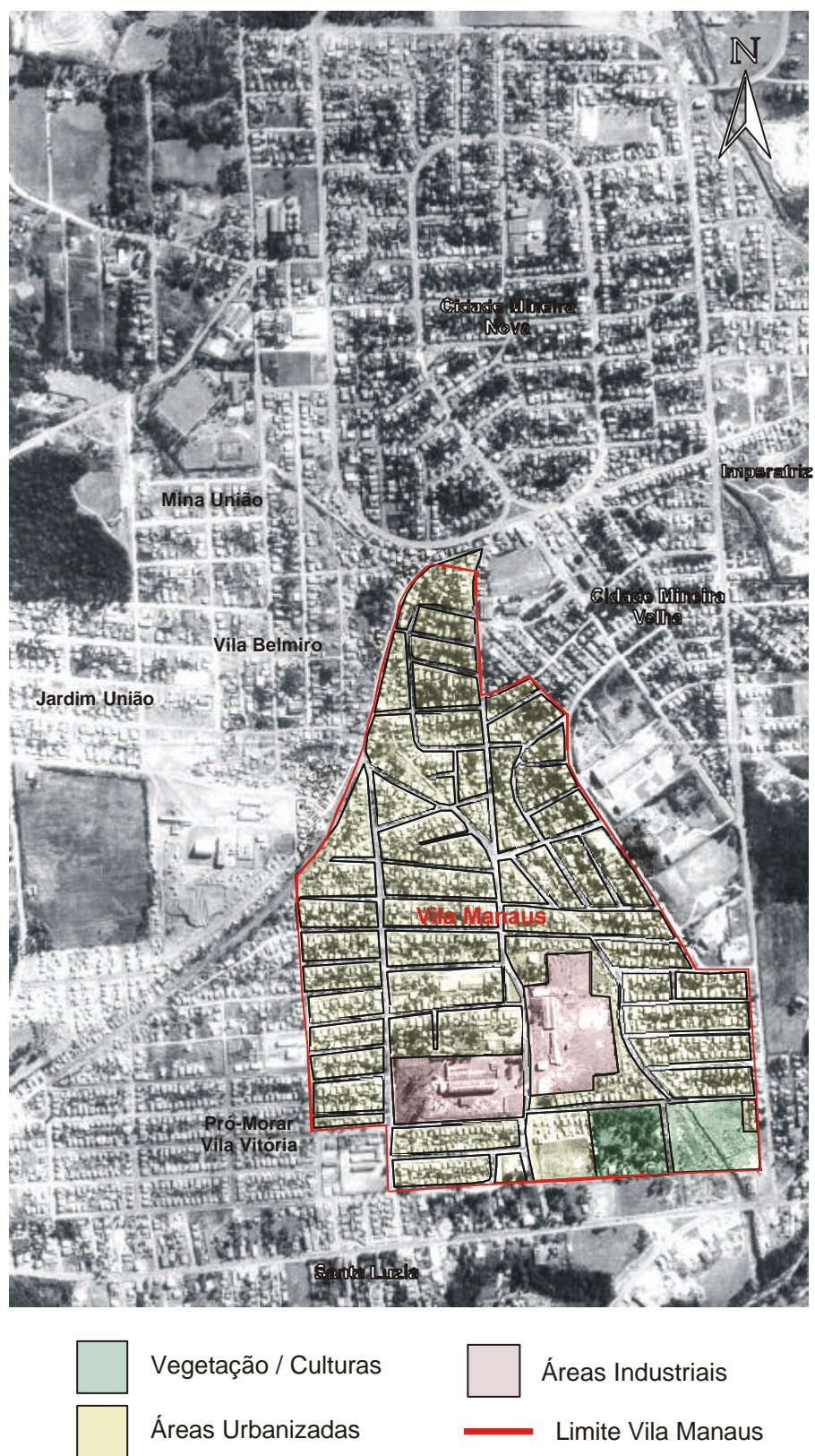
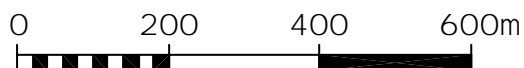
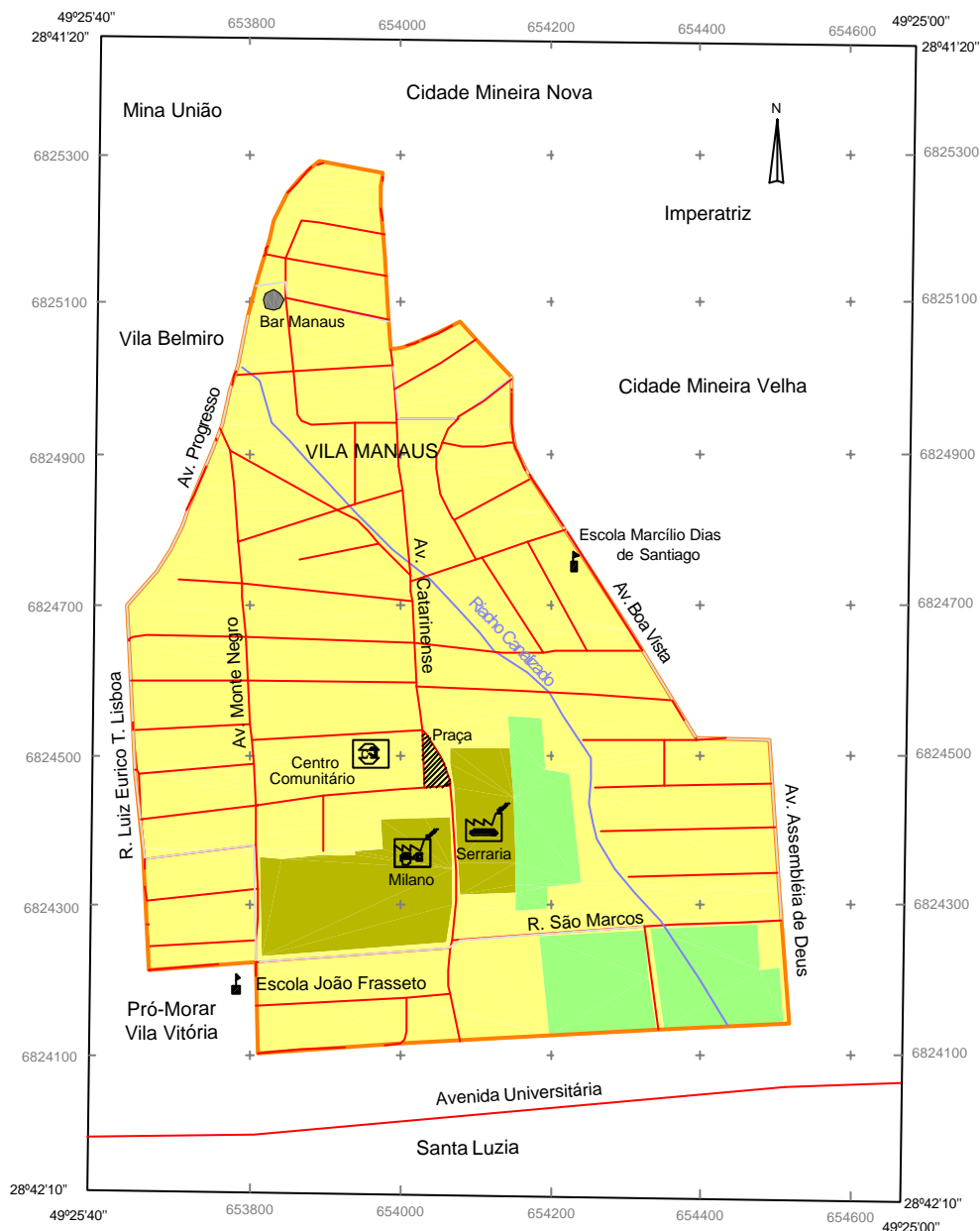


Figura 3: Espaço atualmente ocupado pela Vila Manaus, no contexto de 1996.

Fonte: JICA, 1996. Escala Original - 1:30.000

MAPA 6 - USO DO SOLO - 1996



LEGENDA

- Vegetação / Culturas
- Área Urbanizada
- Área Industrial

FONTES CARTOGRÁFICAS
1996 - AEROFOTOS JICA

CONVENÇÕES CARTOGRÁFICAS

ESTRADAS DE RODAGEM
Estradas

LIMITES DA LOCALIDADE VILA MANAUS
Prefeitura Municipal de Criciúma
Associação de Moradores

HIDROGRAFIA
Canal



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE



PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM MESTRADO INTERINSTITUCIONAL
UFSC - UNESC - MESTRADO EM GEOGRAFIA

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO
DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO
SUPERPOSIÇÕES TERRITORIAIS DA VILA MANAUS - CRICIÚMA, SC

ELABORADO POR MÁRIO RICARDO GUADAGNIN

Tabela 1: Evolução das categorias de uso do solo do bairro Vila Manaus, Criciúma – SC, 1956 – 1978 – 1996.

Categorias/Anos	1956		1978		1996	
Classes de uso do solo	Área m ²	%	Área m ²	%	Área m ²	%
Área de Rejeitos e Mineração	41.956,77	6,5	96.295,34	14,91	-	-
Vegetação / Culturas	603.907,14	93,5	489.672,49	75,82	56.058,85	8,68
Área Urbanizada	-	-	8.606,41	1,33	538.592,93	83,3
						9
Área Industrial	-	-	51.289,67	7,94	51.212,13	7,93

Fontes Cartográficas: Aerofotos Cruzeiro do Sul – 1956, 1978 ; JICA 1996.

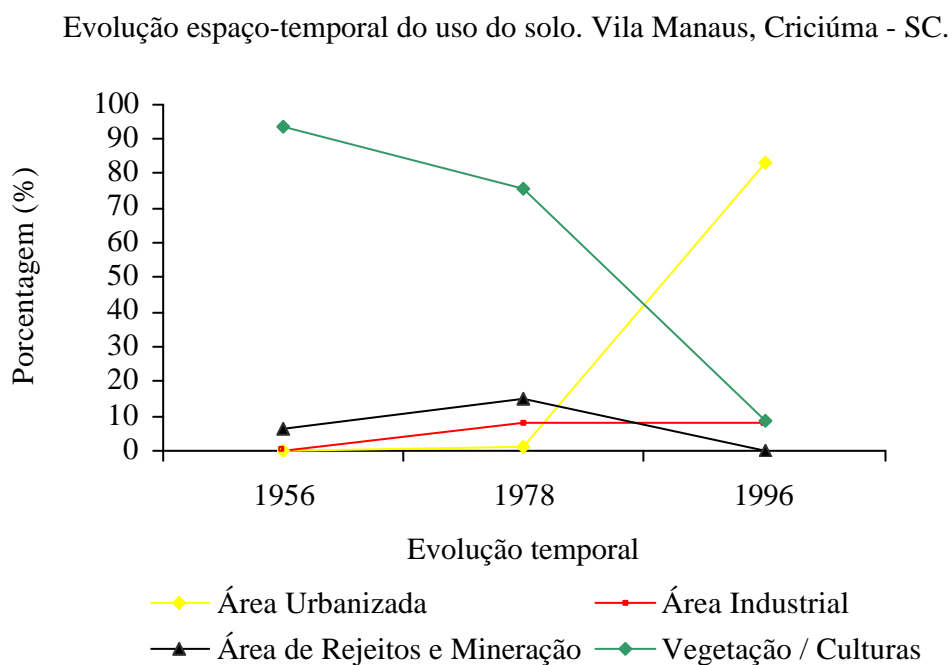


Figura 4: Evolução da ocupação do espaço com diferentes categorias de usos do solo (1956, 1978, 1996) no território da Vila Manaus, Criciúma – SC.

1.2 OPERACIONALIZAÇÃO DA PESQUISA

Desenvolveu-se um *estudo de caso* sobre o bairro Vila Manaus, coletando-se dados através de pesquisa documental, de pesquisa cartográfica, e da realização de entrevistas semi-estruturadas.

Através da análise temporal progressiva, a partir da década de 1950, é possível identificar a configuração das seguintes territorialidades e superposições temporais:

- a) território (área ou espaço) de mineração e de depósitos de rejeitos até 1957;
- b) projeto de bairro residencial: a “Cidade dos Mineiros” – 1957 – 1968;
- c) território rejeitado – doado ao Poder Público, 1969 – 1970;
- d) território do distrito industrial do loteamento “Cidade dos Mineiros” entre 1970 – 1978;
- e) território de interesses políticos eleitorais, 1978;
- f) território do movimento popular de ocupação, 1979 - 1981;
- g) território de violência e tráfico de drogas, 1982 -;
- h) território de organização de movimentos populares de base, com diferentes atores, 1981-... ;
- i) território da SABVM – Sociedade Amigos do Bairro Vila Manaus, 1981 - ;
- j) território de lideranças populares da esquerda catarinense, 1982 - ;
- k) território de partidos políticos, 1982 -;
- l) território do Projeto Nossa RUA e da gestão ambiental participativa, 1997 -;

1.3 OBJETIVOS GERAL E ESPECÍFICOS

Enunciada a questão de pesquisa, descrito o ambiente do estudo e sua motivação, explanada a operacionalização, tendo presente que “um procedimento é uma forma de progredir em direção a um objetivo” (QUIVY & CAMPENHOUDT, 1998, p. 25), cumpre explicitar o objetivo geral e os objetivos específicos da pesquisa.

A dissertação tem por objetivo geral *a identificação das características preponderantes nas diferentes superposições territoriais, em ordem temporal e espacial, no bairro Vila Manaus, em Criciúma – SC, retratando os diferentes conflitos de uso do mesmo espaço urbano, de sua gênese aos dias atuais.*

Os *objetivos específicos* da pesquisa consistem em:

- a) descrever as diferentes sobreposições territoriais ocorridas no espaço urbano da Vila Manaus;
- b) identificar os diferentes processos de formação territorial da Vila Manaus, desde a década 1950 até o momento presente;
- c) perceber o bairro por dentro, em suas dobras, dobraduras, contradições e divisões internas;
- d) examinar as relações entre os moradores do bairro e os detentores do poder político, no âmbito municipal;
- e) pesquisar os processos voltados à autogestão e à defesa coletiva dos interesses comuns, através da formação de associações de bairro e de movimentos populares e religiosos;
- f) resgatar a ação dos movimentos populares sociais;
- g) conhecer e analisar o papel político da SABMV – Sociedade Amigos do Bairro Vila Manaus;

- h) analisar a influência dos discursos, propostas e estratégias adotadas na ocupação do território da Vila Manaus na proposta de gestão ambiental participativa do Projeto Nossa RUA;

1.4 ESTRUTURAÇÃO DO TEXTO

Os cinco capítulos que compõem o texto, além do introdutório, versam sobre: referencial teórico (capítulo 2), delineamento da pesquisa e construção do modelo de análise (capítulo 3), observação e coleta de dados (capítulos 4 e 5), e conclusão (capítulo 6).

O *referencial teórico* (Capítulo 2) contempla revisão bibliográfica sobre território e territorialização, refuncionalização, movimentos populares, movimentos sociais urbanos, movimentos sociais da década de 80, o ambientalismo como elemento catalisador da busca de uma melhor qualidade de vida, comunidade e destina-se a orientar a observação e a análise dos processos de territorialização e refuncionalização da Vila Manaus. No Capítulo 3, delimita-se a problemática da pesquisa e descreve-se a formação do Bairro Vila Manaus. Os Capítulos 4 e 5 abordam as refuncionalizações e apresentam as territorialidades. O Capítulo 6 contém as considerações finais e sugestões, que examinam a influência de fatores sócio-políticos, inerentes às formas de organização coletiva dos moradores e às relações dos mesmos com o poder público municipal, na territorialização e na refuncionalização do bairro.

No desenvolvimento desta pesquisa observou-se o esquema das etapas do procedimento de investigação científica, proposto por QUIVY & CAMPENHOUDT (1998), e reproduzido na Figura 5, constatando-se a interação permanente entre as fases de revisão da literatura e exploração do campo do estudo, observação da realidade e análise da mesma, à luz do referencial teórico.

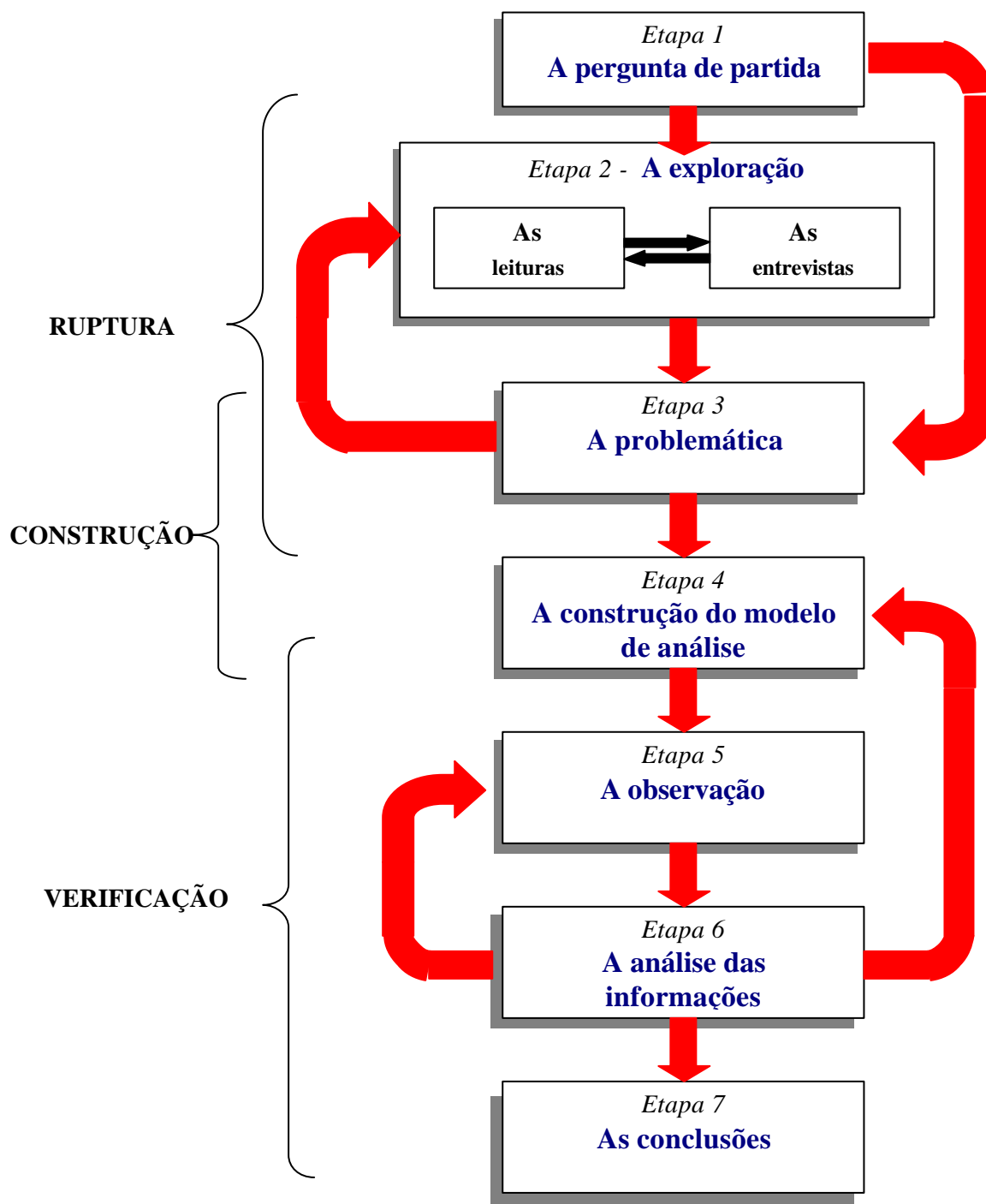


FIGURA5 – As etapas do procedimento

Fonte: QUIVY & CAMPENHOUDT, 1998, p. 24.

2 REFERENCIAL TEÓRICO E ATIVIDADES EXPLORATÓRIAS

“Leituras e entrevistas exploratórias devem ajudar a constituir a problemática de investigação. As leituras ajudam a fazer o balanço dos conhecimentos relativos ao problema de partida; as entrevistas contribuem para descobrir os aspectos a ter em conta e alargam ou retificam o campo de investigação das leituras. Umas e outras são complementares e enriquecem-se mutuamente.” (QUIVY & CAMPENHOUDT, 1998, p. 69).

Estão assim configurados os eixos conceituais da revisão teórica:

- território (2.1);
- movimentos sociais urbanos (2.2);
- movimentos sociais na década de 80: novos atores, necessidades, palcos e territórios de ação (2.3);
- o ambientalismo: elemento catalisador da busca de uma melhor qualidade de vida (2.3.3);
- comunidade (2.4).

2.1 ACEPÇÃO - CONCEPÇÃO: UMA REVISITA ÀS ORIGENS, DE QUE TERRITÓRIO, TERRITORIALIZAMOS?

A expressão território e as derivadas, territorialidade e desterritorialidade, têm uso antigo nas ciências sociais e naturais. Recentemente, porém, com a retomada dos estudos de geografia política e da geopolítica, voltaram a ser mais utilizada, a ter maior atualidade (ANDRADE, 1994, p. 213).

Nas ciências naturais, o território seria a área de influência e dominação de uma espécie animal que exerce o domínio da mesma, da forma mais intensa no centro e que perde esta intensidade ao se aproximar da periferia, onde passa a concorrer com domínios de outras espécies. (BRUNET, 1992¹ *apud* ANDRADE, 1994, p. 213).

¹ BRUNET, R. et alli. **Les mots de la géographie, dictionnaire critique**. Reclus, La Documentation Française, Paris, 1992, p. 435-6.

Em Ciências Sociais, a expressão território vem sendo muito utilizada, desde o século passado, por geógrafos como FREDERICO RATZEL, muito preocupado com o papel desempenhado pelo Estado no controle de território, e por ELISÉE RECLUS, que procurava estabelecer as relações entre as classes sociais e espaço ocupado e dominado. (RECLUS, 1906² *apud* ANDRADE, 1994). A ênfase na rede de relações sociais que se articulam em torno de interesses, recursos e valores está presente no conceito de local ou território expresso por FISCHER:

“conjunto de redes sociais que se articulam e se superpõem, com relações de cooperação e conflito, em torno de interesses, recursos e valores, em um espaço cujo contorno é definido pela configuração deste conjunto.” (FISCHER, 1993³ citado por TEIXEIRA, 1996, p.30).

Como coloca Milton Santos, não basta falar de território em si mesmo, mas de território usado, de modo a incluir todos os atores. O importante é saber que a sociedade exerce permanentemente um diálogo com o território usado e que esse diálogo inclui as coisas naturais e artificiais, a herança social e a sociedade em seu movimento atual. (SEABRA, CARVALHO & LEITE, 2000, p. 26).

É nesse território que se revela o drama da população marginalizada, porque nele se torna mais visível à segregação espacial e social, do que por intermédio de qualquer outra instância da sociedade, revelando as contradições muito mais fortemente. O território em si não é um conceito. Ele só se torna um conceito utilizável para a análise social quando o consideramos a partir do seu uso, a partir do momento em que ele é pensado da mesma maneira daqueles que dele se utilizam.

O território, como unidade de gestão, ao se expandir pelo espaço não conquistado, cria novas formas de territorialidade que dialeticamente provocam novas formas de desterritorialidade, dando origem a novas territorialidades.

Para explicitar o entendimento do sentido em que se analisa a palavra território, apresenta-se uma breve interpretação dos significados definindo este termo e suas derivadas, territorialidade e desterritorialidade.

² RECLUS, E. **L’homme sur la terre**. Paris, 1906.

³ FISCHER, Tânea. **Poder Local: governo e cidadania**. Rio de Janeiro: Editora FVG, 1993.

Sem a intenção de esgotar completamente o estudo da origem e formação da palavra “território” muitas têm sido as acepções atribuídas ao termo. Para GOTTMANN⁴ (1973, p. 160) citado por TAYLOR (1985, p. 95) o conceito deriva do latim “*terra*” (terra) e “*pertence a*” (*torium*). Esta concepção teria sido inicialmente aplicada aos distritos que cercavam uma cidade e sobre os quais esta tinha autoridade para legislar e governar, como as cidades-estado da Grécia clássica, implicando assim numa divisão de força política (MESQUITA, 1995, p. 76-7).

O fato de pertencer a um território não vincula necessariamente a propriedade da terra, mas a sua apropriação.

No presente, a aplicação às cidades caiu em desuso para ser substituída pela aplicação a Estados modernos. Sob o ponto de vista jurídico, a acepção de território é identificada como sendo “área certa da superfície de terra que contém a nação, e que compreende o solo, rios, lagos, mares interiores, águas adjacentes, golfos, baías e portos”. Nesta acepção MESQUITA (1995, p. 77) observa o caráter ambiental dentro do estudo territorial, que estabelece as bases jurídicas do Estado moderno, onde a soberania passa a ser um conceito chave.

No entanto não basta nascer no território de um Estado, pertencer a uma Nação, ou a Nações para ter assegurado todos os direitos de cidadania (GEIGER, 1994, p. 240).

A apropriação de um terreno, de um espaço, por sua vez, pode ser interpretada de duas formas: primeiro associando-se ao controle de fato, efetivo, legítimo de um segmento do espaço, por parte de instituições ou grupos organizados. Nesta concepção, o conceito de território relaciona-se à geografia política e geopolítica (CORREA, 1994, p. 251). A segunda acepção pode assumir uma forma afetiva, relacionada com as ações espacializadas de parte de grupos sociais diferenciados segundo a renda, raça, religião, sexo, idade ou outras características.

⁴ GOTTMANN, J. Geography and international relations. *World Politics*. N. 3. P. 153 – 173, 1951.

2.1.1 Território e Espaço

RAFFESTIN (1993) estabelece as diferenças entre espaço e território afirmando que este é gerado a partir do espaço como resultado duma ação conduzida por um ator sintagmático (ator realizando um programa) seja a que nível for. Apropriando-se concretamente ou abstratamente (por exemplo, pela representação) de um espaço, o ator "territorializa" o espaço.

Segundo ele, Lefebvre exprime perfeitamente o mecanismo para passar do espaço ao território:

“A produção de um espaço, o território nacional, espaço físico, balizado, modificado, transformado pelas redes, circuitos e fluxos que se instalam: rotas, canais, caminhos de ferro, circuitos comerciais e bancários, auto-estradas e rotas aéreas, etc.” O território, nesta perspectiva, é um espaço no qual se projetou o trabalho, seja a energia seja a informação e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a "prisão original", o território é a prisão que os homens se dão.(...)

Os espaço vem portanto primeiro, ele é preexistente a toda a ação. O espaço é de qualquer forma “dado” como uma matéria prima. Ele preexiste a toda a ação. “Lugar” de possíveis ele é a realidade material preexistente a todo o conhecimento e a toda a prática da qual ele será objeto quando um ator manifestar uma visão intencional sobre ele. O território, evidentemente, apóia-se sobre o espaço. Ele é uma produção a partir do espaço. Ora, a produção para todas as relações que ela põe em jogo, se inscreve num campo de poder. Produzir uma representação do espaço já é uma apropriação, portanto uma empresa, portanto um controle, mesmo se este permanece nos limites dum conhecimento. Todo o projeto no espaço que se exprime por uma representação revela a imagem desejada de um território, lugar de relações.

Todo o projeto é subentendido por um conhecimento e uma prática, isto é, por ações e/ou comportamentos que supõem evidentemente a posse de códigos, de sistemas sêmicos. São por estes sistemas sêmicos que se realizam as objetivações do espaço que são os processos sociais. É preciso então compreender que o espaço representado é uma relação e que suas propriedades são as realizadas através dos códigos e sistemas sêmicos. Os limites do espaço são aqueles do sistema sêmico mobilizado para o representar (RAFFESTIN, 1993, p. 143-144).

Território não é sinônimo de espaço, do mesmo modo que territorialidade e espacialidade não devem ser empregadas de maneira indiferenciada. O território é o que é próximo, o mais próximo de nós, nos ligando ao mundo.

Com relação à acepção da palavra territorialidade alguns autores associam como sendo algo semelhante ao comportamento espaço-territorial de um grupo social (RAFFESTIN, 1993; SACK, 1986). Na análise proposta por SOUZA (1995, p. 95) esta interpretação rigorosa do termo territorialidade parece pouco justificável, pois já existem outras expressões e conceitos que apontam para a relação material ou cognitiva homem/meio, natureza/sociedade como o conceito lefebvriano de produção do espaço, a identidade regional e o regionalismo, a “consciência espacial” dos geógrafos alemães e a “topofilia” de TUAN (1980).

Para SOUZA (1995, p. 99) a territorialidade no singular possui a concepção relacionada ao substrato, ou aquilo que faz de qualquer território um território, ou seja, as “relações de poder espacialmente delimitadas e operando sobre um substrato referencial”. Já por outro lado, no plural, territorialidades, traduzem os tipos gerais de classificação dos territórios conforme suas propriedades, dinâmica, tais como: territórios contínuos, territórios descontínuos que representam duas territorialidades distintas, contínua e descontínua.

A territorialidade, como coloca SOUZA, se traduz como um certo tipo de interação entre homem e espaço, ou seja, “sempre uma interação entre seres humanos mediatizada pelo espaço” (SOUZA, 1995, p. 99).

Em outra acepção o termo território pode ser observado na dimensão afetiva derivada das práticas espacializadas por parte de grupos distintos definidos. O conceito é então vinculado aos sentimentos e simbolismos atribuídos aos lugares (CORREA, 1994).

A apropriação de um espaço urbano, ou a ocupação de um terreno possibilita a identidade de grupos e afetividade espacial onde conforme CORREA coloca “o território é o espaço revestido da dimensão política, afetiva ou ambas” (1994, p. 251).

Para MESQUITA (1995, p. 83) a territorialidade é entendida como a “projeção de nossa identidade sobre o território. Assim me sinto diante do território.”

A vida é tecida por relações dos homens com os outros, mediatizadas pelo território. Desta forma, RAFFESTIN (1993, p. 160 e segs), define territorialidade como um conjunto de

relações que têm gênese num sistema tripartite, sociedade – espaço – tempo, com a intenção de alcançar a maior autonomia possível.

Refere-se também a uma extensão terrestre, mas inclui uma relação de poder, ou posse, de um grupo social sobre esta extensão terrestre. De outra maneira, o termo também é empregado para expressar o controle de uma espécie animal, ou de indivíduos, sobre determinada área geográfica (GEIGER, 1994).

Todo o conceito e objeto de pensamento são, nesse sentido, abstrato. O termo território refere-se também relação abstrata de poder, contida no termo. Território corresponde, pois, a um nível de produção social de espaço. O Espaço, propriamente dito, como o espaço urbano, corresponde a um nível mais elevado da produção social.

Nas palavras de SOUZA (1995), o território surge como o espaço concreto em si, com suas características naturais e socialmente construídas, que é apropriado por um grupo social. A apropriação e ocupação de um determinado espaço urbano criam um campo social de exercício de poder que passa a ser visto como gerador de raízes e identidades, como gerador de territorialidades.

A noção de território refletiu também constituições culturais rígidas e construções e identificatórias bem demarcadas no espaço:

“A ocupação do território é vista como algo gerador de raízes e identidade: um grupo não pode mais ser compreendido sem o seu território, no sentido de que a identidade sócio-cultural das pessoas estaria ligada aos atributos do espaço concreto (natureza, patrimônio arquitetônico, paisagem)” (SOUZA, 1995, p. 84)

Um grupo que se apropria de determinado espaço, não pode mais ser compreendido sem o seu território, onde a identidade sócio-cultural das pessoas interliga-se aos atributos do espaço concreto conquistado (SOUZA, 1995).

Um território é o espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder ou, dito de maneira mais precisa, um campo de força concernente a relações de poder espacialmente delimitadas e operando sobre um substrato (espaço material) referencial (SOUZA, 1995).

A partir desses conceitos, colocam-se as seguintes questões centrais: quem dominava, dominou e domina ou influencia e como domina ou influencia o espaço urbano que formou a Vila Manaus? De que forma a vida é tecida nas relações sociedade – espaço – tempo que interferem nas territorialidades, no exercício de poder sobre o território construído na Vila Manaus?

2.1.2 Análise das territorialidades mediante a apreensão das relações ocorridas na Vila Manaus, recolocadas no contexto sócio-histórico e espaço temporal.

Sobre o poder, desta forma sintetizou Hannah Arendt a sua concepção:

“O ‘poder’ corresponde à habilidade humana de não apenas agir, mas de agir em uníssono, em comum acordo. O poder jamais é propriedade de um indivíduo; pertence ele a um grupo e existe apenas enquanto o grupo se mantiver unido. Quando dizemos que alguém está ‘no poder’ estamos na realidade nos referindo ao fato de encontrar-se esta pessoa investida de poder, por um certo número de pessoas, para atuar em seu nome. No momento em que o grupo, de onde originara-se o poder (*potestas in populo*, sem um povo ou um grupo não há poder) desaparece, ‘o seu poder’ também desaparece” (ARENDT⁵, 1985, p. 24 apud SOUZA, 1995, p. 80).

O poder – como capacidade de decidir – se exerce sobre fragmentos – porções da territorialidade – e é adaptado às circunstâncias contraditórias e particulares no tempo e no espaço “cada vez mais diversificado e heterogêneo” (SANTOS, 1993). Nessas condições a amplitude e a eficácia do poder são determinadas pela densidade dos fragmentos – possivelmente pelo que Milton Santos designa de luminosidade e opacidade, pela desobstrução e/ou construção de canais das múltiplas redes tecidas, elaboradas, consertadas ou construídas para dadas condições históricas.

Os territórios – necessariamente *pluralia tantum* – são espaços de ação e de poderes. “O fato de que o homem é capaz de agir significa que se pode esperar dele o inesperado, que ele é capaz de realizar o infinitamente impossível” (ARENDT, 1994, p. 191). Os territórios contemporâneos têm diferentes inserções na globalidade que é historicamente fragmentada (NEVES, 1994, p. 271).

⁵ ARENDT, HANNAH. **Da violência**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília. 1985.

O território, “a par de sua complexidade interna define ao mesmo tempo, um limite, uma alteridade: a diferença entre ‘nós’ (o grupo, os membros da coletividade ou comunidade, os *insiders*) e os outros (os de fora, os estranhos ou *outsiders*)” (SOUZA, 1995, p. 86).

Ao identificar o território da Vila Manaus como “um campo de forças, uma teia, uma rede de relações sociais”, define-se, pois ao mesmo tempo um limite e uma alteridade: a diferença entre o grupo de pessoas ou membros da comunidade que ocuparam a área e os “outros”, neste caso os de fora, como o poder público, a igreja, a universidade... .

Este espaço produzido pelo exercício do poder, o território, relaciona-se com as estruturas econômicas, sociais e culturais, políticas, que são o centro de atenções de autores como RAFFESTIN (1993) e SACK (1986). O território constitui um ambiente político produzido pela dialética sociedade/ambiente que transforma materiais disponíveis em um dado espaço da superfície terrestre em recursos RAFFESTIN (1993), e, como tal, enquanto campo de relações de poder assume a dimensão de um contexto de controle social, conforme SACK (1986).

O controle do espaço e dos processos desenrolados no interior de um determinado recorte espacial, como a Vila Manaus, é uma condição para o exercício do poder.

Como coloca SOUZA (1997, p. 29), “não há poder sem base territorial, (sem territorialização) uma vez que é esse o fundamento do acesso às fontes de poder:” os recursos naturais, a população pela sua ação social, interagindo com o espaço apropriado e possibilitando a formação de identidades politicamente legitimatórias e territorialmente referenciadas.

2.13 Do território à territorialidade e identidade e destes à desterritorialidade e refuncionalização

Mais do que um dado do real, o território deve pôr-se como o se fazer dimensão e tamanho da objetividade imaginada. Imaginar é tornar possível o existir do território da mente, liberta dos constrangimentos do mundo atual. É aceitar a convivência da necessidade e da liberdade no ser em construção contínua. O possível indica, em suas limitações, a aventura das impossibilidades, como desafios que o cotidiano coloca ante todos nós.

O tema da identidade com o local ou o lugar construído adquire valor em geografia a partir do conceito de territorialidade, como categoria relacional espaço-sociedade. A sociedade produz um espaço e, ao tomar consciência dele, o transforma em território, no sentido que RAFFESTIN (1977) empresta ao termo. Nele se plasma tanto a espacialidade quanto a temporalidade da ação social (CARA, 1994, p. 261).

A territorialidade pode ser analisada como um conjunto de práticas e suas expressões materiais e simbólicas capazes de garantirem a apropriação e a permanência de um dado território por um determinado agente social, o Estado, ou diferentes grupos sociais e as empresas (CORREA, 1994, p. 251-2).

O território é uma objetivação multidimensional da apropriação social do espaço. A territorialidade, a qualidade subjetiva do grupo social ou do indivíduo que lhe permite, com base em imagens, representações e projetos, tomar consciência de seu espaço de vida. *Tout projet dans l'espace qui s'exprime par une representation révèle l'image souétée d'un territoire, lieu de relations* (RAFFESTIN, 1977, p. 130).

Todavia, como observa SENEAL, “a geografia confronta duas leituras sobre a territorialidade: a primeira enfatiza a capacidade das sociedades de criar suas representações e símbolos, como um modo de compreender e conferir significado a sua própria história e meio ambiente expressa numa identidade espacial e comunitária; a segunda anuncia o desaparecimento das identidades e o fim dos territórios, sob as forças de standardização e da mobilidade dos indivíduos” (SENEAL, 1992, p. 29)

Ambos os conceitos, territorialidade e identidade podem aplicar-se ao indivíduo ou ao conjunto social e são, portanto, suscetíveis de analisar-se em diferentes escalas – local,

regional, nacional, etc. Pode-se analisá-las em termos de continuidade ou descontinuidade espacial (DI MEO, 1991), flutuação, e pode-se, ainda, falar de sua existência ou inexistência para um conjunto social determinado e, neste último caso, de construção voluntária. O sentido de pertença, de identidade regional, de tomada de consciência regional e de ação regional define a territorialidade regional. Tais conceitos permitem definir: territórios de identidade, territórios de pertença, territórios de referência e territórios de ação.

Neste estudo, liga-se a idéia de território à idéia de poder, exercido pelo Poder Público e pelo poder dos Movimentos Sociais (atores sociais) que construíram o território do bairro Vila Manaus na área destinada preliminarmente para ser o Primeiro Distrito Industrial, entre os bairros Cidade Mineira e Santa Luzia, em Criciúma – SC.

O povo como sujeito é também o povo como objeto, sobretudo o povo e o território como realidades indissoluvelmente relacionadas. (SEABRA, CARVALHO & LEITE, 2000, p. 121).

Na vida de todos os dias, a sociedade global vive apenas por intermédio das sociedades localmente enraizadas, interagindo com o seu próprio entorno, refazendo todos os dias essa relação e, também sua dinâmica interna, na qual de um modo ou de outro todos agem sobre todos. O sujeito é também objeto. O sujeito é plural e o objeto diversificado. (SANTOS, 2000, p. 122). O território, como unidade de gestão, ao se expandir pelo espaço não conquistado, cria novas formas de territorialidade que dialeticamente provocam novas formas de desterritorialidade, originando novas territorialidades.

O território construído pelos ocupantes se superpõe ao território construído pelo Estado (Poder Público) resultando em conflitos e complementações. O território e a territorialidade são encarados como categorias temporárias no espaço e no tempo, nada é permanente, tudo se acha em constante transformação.

Há vários territórios que recobrem a superfície terrestre, num determinado espaço urbano. Nestes territórios superpostos, cada um possuindo dimensões e conteúdos que são apropriados, vivenciados e percebidos pelos vários atores sociais caracterizando uma territorialidade com este espaço urbano.

Os territórios superpostos não formam apenas um mosaico, regular ou irregular, mas múltiplas possibilidades que se arranjam como uma visão caleidoscópica.

A desterritorialidade, a destruição ou desaparecimento do território apossado e (experienciado) vivido tem como motivação os diferentes processos derivados de incoerências entre os fatores atuais e anteriores capazes de destruírem o território.

É possível a reestruturação de um território que ao ser fragmentado ou suprimido, desterritorializado, expressando desta forma a reciclagem ou eliminação de um poder que, anteriormente, interditava o acesso e segregava o espaço, sem com isso, modificar a materialidade, que pode estar sendo refuncionalizada (SOUZA, 1997, p. 29).

As transformações nas relações sociais demandam reestruturações e refuncionalizações. Quanto maior vir a ser a ruptura com as relações sociais instituídas, maior deverá ser a mudança, por meio de reestruturações e refuncionalizações do espaço herdado, pressupondo desterritorializações e reterritorializações.

2.1.4 O movimento regulador: o caminho do pleno exercício do poder no território construído à autonomia.

Conforme será demonstrado adiante, a proposta de gestão ambiental – territorial de um espaço urbano construído pelo movimento de ocupação ocorrido no final da década de 1970 e início da década de 1980 se constituiu num exercício de poder sobre o território amalgamado com a edificação da autonomia e da cidadania plena.

Como coloca SANTOS (1998), é no território tal como ele se encontra atualmente, que a cidadania se realiza como ela é hoje, incompleta. Apenas com mudanças significativas na apropriação, utilização e gestão do território serão possíveis criar “um novo tipo de cidadania, uma cidadania que se nos ofereça como respeito à cultura e como busca da liberdade” (SANTOS, 1998, p. 6).

Ao nascer o cidadão se reveste de uma gama de direitos inalienáveis pelo simples fato de ingressar na sociedade humana. Viver, tornar-se um ser no mundo é assumir, com os demais, uma herança moral, que faz cada qual um portador de prerrogativas sociais. Direito a

um teto, à comida, à educação, à saúde, à proteção contra o frio, a chuva, as intempéries, direito ao trabalho, à justiça, à liberdade e a uma existência digna (SANTOS, 1998, p. 7).

No entanto ao considerarmos a estrutura e a dinâmica essenciais do modelo civilizatório capitalista é possível fazer uma análise que remete à questão das condições efetivas do exercício da liberdade e da participação, ao exercício do poder, ao exercício da cidadania e da autonomia numa sociedade capitalista, seja ela do “Terceiro” ou do “Primeiro Mundo” (SOUZA, 1995, p. 103).

Ao considerar os processos de gestão do território – ambiente do bairro Vila Manaus, está implícita a discussão da idéia de autonomia. Palavra de origem grega que, segundo o dicionário MICHAELIS, designa a qualidade ou estado de quem é autônomo. Na acepção sociológica e política temos a concepção de autonomia como sendo a capacidade de autodeterminação político-administrativa de que podem gozar, relativamente, grupos (partidos, sindicatos, corporações, cooperativas etc.), em relação ao país ou comunidade política dos quais fazem parte. Pode ser ainda interpretada como a liberdade moral ou intelectual de uma comunidade que se rege por princípios próprios. (MICHAELIS, 1998, p. 266).

Para SOUZA a autonomia constitui a base do desenvolvimento, processo de auto-instituição da sociedade rumo a mais liberdade e menos desigualdade; um processo, muitas vezes com desenlace doloroso, mas capaz de conceber uma nova realidade, onde seja possível a discussão livre e “racional” por parte de cada um dos membros da coletividade acerca do sentido e dos fins do viver em sociedade, dos erros e acertos do passado, das metas materiais e espirituais, da verdade e da justiça. (SOUZA, 1995, p. 105-6).

A autonomia do exercício de poder de uma coletividade que quer reger-se por si própria, comandando o presente e o futuro, no exercício pleno de liberdade, como coloca CASTORIADIS (1983, p. 22)⁶ citado por SOUZA (1995, p. 105)

“A liberdade numa sociedade autônoma exprime-se por estas duas leis fundamentais: sem participação igualitária na tomada de decisões não haverá execução; sem participação igualitária no estabelecimento da lei, não haverá lei. Uma coletividade autônoma tem por divisa e por

⁶ CASTORIADIS, Cornelius. Introdução: socialismo e sociedade autônoma. In CASTORIADIS, Cornelius. **Socialismo ou barbárie**. O conteúdo do socialismo. São paulo: Brasiliense, 1983.

autodefinição: nós somos aqueles cuja lei é dar a nós mesmos as nossas próprias leis” (CASTORIADIS, 1983, p. 22).

Uma sociedade, ou, o conjunto relativamente complexo de indivíduos de ambos os sexos e de todas as idades, que permanecem associados e equipados de padrões culturais comuns, próprios para garantir a continuidade do todo e a realização de seus ideais, que abrange os diferentes grupos parciais, família, sindicato, igreja, partidos políticos, associações que se formam, será autônoma quando conquistar a defesa e a gestão livre de seu território, catalisador de uma identidade cultural e ao mesmo tempo continente de recursos, recursos cuja acessibilidade se dá, potencialmente, de maneira igual para todos (SOUZA, 1995, p. 106).

Para um grupo de cidadãos, membros de uma coletividade, a gestão autônoma de seu território representa uma condição sem a qual não será possível a construção da equidade e justiça social pela reapropriação social do ambiente, através da gestão socialmente justa dos recursos presentes no território (SOUZA, 1995; LEFF, 2000).

Como assinala LEFF (2000, p. 203), as condições de existência das comunidades passam pela legitimação dos direitos de propriedade das populações sobre o seu patrimônio de recursos naturais e de sua própria cultura, e pela redefinição dos seus processos de produção, seus estilos de vida e seus sentidos existenciais.

O controle territorial – ambiental pela autonomia na reestruturação dos limites territoriais, na construção dos territórios, em específico, dos diversos territórios sobre o espaço urbano da Vila Manaus é possível identificar através de uma malha analítica que visualize, dentro do território, os diferentes atores sociais, as relações que mantêm entre si e os territórios e territorialidades próprias aos diversos grupos.

2.2 MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS

Nenhuma sociedade, por mais elementar que possa ser, está livre da organização do campo operatório de suas ações (RAFFESTIN, 1993).

O conceito de Movimento Social Urbano, para CASTELLS (1974), se apresenta amplo e formal, mas também abre perspectivas do ponto de vista do dominado:

“Por movimento social urbano se entende um sistema de práticas que resulta da articulação de uma conjuntura na estrutura urbana e na estrutura social, e de natureza tal que seu desenvolvimento tenda objetivamente para a transformação estrutural do sistema urbano, ou para modificação substancial da correlação de forças na luta de classes, ou seja, em última instância, no poder de Estado.” CASTELLS (1974, p. 426).

Este conceito, em seu aspecto formal, é relativizado pelo próprio CASTELLS (1978, p. 3) ao ressaltar a necessidade de se “partir para a investigação da observação de práticas históricas concretas, de forma que os esquemas teóricos sejam adaptados e retificados em função do movimento histórico real.” Em razão do exposto, resgatam-se a seguir aspectos, características e articulações concretas, relacionadas com o surgimento de Movimentos Sociais Urbanos no Brasil, para embasar a coleta de dados e subsequente análise dos movimentos sociais que tiveram como palco o bairro Vila Manaus, em Criciúma – SC.

2.2.1 Movimentos Sociais Urbanos no território Brasil: aspectos, características e articulações.

Na década de quarenta emergem, na sociedade brasileira, movimentos sociais de características localizadas, restringidos no âmbito do domínio da territorialidade urbana, em especial nas suas regiões periféricas. Estes movimentos têm caráter reivindicatório, de demanda por bens, equipamentos e serviços coletivos.

Como exemplo desse fenômeno, GOHN (1982) relata a formação das Sociedades Amigos de Bairro (SABs). Nascidas a partir das Sociedades de Amigos da Cidade (SACs) de

São Paulo, em 1934, tendo à frente profissionais liberais e aristocratas, cumpriram o papel de interferir na condução do crescimento já intenso e descontrolado de São Paulo (SINGER & BRANT, 1980⁷ *apud* DOIMO, 1984, p. 28).

Após a Segunda Guerra Mundial, foi intensificada a formação destas sociedades (SABs), atendendo interesses populistas. Funcionavam como elos de ligação entre a população local e o poder público. As relações entre o povo e o Estado tinham um caráter clientelista marcante, com a prática freqüente de escambo eleitoral. Trocavam-se obras e serviços financiados com recursos públicos, por voto dos beneficiários (SINGER & BRANT, 1980⁸ *apud* DOIMO, 1984, p. 28).

As Sociedades de Amigos de Bairro (SABs) demarcaram novas delimitações territoriais no espaço urbano na medida em que tornaram visíveis, através de suas exigências, as segmentações entre as diferentes classes sociais quanto ao acesso, uso e/ou propriedade dos bens necessários para a sobrevivência no ambiente urbano.

No período pós-64, com o regime de exceção, a repressão se abateu sobre todas as formas de organização popular, havendo uma significativa redução dos movimentos sociais urbanos.

Na década de 70, principalmente após 1974, com o desvendar do chamado “milagre econômico”, as contradições urbanas se avolumam. O Estado, com sua política econômica centralizada, incapaz de agir com caráter populista, vêem surgir lideranças compromissadas com um trabalho de base, adotando uma postura crítica em relação à política clientelista, populista e personalista. Estes fatores e atores sociais reconfiguraram os movimentos sociais urbanos, com a participação do movimento operário e de outras maneiras de manifestação da sociedade, motivando a retomada dos processos reivindicatórios, como elemento de pressão sobre o Estado, assumindo postura autônoma e independente em relação a ele.

A articulação entre o movimento operário e os movimentos urbanos se intensifica. A superação do arrocho salarial e das péssimas condições de vida são bandeiras erguidas na

⁷ SINGER, Paul & BRANT, Vinicius C. **São Paulo: o povo em movimento**. Petrópolis: Vozes, 1980.

comunhão de esforços. Nos bairros passam a circular jornais que expressam as novas formas de organização destes setores populares.

Ao descrever esta articulação entre os novos movimentos sociais urbanos, DOIMO (1984, p. 30) traça como se processava a integração entre os moradores de bairros e os operários. Nos informativos de bairros eram registrados os movimentos reivindicatórios de vários tipos, situados e organizados nos locais de moradia da classe trabalhadora: associações de moradores, comissões de ruas, assembléias nos bairros, mutirões, ocupações de terrenos. Esta forma de organização expressava suas necessidades através de faixas, cartazes, passeatas, abaixo-assinados, audiências com autoridades do poder público. As reivindicações eram desde: limpeza e canalização de valas, transporte coletivo, iluminação pública, construção de escolas, regularização de escrituras de terrenos, água, esgoto, segurança, creches, postos médicos, entre outras (DOIMO, 1984, p. 30).

Estas reivindicações tinham como base a falta de equipamentos, bens e serviços de uso e consumo pela coletividade, com forte interface política na medida em que contribuíam para acelerar o processo de abertura e anistia política, ensejando uma integração de setores da classe operária com o movimento social urbano.

2.2.2 O papel da Igreja Católica nos movimentos sociais urbanos.

Ao findar a década de setenta, os movimentos reivindicatórios ampliam sua presença e atuação no cenário político-social do país. O envolvimento da Igreja Católica com os movimentos sociais no Brasil, desde o movimento operário, passando pelos movimentos do campo, até as organizações por locais de moradia, ganhou novas formas de articulação com as comunidades eclesiais de base (CEBs). Esta modalidade de organização, inspirada em uma ala da Teologia da Libertação, tinha como característica a formação de pequenos grupos em torno da paróquia (nas áreas urbanas) ou da capela (nas áreas rurais), por iniciativa de leigos, padres e bispos, com natureza religiosa e caráter pastoral (BETTO, 1981, p. 16).

Considerando-se a Igreja Católica como um todo, foi no século XIX que os problemas sociais passaram a ocupar um lugar na teoria e prática religiosa, com a criação da “Doutrina Social da Igreja”. No século XX, os países anglo-saxões elaboraram uma Teologia

da Secularização e os países Latinos passam a pensar na direção de uma Teologia das Realidades Terrestres. As decepções com o fracasso do modelo desenvolvimentista na América Latina teriam favorecido o surgimento, na década de 60, na Conferência do Conselho Episcopal Latino-Americano – CELAM – em Medellín (1968), da idéia de uma Teologia da Libertação, que contribuísse para a construção de uma sociedade alternativa.

A Teologia da Libertação é concebida, segundo BOFF (1978), a partir do momento histórico virtual, como um “novo modo de fazer teologia”, adotando como elemento chave a *práxis*: o conjunto de práticas visando à transformação da Sociedade ou à produção da História.

No ponto de vista de SCHERRER-WARREN a Teologia da Libertação é essencialmente:

“a) *opção ideológica a favor dos pobres e oprimidos*: é a transformação de sua ideologia para uma extensão meta-social: à crença na doutrina do destino último do homem (morte, ressurreição, juízo final) soma-se a preocupação com a situação do homem no mundo, ampliando o foco de ação da religião católica;

b) *reflexão sociológica* e aplicação de conhecimentos oriundos dos assuntos sociais e políticos, especialmente da origem e desenvolvimento das sociedades humanas em geral e de cada uma em particular, para autoconhecimento dos oprimidos e respectivo encaminhamento de uma *práxis* libertadora;

c) *criação de uma práxis inovadora*, que parte diretamente da cultura popular latino-americana: a religiosidade popular.” (SCHERRER-WARREN, 1984, p. 122-123).

Segundo SCHERRER-WARREN (1984), o resgate da religiosidade popular é onde reside a principal contribuição da Teologia da Libertação para o campo dos movimentos sociais da América Latina. Num submundo de miséria, onde predominavam as formas de opressão econômica e legal, e o povo não tinha alcançado as condições mínimas de sobrevivência humanamente digna, com inexistência, insuficiência ou desrespeito aos direitos de cidadania e de justiça social, características comuns aos países latino americanos, a Teologia da Libertação se volta mais à prática do que à teoria.

GUTIÉRREZ (1981, 1983), sintetiza documentos elaborados por um conjunto de

religiosos e leigos latino-americanos a favor de uma teologia em perspectiva adequada à realidade vivida e experienciada pelos povos latino-americanos. Esta síntese se efetua igualmente em duas ocasiões históricas fundamentais, expressa em dois documentos impulsionadores da caminhada de luta da Igreja: O Documento de Medellin (1968) e o Documento de Puebla (1979). GUTIÉRREZ (1983), partindo desses documentos e de outros pronunciamentos e textos saídos de diferentes setores da Igreja latino-americana, que se identificam com esta perspectiva libertadora da Igreja, indicam o seguinte conjunto de idéias orientadoras de uma *práxis* “para uma transformação da realidade latino-americana.”

- reconhecimento da solidariedade da Igreja com a realidade particular da América Latina;
- ataque às injustiças e à violência institucionalizada;
- prática de uma educação libertadora, que permita ao povo tornar-se dono de seu próprio destino;
- adoção do rumo ao socialismo, para a promoção da propriedade social dos meios de produção e o advento de um homem novo, mais solidário; e, finalmente,
- deflagração de um processo de libertação através da participação ativa dos oprimidos.

Como coloca GUTIÉRREZ (1983) a libertação do povo oprimido inicia,

“A partir da verificação da aspiração, geralmente frustrada, das classes populares a participarem das decisões que afetam a sociedade global, chega-se a compreender que aos pobres é que toca o papel de protagonista em sua própria libertação: primeiro aos povos pobres e aos pobres do povo é que compete realizar sua própria promoção. Repelindo todo o tipo de paternalismo, afirma-se que a transformação social não é mera revolução para o povo, mas o próprio povo - mormente os setores camponeses e operários, explorados e injustamente marginalizados - é que deve ser agente de sua própria libertação. Essa participação exige tomada de consciência, por parte dos oprimidos, da situação de injustiça.” (GUTIÉRREZ, 1983, p. 105-6).

No pedestal deste novo posicionamento da Igreja, segundo SCHERRER-WAREN (1984, p. 127), localiza-se a influência filosófica propulsora e impulsionadora de um novo

tipo de movimento social para a libertação da opressão social. Inovação é o fato de que o discurso político e ideológico do movimento passam pela construção tripartite nas seguintes fontes:

- reflexão sobre a vivência própria de opressão;
- utilização do conhecimento crítico oriundo das Ciências Sociais; e
- mediação do discurso evangelizador da Igreja.

Trata-se, também, de um “novo modo de fazer teologia”. “Nesse contexto, a teologia passa a ser uma reflexão crítica a partir da *práxis* histórica e sobre ela, em confronto com a palavra do Senhor vivida e aceita na fé” (GUTIÉRREZ, 1981, p. 91). E mais ainda, trata-se de uma “teologia que não se limita a pensar o mundo, mas procura situar-se como um momento do processo através do qual o mundo é transformado” (GUTIÉRREZ, 1983, p. 27).

As implicações da paridade do movimento social e religioso têm reflexos sobre as massas populares, segundo SCHERRER-WARREN (1984), de duas maneiras básicas:

- penetração no seio das massas, por meio de um de seus traços culturais mais fortes – o da religiosidade – fortalecendo o desencadear de uma *práxis* de autotransformação, segundo um projeto de libertação das opressões sociais;
- trazer uma nova mensagem da Igreja contra a expropriação e a opressão, e um novo modo de participação religiosa contra a hierarquia e com a promoção das bases, possibilitando modificações na própria concepção tradicional de religiosidade destas massas e nas suas concepção de mundo em geral.

A Teologia da Libertação, segundo Gutiérrez, questiona de forma radical a ordem social latino-americana, pois as injustiças sociais aí são muito profundas para se propor medidas atenuantes: “Por isso é que se fala de revolução social e não de reformas, de libertação e não de desenvolvimento, de socialismo e não de modernização do sistema em vigor” (GUTIÉRREZ, 1981, p. 70). Sugere, porém, que o socialismo seja fruto de um projeto latino-americano, nascido como resposta às lutas dos movimentos sociais, e que não se sigam esquemas prontos e modelos que já provaram ser deficientes. Dá a entender também como é

fundamental que este projeto, além das transformações quanto à apropriação dos frutos do trabalho humano e da gestão política, incorpore um processo de transformação do próprio homem em direção a uma crescente fraternidade humana.

“Só a superação de uma sociedade dividida em classes, só um poder político a serviço das grandes maiorias populares, só a eliminação da apropriação privada da riqueza criada pelo trabalho humano, pode dar-nos as bases de uma sociedade mais justa. Por isso é que a elaboração do projeto histórico de uma nova sociedade toma, cada vez mais, na América Latina, o rumo do Socialismo...” (GUTIÉRREZ, 1983, p. 263).

“Este fato implica não apenas em melhores condições de vida, radical mudança de estruturas, revolução social, mas muito mais: a criação contínua e sempre inacabada de nova maneira de ser do homem, uma permanente revolução cultural” (GUTIÉRREZ, 1983, p. 70).

Todavia, para que se efetue a passagem da crítica de uma ordem opressora para a realização de um projeto histórico libertador, necessita-se de uma *práxis* transformadora do real. Neste sentido, Gutiérrez cita Paulo Freire, afirmando que entre a denúncia e o anúncio está o tempo da construção, da *práxis* histórica. (GUTIÉRREZ, 1983, p. 70).

2.2.3 Metodologia da *práxis* transformadora da Teologia da Libertação: o método “ver, julgar e agir”

Para produzir a transformação da sociedade, a Teologia da Libertação desenvolveu metodologia largamente difundida nos movimentos sociais, que a reproduziram em inúmeros documentos. Tem sua origem no interior da Ação Católica nos anos 30, posteriormente consolidada na encíclica *Mater et Magister*, de 1961 e reafirmada pela III CELAM, em Puebla. (CARVALHEIRA, 1983).

Numa sociedade massificante e marginalizada, a maneira mais pedagógica de trabalho são os pequenos grupos de base, por proporcionarem um relacionamento mais profundo e responsável entre seus membros (CNBB, 1985). O método de formação dos grupos de base contempla os seguintes passos:

- i) partir das experiências vividas e sentidas pelos jovens;
- j) relacionar estas experiências com a realidade global na sociedade no qual o

jovem vive, para se chegar a uma análise crítica da mesma (VER);

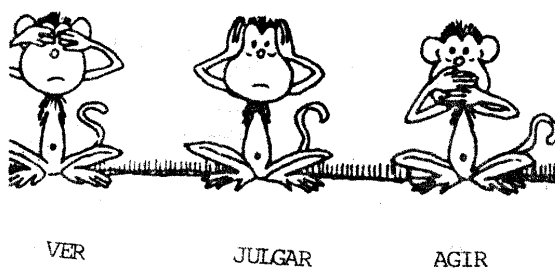
k) confrontar estas experiências e a realidade com a vida de Jesus Cristo, com a caminhada do Povo de Deus, e com o ensinamento oficial da Igreja (JULGAR);

l) planejar e executar a ação de acordo com a análise feita (AGIR);

m) fazer revisão dos novos fatos, continuando o processo de ação-formação (REVER).

Estes passos são conhecidos como o “Método VER, JULGAR, AGIR, REVER”.

Este método tem dois momentos fortes: RdV (Revisão de Vida) e RdP (Revisão de Prática). A ilustração que segue foi extraída de publicação da Pastoral da Juventude (CNBB – PJ, 1987, p. 30):



2.2.4 Comunidades Eclesiais de Base

Ao definir as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), o teólogo e pensador BOFF examina os documentos e decisões adotadas pela Igreja Católica na sua “opção preferencial pelos pobres”, geradas no Concílio Vaticano II e efetivadas na CELAM (1968), e afirma: “Os documentos de Medellín concebem a CEB como um grupo homogêneo e com uma dimensão tal que permita o trato pessoal e fraterno. Desta maneira, a CEB constitui o primeiro e fundamental núcleo eclesial, uma célula inicial da estruturação eclesial, foco de evangelização e atualmente fator primordial de promoção humana e desenvolvimento” (BOFF, 1982, p. 52).

A comunidade de base era formada por um grupo de 15 a 20 pessoas que se reuniam em torno da Palavra de Deus para expressar e alimentar sua fé e discutir, à luz desta palavra, os seus problemas, ajudando-se mutuamente (BOFF, 1986, p. 94).

2.3 OS MOVIMENTOS SOCIAIS NA DÉCADA DE 80: NOVOS ATORES, NECESSIDADES, PALCOS E TERRITÓRIOS DE AÇÃO

Na década de oitenta, além da Igreja Católica, novos personagens e atores fazem parte do cenário político de reivindicação por direitos sociais e coletivos: também houve a participação de outras igrejas, de grupos ideologicamente motivados e de novas facções político-partidárias emergentes, que se estruturaram formando uma rede de articulações. As lutas principais eram por creches, pelos transportes, pela moradia e por condições de saúde, entre outras (SADER, 1988). Surgiram movimentos urbanos como alternativa para expressão de setores da sociedade civil, passando a mobilizar e a se organizar. Instaurou-se um clima propício para a participação popular no país. Foram estabelecidas novas regras de relações entre o povo e o governo. Definiram-se a construção dos instrumentos constitucionais de participação nas esferas federal, estadual e municipal. Os grupos sociais recém formados emergem trazendo à tona demandas relativas a carências sócio-econômicas como nos

movimentos reivindicatórios urbanos da década anterior, mas também outros problemas que a coletividade enfrentava.

Estas ações contribuíram para reformar as práticas e a cultura religiosa do povo, motivaram a massa de operários e trabalhadores para a participação social em lutas por melhores condições de vida, com projeções sobre o sistema político do país. Surgiram desta forma os movimentos ecológicos, as organizações de luta contra a discriminação racial, pelo fim da violência contra as crianças, às mulheres e na sociedade em geral, a luta por escolas públicas de boa qualidade, movimento dos aposentados, movimento dos moradores de rua e ressurgimento do movimento estudantil, no ensino médio e universitário.

As relações práticas e articulações entre os diferentes atores na forma de movimentos sociais, urbanos ou de campo, representam os diferentes procedimentos destes nas superfícies, nos territórios construídos, que se refletem no estabelecimento de nós e na construção de redes no espaço urbano. As diferentes demandas reivindicatórias, realizadas em determinado espaço, ou seja, todas as práticas espaciais, mesmo as embrionárias, induzidas por um sistema de ações ou comportamentos se traduziram numa produção territorial, surgindo assim às tessituras, nós e as redes de ação das pessoas, atores sintagmáticos, partícipes do processo de construção de sua história, sujeitos em construção num processo de edificação da cidadania e de suas vidas.

2.3.1 Territórios e reterritórios dos “antigos” e “novos” movimentos sociais

Uma primeira delimitação territorial dos campos de ação dos movimentos sociais pode ser estabelecida entre os "novos" e "antigos" movimentos. Neste sentido, VIOLA (1987) focaliza sua análise na integração e na coesão das antigas e das novas práticas sociais. Os movimentos de operários, de camponeses e de estudantes são classificados como movimentos sociais antigos, e os movimentos de mulheres, de negros, das comunidades eclesiais de base (CEBs), dos grupos de defesa dos direitos humanos e ecológicos, principalmente, são conceituados como novos movimentos sociais. Os movimentos das sociedades de amigos de bairros e associações de moradores, nesta classificação, apresentam uma posição pendular intermediária. Tanto os "novos" movimentos sociais como os "antigos" identificam-se como organizações da sociedade civil que surgem contrapondo a luta pela democratização do

regime político à situação de marginalidade e de exclusão gerada pelo modelo sócio-econômico dominante. A principal distinção está no fato de que os "novos movimentos" apresentaram novas maneiras de manifestar as contradições e as situações de opressão, além das posições contrárias nas relações de produção. Há um novo campo de batalhas deslocado da preocupação dos efeitos econômicos do imperialismo para os efeitos sócio-culturais da dependência.

As bases dos novos movimentos sociais são populares, mas incluem também a classe média, revelando a heterogeneidade de organização a partir de diferentes níveis, desde os estritamente materiais até os amplos, que envolvem aspectos classistas. (VIOLA, 1987; CARDOSO, 1985).

Em relação ao caráter classista, os movimentos sociais podem ser diferenciados, segundo SCHERER-WARREN (1993), em duas grandes porções, ou seja, aqueles que têm uma sintonia maior com os movimentos de base mais popular e os movimentos formados por grupos pertencentes às classes médias.

Os "novos" movimentos sociais têm um papel importante, pois trazem à tona novos sujeitos, novos atores, portadores de elementos constitutivos para a formação da consciência dos direitos do cidadão, para a inserção e ampliação do conceito de cidadania (CARDOSO, 1988; SADER, 1988). "Nova mentalidade", "novo espírito coletivo", "nova identidade", "nova organização da práxis social", que constituem, enfim, uma "nova cultura política de base", são os maiores méritos atribuídos aos novos movimentos sociais pela maior parte dos autores. Em relação à "cultura política", VIOLA destaca que ela representa configurações de valores formados historicamente, e não a partir de escolhas de atores individuais (VIOLA, 1987). Compete-lhe prover a base dos discursos, das ideologias e das práticas políticas.

2.3.2 Pontos em comum na tessitura dos movimentos sociais urbanos

Os atores sociais que fazem parte dos diversos movimentos têm características que comungam esforços e ações, se opondo, agindo, e, por consequência mantendo relações, assegurando funções, influenciando-se, interditando, permitindo distanciamentos e aproximações, criando desta forma uma rede entre eles (RAFFESTIN, 1993).

Entre os elementos comuns a esta rede de ações dos movimentos sociais, temos um novo conjunto de regras codificadas da sociedade civil, acreditando no ser humano, na busca pela valorização e construção dos seus direitos. A superação de atitude passiva, de aguardar pelos outros, ou pelo próprio Estado, na busca da resolução dos problemas através da expressão da vontade coletiva. Trata-se de uma nova postura com caráter histórico sumamente relevante, pois rompe com valores e normas comportamentais arraigadas na cultura política da sociedade brasileira. É a efetivação do processo de construção da cidadania, baseada em valores democráticos e nos direitos coletivos dos cidadãos.

Os movimentos sociais dos anos oitenta e noventa recuperam o espaço banal, no sentido proposto por PERROUX (SANTOS, 2000), como o espaço onde se realiza a vida coletiva, onde os que mandam e os que não mandam, os ricos e os pobres, os poderosos e os não poderosos estão presentes.

Como coloca SANTOS (1996, p. 9),

"o espaço banal é o espaço de todos os alcances, de todas as determinações; o espaço banal é o espaço de todos os homens, não importando as suas diferenças; o espaço banal é o espaço de todas as instituições, não importando a sua força; o espaço banal é o espaço de todas as empresas, não importando o seu poder".

Através da rede de movimentos sociais urbanos ocorre a recuperação de espaços intra-urbanos, locais onde a realidade é possível num dado momento. A rua, a praça, o bairro, passam a ser o locus preferido de manifestação das demandas sociais. Diversamente, os antigos movimentos sociais de caráter reivindicatório de base popular urbana utilizaram como locus preferido às instalações dos órgãos públicos estatais para a realização de seus atos de protesto ou de concentração, a prefeitura, a câmara, as secretarias de Estado, as

administrações regionais. Os "novos" movimentos resgataram a rua e a praça como espaços privilegiados para dar visibilidade pública aos seus atos. As passeatas e outras formas criativas de protesto, como as pinturas do rosto, a fantasia de um boneco ou a encenação de um drama, juntam-se às formas já consagradas pelos movimentos urbanos: faixas, cartazes, músicas, petições, abaixo-assinados etc.

Os "novos" movimentos sociais decorrem de uma mesma matriz geradora. São movimentos que têm como motivações básicas fenômenos que emergem da crise estrutural do capitalismo brasileiro, em sua fase neoliberal. A depredação do meio ambiente, embora não circunscrita aos países do Terceiro Mundo, no Brasil decorre em grande parte da acumulação selvagem e depredatória existente. Menores de rua, aposentados e pensionistas desamparados e em situação de miséria; moradores de rua, etc., são fenômenos típicos de países do Terceiro Mundo, e, nos anos 80, consequência do modelo econômico adotado e das políticas de privatização e de desativação da atuação estatal na área social.

Os "novos" movimentos sociais possuem uma penetração junto aos meios de comunicação de massa. Enquanto os movimentos reivindicatórios urbanos dos anos setenta confinavam-se mais nas áreas periféricas da cidade, os novos movimentos retomam o centro da cidade ou a área central ampliada, como palco de suas manifestações. Essas, ainda que sejam de pequena proporção, ganham visibilidade por parar ou atrapalhar o trânsito, articulam-se com várias outras entidades da sociedade civil, formando uma rede, tendo acesso aos meios de comunicação da imprensa escrita e falada. Suas atuações são convocadas com antecedência, planejadas, exigindo dos planejadores formas alternativas de enfrentarem a situação.

Uma característica diferencial dos "novos" movimentos sociais é o fato deles não serem ações de grupos isolados, mas sim ações conectadas com outras redes de organizações não governamentais - ONGs. Essas redes são integradas a movimentos de sustentação política, ideológica e, em vários momentos, de suporte financeiro. Tratam-se de organizações voltadas para a assessoria e/ou o apoio às comunidades organizadas, atuando de forma institucional, com modelos de gestão e de planejamento racional, composta de quadros profissionais, inseridos em seu bojo, em quadros de carreira. Várias destas organizações articulam-se em nível nacional e internacional sendo que, nesse último caso, suas relações são

pactuadas por propostas de trabalho, a partir do desenvolvimento de projetos com objetivos, cronogramas, orçamentos.

2.3.3 O ambientalismo: elemento catalisador da busca de uma melhor qualidade de vida.

Os movimentos ecológicos surgiram nos anos oitenta como uma novidade, embora já existissem na arena social, enquanto reivindicação isolada, desde os séculos XVIII e XIX, com os socialistas utópicos, os anarco-sindicalistas e os naturalistas.

As diferentes correntes de pensamento político-ideológicas do ambientalismo/ecologismo, os fatores endógenos e exógenos do surgimento do movimento ambientalista no Brasil, a tipificação dos atores ambientalistas já foram objeto de análise de vários autores (ver, por exemplo: VIOLA, 1987; VIOLA, 1994; VIOLA & LEIS, 1991; PÁDUA, 1991; VIOLA & VIEIRA, 1992; VIOLA & LEIS, 1992; McCORMICK, 1992; LEIS, 1996; MARTÍNEZ-ALIER, 1998; LEFF, 2000; ALEXANDRE, 2000;).

Os movimentos ecológicos dos anos oitenta e noventa significaram para a sociedade como um todo, e para os seus participantes em particular, uma nova forma de pensar e de agir sobre a relação homem-natureza. Eles foram além da denúncia da exploração e dilapidação exacerbada dos recursos naturais. Eles formularam as bases de um novo paradigma de relações na sociedade, baseado não no fator trabalho ou mercado, mas no fator vida. Foram além da reivindicação de melhoria da qualidade de vida, na medida em que questionaram as bases do modo de vida existente, fundadas na busca da realização através da apropriação de objetos de consumo; do trabalho competitivo nos locais de produção; da apropriação de saberes objetivando a constituição de redes de monopolização de conhecimentos; da cultura fugaz e instantânea dos meios de comunicação de massa; da diferenciação social através da moda e de utensílios tidos como modernos; da necessidade de participação em círculos e pequenos grupos de poder como forma de não ser alijado dos eventos e acontecimentos de seu tempo; e do desgaste da saúde física e mental devido aos processos estressantes a que os cidadãos são submetidos quotidianamente.

Desloca-se o paradigma da ciência, até então tido como o da busca da racionalidade das ações subjetivas. A busca da felicidade como bem supremo da humanidade, tema central

da sociedade grega, volta a ter lugar, ao invés da busca de engajamento em lutas libertárias ou igualitárias:

"O desafio vencido pelo homem - como produzir cada vez mais bens com cada vez menos trabalho, fazendo alavanca sobre a força silenciosa do desejo de dinheiro - está praticamente superado ao apagar-se o século XX. O novo desafio que marcará o século XXI é como inventar e difundir uma nova organização, capaz de elevar a qualidade de vida e do trabalho, fazendo alavanca sobre a força silenciosa do desejo de felicidade." (DE MASI, 1999, p. 330)

A humanidade, enquanto sujeito coletivo passa a ser a referência básica, e não mais o sujeito individual, operário ou trabalhador, agente fundamental das mudanças históricas. Assim, o universal, as totalidades, passam a ser buscados como referências e não apenas as necessidades históricas de determinados grupos sociais, excluídos ou explorados economicamente na sociedade.

Outro aspecto importante presente nos movimentos ecológicos diz respeito à sua própria concepção de modernidade. Trata-se de fundar uma nova cultura política, a partir de idéias, valores e práticas novas, onde o passado, a tradição, a cultura historicamente acumulada através da experiência dos indivíduos, não são negados, mas, ao contrário, são resgatados e reafirmados sob nova ética. Não se trata de ruptura com a tradição, mas de revitalizações das práticas culturais, como força nova e junção de novos tecidos e relações sociais.

Aqui se pretende apenas a análise das questões ambientais do lugar Vila Manaus como fator de integração dos cidadãos da nova resignificação das relações homem-ambiente na territorialidade construída pelo projeto de gestão ambiental do Projeto Nossa RUA.

Para SCHERER-WAREN (1999) as ações ambientalistas têm se caracterizado por uma atuação política e pela edificação de representações simbólicas em diversas escalas: do local ao global. Desta forma "o local, os problemas particulares se universalizam, e o universal, a ética ecológica planetária se particulariza, se expressa simbolicamente em problemas locais" (SCHERER-WAREN, 1999, p. 68).

A atuação dos atores sociais do bairro Vila Manaus ao discutirem soluções para problemas locais como, por exemplo, a implantação de um programa de coleta seletiva de lixo

e a arborização de ruas, em seus espaços de representação e atuação, o bairro, podem ser classificados como um movimento ecologista comunitário - MEC.

Na análise dos "novos" atores sociais, SCHERER-WAREN, (1999, p. 70), estabelece a categoria de movimento ecologista comunitário como àquela organização formada por diversos atores (organizações de base, associações de bairro, ONG's locais e outros cidadãos) que se articulam em torno de um problema socioambiental local, e atuam na melhoria da gestão do meio ambiente local.

Segundo VIOLA e LEIS (1991), o ambientalismo complexo-multissetorial é formado pelos seguintes atores:

"(1) associações autodenominadas ambientalistas e o movimento ecológico "strictum sensu"; (2) setores ecologistas da comunidade científica presentes hoje nas universidades e institutos de pesquisa; (3) indivíduos coletivos formadores de opinião, que têm uma orientação ecologizante; (4) partidos verdes; (5) pequenos e médios empresários que incorporam a dimensão ecológica na sua racionalidade microeconômica; (6) grupos e redes orientados para o desenvolvimento do potencial humano; (7) a comunidade dos técnicos das agências estatais voltadas para a defesa do meio ambiente; (8) movimentos sociais que têm orientações valorativas e práticas ecologizantes; (9) setores minoritários ecologizados de macro-estruturas: agências estatais, corporações multinacionais, partidos políticos, associações profissionais (sindicatos e outros), associações empresariais e organizações religiosas; (10) camponeses cujo modo de produção leva em conta a dimensão ecológica, seja por uma lógica histórico-tradicional, seja por um processo de aprendizado recente" (VIOLA e LEIS, 1991, p. 23-4).

A incorporação de novos atores ao campo de ação da problemática ambiental, o movimento ambientalista, ou o ecologismo, se constituiu como um campo multissetorial, saindo de uma difusa fase estética e incorporando vários setores, problemas, perspectivas e expectativas advindas das ciências naturais, da sociedade civil, do Estado, da economia e das religiões (LEIS, 1999).

Na análise sobre as interfaces do movimento de defesa dos direitos humanos com o ambientalismo no Brasil, VIOLA e NICKEL (1994) apresentaram muitos campos de ação comuns. No que se refere aos direitos humanos "que precisam ser esverdeados", significando uma atenção maior para as relações do modelo hegemônico capitalista de desenvolvimento,

pobreza, iniquidade, violação de direitos individuais e coletivos e a acelerada degradação ambiental.

Enquanto garantia da realização de certos direitos humanos, muito ainda tem que ser executado, para que o ambientalismo tenha êxito na proteção ambiental como: melhorar a eficácia do aparato legal ambientalista, melhorar a produção e distribuição de alimentos para garantir a todos os cidadãos um patamar mínimo de nutrição, e fundamentalmente, basear as ações ambientais na educação. São questões humanas e ambientais que poderão assegurar uma sociedade sustentável para as futuras gerações (VIOLA e NICKEL, 1994).

Para LEFF (2000a) o relacionamento ético ambiental em que os direitos humanos ligados ao meio ambiente emergem como uma necessidade ou premissa fundamental na melhoria da qualidade de vida, que é interpretada não somente como a satisfação de necessidades básicas e de bem-estar, mas também como o direito a uma vida digna ao pleno desenvolvimento dos seres humanos e à realização de suas aspirações morais, intelectuais, afetivas e estéticas, mediante a reconstrução do ambiente (LEFF, 2000a, p. 220).

Ao considerar os problemas ambientais como sendo todos aqueles que afetam negativamente a qualidade de vida dos indivíduos no contexto de sua interação com o espaço (ambiente), seja o espaço natural ou o espaço social, construído pela apropriação e formação de identidade espacial ou territorialidade, SOUZA (2000) chama a atenção para a diferença entre qualidade de vida e padrão de vida.

Para SOUZA (2000, p. 117) padrão de vida relaciona-se “ao poder aquisitivo de um indivíduo, retratado por uma grandeza mensurável, - o dinheiro - e tendo como referência o mercado”, e o conceito de qualidade de vida, abrange também “aquelas coisas que não podem ser simplesmente adquiridas pelos indivíduos no mercado”, mas relacionam-se com seu bem-estar, como belezas cênicas, qualidade do ar e liberdade de expressão e manifestação política.

2.3.4 A resignificação de mundo: a nova relação homem-ambiente.

LEFF (1988), ao estudar o movimento ambientalista na América Latina, ressalta que o ambientalismo se inscreve em um processo de "resignificação" do mundo atual e, nesse sentido, propõe um novo projeto de civilização que implica a construção de uma nova racionalidade produtiva e uma nova cultura. As demandas ambientais colocam a questão da participação democrática da sociedade no aproveitamento e manejo dos recursos naturais, assim como no processo de tomada de decisão para a escolha de novos estilos de vida e construção de futuros possíveis sob os princípios da "independência política, equidade social, diversidade étnica, sustentabilidade ecológica, equilíbrio regional e autonomia cultural".

O autor observa que o movimento ambientalista coloca novos problemas metodológicos para a investigação sociológica, que deve transcender a uma classificação formal segundo as origens de classe, pois se trata de um movimento "multidimensional", com uma composição "pluriclassista". Estes movimentos vão se configurando e adquirindo sua identidade através de práticas concretas de ação; muitas vezes, seus propósitos e reivindicações convergem e se somam a muitas causas de outros movimentos sociais. Segundo o autor, os atos e efeitos da mobilização e organização social podem ser considerados "ambientais", quando internalizam um certo "paradigma ambiental"; sem esta perspectiva metodológica corre-se o risco de reduzir o campo de visibilidade do ambientalismo a apenas aqueles grupos que assim se autodenominam, perdendo-se de vista o caráter ambiental de outros grupos ou movimentos sociais. (LEFF, 1988).

SADER (1992) também assinala que a temática ambiental tem várias formas de conexão com os problemas sociais, econômicos e culturais e, por isso, o movimento ambientalista sente-se "tentado" a definir-se como movimento histórico, isto é, como um novo ponto de partida, "congruente com as condições históricas enfrentadas pela civilização no fim do século e do milênio". O autor entende que o movimento ambientalista não tem um sujeito histórico ou social preciso, sendo isto uma vantagem, "um sinal de sua posição privilegiada de novo patamar, a partir do qual é possível repensar a trajetória da civilização" (SADER, 1992, p. 137).

Entretanto, SADER (1992) também faz a advertência de que o fato de existirem “sujeitos tão genéricos que se independentizem das relações de classe, das relações nacionais ou de hemisférios” (relações Norte e Sul) pode diluir o verdadeiro cenário político das lutas ambientais. É preciso considerar que na perspectiva do movimento histórico o conflito social não está nitidamente delineado na estrutura social, ou seja, o conflito atravessa os diversos setores da sociedade.

Na verdade, a questão ambiental, pelos problemas que encerra, consegue circular e ter ressonância entre os diferentes grupos sociais, promovendo uma espécie de "consenso", quanto à urgência de medidas que visem à preservação do meio ambiente, revelando uma certa transversalidade.

Apesar da transversalidade das questões ambientais, SOUZA (2000) chama a atenção para os problemas advindos da segregação sócio-espacial, onde a posição da classe dos indivíduos interfere na mobilidade espacial, em função do poder aquisitivo, onde os que auferem mais com uma atividade impactante, (como por exemplo, os mineradores no caso da extração de carvão mineral), são ao menos de modo direto a curto e médio prazo os que sofrem menos com os prejuízos ambientais.

A questão ambiental está diretamente referida à valorização da qualidade de vida, que incorpora as dimensões estética, espiritual e material. A abordagem da questão ambiental requer a compreensão do que constitui um problema ambiental. Para expandir esta abordagem SOUZA (2000, p. 116) considera as questões e problemas ambientais, como relativas ao ambiente socialmente construído. Desta forma os problemas urbanos como falta de infra-estrutura, de saneamento básico nos espaços urbanos pobres, segregados e periféricos, constituem ao mesmo tempo problemas urbanos primários e problemas ambientais.

Nesse sentido a relutância de restringir a preocupação com o meio ambiente a um único agente social; os próprios movimentos sociais por moradia, saúde, os sindicatos quando tratam da questão das condições de trabalho, abordam essa problemática em vários momentos. A grande visibilidade do assunto contribui para que

novos interlocutores participem do debate e, assim, interfiram na definição social de degradação e preservação ambiental (MELUCCI, 1990).

A degradação ambiental é interpretada por SOUZA (2000) como o resultado da interação do homem com o ambiente ou sociedade - natureza. Para SOUZA (2000), a ação humana sobre o ambiente ou degradação ambiental é definida como "o solapamento da qualidade de vida de uma coletividade na esteira dos impactos negativos exercidos sobre o ambiente construído, o território, que tanto pode ser o "ambiente natural" os recursos naturais quanto o ambiente construído, com seu patrimônio arquitetônico, seu valor simbólico, afetivo, etc... , por fenômenos ligados à dinâmica e a lógica do modelo civilizatório e do modo de produção capitalistas" (SOUZA, 2000, p. 113).

No entanto, é preciso remeter a questão a uma historicidade mais definida. Em vários momentos foi possível uma aproximação de grupos situados em distintos setores sócio-culturais em torno da questão ambiental. Algumas lutas do movimento ambientalista, quando expressas na cena política, imediatamente atraem outros agentes sociais. O movimento ambientalista conta com o apoio de grande parte da opinião pública e pode ser beneficiado por esta reserva de apoio para levar adiante suas iniciativas, mas, desde logo, não tem o caráter de movimento de massas.

Durante a década de oitenta, um número significativo de organizações ambientalistas adquiriu um perfil profissional, trabalhando com um corpo técnico e administrativo, procurando captar recursos financeiros, e definindo mais precisamente a área de atuação. Na verdade, essa é uma tendência mais ampla, verificada também em outros países. A possibilidade de se referir a essas organizações como "movimento" é dada pelo interesse comum que une os seus membros, pelas ações traçadas para coordenar suas atividades e, principalmente, pelo fato de essas organizações se verem como parte do movimento ambientalista (EYERMAN & JAMISOM, 1989).

É importante salientar, como coloca LEFF (2000 a) que a questão ambiental originada com o sinal da crise civilizatória da hegemonia do modelo de desenvolvimento capitalista, não é uma questão cuja competência seja somente de

órgãos administrativos do Estado e aos seus aparelhos ideológicos: escolas, universidades, sistema jurídicos, meios de comunicação, pois os transcende levando a uma participação ampla da sociedade civil na discussão e definição de novos estilos de vida, relações de poder e modos de produção.

O surgimento do movimento ambientalista brasileiro faz parte, evidentemente, desse processo mais amplo de democratização e constituição de uma sociedade civil no Brasil. Suas lutas e práticas políticas integram um campo de reivindicações formuladas em termos de direitos coletivos, para além da defesa apenas dos direitos individuais. A construção de uma cidadania ambiental refere-se, portanto, à construção de uma cidadania de caráter coletivo, que possibilita um novo exercício que vai além das limitações da cidadania construída no marco liberal.

Ao considerar o campo de lutas e conflitos do movimento ambientalista, percebemos que a técnica de suas reivindicações tem sido o direito a um "meio ambiente ecologicamente equilibrado". A reivindicação desse direito tem uma significação que ultrapassa seu caráter imediato, pois testemunha uma nova sensibilidade social que remete ao direito a uma melhor qualidade de vida, garantida também às futuras gerações. O sentido de tais reivindicações e a conquista de uma cidadania ambiental, de modo algum encerra o campo de conflitos que se estabelece em torno do tema meio ambiente. Ao contrário, este campo permanece com uma temporalidade aberta, pois enquanto prática democrática permanece desestabilizando e transformando os poderes instituídos, num processo contínuo de formulação de novos direitos.

As questões colocadas pelo movimento ambientalista guardam, em última instância, um potencial de transformação da sociedade, dos processos de socialização culturais e políticos, da própria ordem estabelecida e do modelo de desenvolvimento hegemônico, pois propõem mudanças-chave na estrutura de produção e consumo.

Com efeito, o ambientalismo se inscreve em um processo de "resignificação" do mundo atual, propõe uma nova ética de comportamento humano e uma recuperação

dos interesses coletivos, revelando seu potencial transformador e seu caráter essencialmente democrático.

2.4 COMUNIDADE

A formação de um território dá as pessoas que nele habitam a consciência de sua participação provocando um sentimento de territorialidade que de forma subjetiva, cria uma consciência de confraternização, **um sentimento de comunidade**, entre as mesmas. (ANDRADE, 1994, p. 214; grifo do autor).

Ao desenvolver o conceito “comunidade” no *Dicionário do Pensamento Social no século XX*, SCHORE (1996, p. 115-7) destaca a diversidade de sentidos atribuída à palavra e as conotações emotivas que ela evoca, de “inteireza, coesão, comunhão, interesse público e tudo que é bom”. Atribui a TÖNNIES (1887, *apud* SCHORE, 1996) a distinção entre *Gemeinschaft*, “a comunidade integrada, pré-industrial, em pequena escala, baseada em parentesco, amizade e vizinhança, em que as relações sociais são íntimas, duradouras e multiintegradas”, e a sua contrapartida, a não-comunidade, ou *Gesellschaft* (associação), “simbolizando os laços impessoais, anônimos, contratuais e amorais característicos da sociedade industrial moderna”. Utilizado como um tipo ideal em um *continuum*, *comunidade* contrasta a coesão emocional e a “vida boa” da comunidade tradicional, com o anonimato, o isolamento e a alienação da sociedade de massa. SCHORE (*op. cit.*) enfatiza: “o que une uma comunidade não é a sua estrutura, mas um estado de espírito, um *sentimento* de comunidade”. A dicotomia comunidade-associação pode estar relacionada com as contrastantes concepções políticas de sociedade: “um coletivo que é mais do que a soma das partes, um corpo edificante através do qual é possível concretizar a autêntica cidadania” (visão socialista/rousseauiana) ou “uma livre associação de indivíduos em competição” (visão liberal/hobbesiana).

Para COHEN (1985, *apud* SCHORE, 1996), “comunidade é uma entidade simbólica, sem parâmetros fixos, pois existe em relação e oposição a outras comunidades observadas; um sistema de valores e um código de moral que proporcionam a seus membros um senso de identidade”. A *identidade* é, de acordo com MARSHALL (1997, p. 204), “o princípio mais fundamental em todos os sistemas auto-organizáveis”, por: abranger o significado, o propósito

e a intencionalidade da organização; fornecer um esquema referencial constante para a renovação e a integridade organizacionais; e proporcionar a coerência em torno da qual o sistema atinge o equilíbrio dinâmico. MARSHALL (1997, p. 205) elenca como condições *sine qua non* para a criação de *comunidades vigorosas centradas no aprendizado para o século XXI*, além da identidade, a informação e as relações. "A *informação* é simultaneamente o meio para troca do aprendizado organizacional gerativo e sua fonte de energia"; constitui o centro dinâmico dos sistemas auto-organizáveis, permitindo o crescimento contínuo e definindo os pontos essenciais para a sustentabilidade da comunidade. "As *relações* representam a rede neural" que faz com que os membros sintam-se ligados à comunidade, identifiquem-se com os propósitos comuns e utilizem as informações para crescer.

Ao preconizar que "construir comunidade é uma estratégia central para compartilhar, entre todos os membros, os encargos e os benefícios da mudança e da troca", BROWN & ISAACS (1997, p. 481) destacam que durante milênios as comunidades têm sido os mecanismos mais poderosos para criar cooperação humana e interdependência confiável.

2.5 DO REFERENCIAL TEÓRICO PARA A PESQUISA EMPÍRICA

Busca-se, neste estudo, analisar a territorialização e a refuncionalização do bairro Vila Manaus, em Criciúma – SC, procurando identificar em que medida as inter-relações dos moradores do bairro entre si e com a administração pública municipal e com outras instituições afetaram a formação do território e o atendimento das demandas coletivas públicas. Com o intuito de dar suporte ao delineamento da pesquisa e à coleta e análise dos dados, pesquisou-se, preliminarmente, o conceito de *território*, com destaque para a necessidade do exame das relações entre as classes sociais e espaço ocupado e dominado e para a ênfase na rede de relações de cooperação e conflito que se articulam em torno de interesses, recursos e valores. O conceito de território, trabalhado neste estudo, está ligado à idéia de domínio ou de gestão de uma determinada área.

Os *movimentos sociais urbanos* são conceituados por CASTELLS (1974) como um sistema de práticas que resulta da articulação de uma conjuntura na estrutura urbana e na

estrutura social, tendendo à transformação estrutural do sistema urbano ou à modificação da correlação de forças na luta de classes, ou, em última instância, no poder de Estado. Pesquisou-se a evolução e a transformação dos movimentos sociais no Brasil, a partir de 1940. Descreveu-se a motivação e a metodologia dos movimentos sociais articulados pela Teologia da Libertação e caracterizaram-se os “novos” movimentos sociais, surgidos nas últimas duas décadas do século XX.

O conceito de *comunidade* foi pesquisado na revisão de literatura, encontrando-se amparo para considerar o conjunto de moradores e organizações do bairro pesquisados como integrantes de uma comunidade, a comunidade da Vila Manaus.

A abrangência conceitual da revisão de literatura foi definida em função das atividades exploratórias desenvolvidas no campo da pesquisa, em contatos preliminares, diretamente ou através de fontes secundárias, com alguns dos atores sociais que protagonizaram a história concreta da territorialização e refuncionalização da Vila Manaus.

3 DO DELINEAMENTO DA PESQUISA À TERRITORIALIZAÇÃO DO BAIRRO VILA MANAUS

“Os métodos não são mais do que formalizações particulares do procedimento, percursos diferentes concebidos para estarem mais adaptados aos fenômenos ou domínios estudados” (QUIVY & CAMPENHOUDT, 1998, p. 25).

Este Capítulo destina-se a tornar precisa a problemática, a apresentar o delineamento da pesquisa e a descrever o processo de territorialização do bairro Vila Manaus.

3.1 DELIMITAÇÃO DA PROBLEMÁTICA

Ao destacarem que “cada investigação é uma experiência única, que utiliza caminhos próprios, cuja escolha está ligada a numerosos critérios, como sejam a interrogação de partida, a formação do investigador, os meios de que dispõe ou o contexto institucional em que se inscreve o seu trabalho”, QUIVY & CAMPENHOUDT (*op. cit*, p. 120-1) afirmam que após a fase exploratória e “antes de estabelecer o modelo de análise, é sempre útil precisar de novo, uma última vez, a pergunta central de investigação.”

Os elementos coligidos nas atividades exploratórias oferecem suporte para bem especificar a questão central da investigação:

Quais foram as características preponderantes na relação homem-espaço-sociedade-meio ambiente que protagonizaram a territorialização e a refuncionalização do bairro Vila Manaus?

3.2 DELIMITANDO O CAMPO DE OBSERVAÇÃO

“Entrevistas, observações e consultas de documentos diversos coexistem freqüentemente durante o trabalho exploratório. Nos três casos, os princípios metodológicos são fundamentalmente os mesmos: deixar correr o olhar sem se fixar só numa pista, escutar tudo em redor sem se contentar com uma só mensagem, apreender os ambientes e, finalmente, procurar discernir as dimensões essenciais do problema estudado, as suas facetas mais reveladoras e, a partir daí, os modos de abordagem mais esclarecedores.” (QUIVY & CAMPENHOUDT, 1998, p. 83).

“A observação engloba o conjunto das operações através das quais o modelo de análise [...] é submetido ao teste dos fatos e confrontado com dados observáveis. Ao longo desta fase são reunidas numerosas informações. Serão sistematicamente analisadas em fase ulterior. A observação é, portanto, uma etapa intermédia entre a construção dos conceitos e o exame dos dados [...] Para levar a bom termo o trabalho de observação é preciso poder responder às três perguntas seguintes: *observar o quê? em quem? como?*” (QUIVY & CAMPENHOUDT, 1998, P. 155).

Para melhor visualização apresentam-se de forma sucinta as respostas às três questões:

a) Observar o quê?

Observar as diferentes territorializações e desterritorializações ocorridas no espaço urbano que constitui o bairro Manaus, no espaço temporal compreendido entre a década de 1950 a 2000.

b) Observar em quem?

Observar nos diferentes atores sociais e nos movimentos urbanos as interfaces entre os moradores do bairro e os diferentes conflitos de poder na formação dos territórios analisados.

c) Observar como?

Utilizando o método *field research*, com a realização de observação, entrevistas semi-estruturadas, análise de fontes secundárias e estudo de documentos (atas, informativos, jornais, fotografias e mapas).

3.3 TERRITORIALIZAÇÃO DO BAIRRO VILA MANAUS

“Todo o projeto no espaço que se exprime por uma representação revela a imagem desejada de um território, lugar de relações.” (LEFEBVRE, 1991).

3.3.1 Funcionalização do espaço: a gênese da “Cidade dos Mineiros”.

Na análise das diferentes territorialidades do espaço urbano que formaram os limites do bairro Vila Manaus, enquanto delimitação espacial é necessário apontar a delimitação temporal do presente trabalho. O recorte temporal estudado é o intervalo de tempo entre 1950 a 2000.

Para a compreensão das ações espacializadas dos diferentes atores sociais, os conflitos de poder e gestão com conseqüentes territorializações, desterritorializações, refuncionalizações do espaço urbano que formou o bairro Vila Manaus, se necessita considerá-la no contexto mais amplo das transformações urbanas.

Enquanto plano de ocupação do espaço, a primeira representação que revela a projeção de uma imagem desejada para aquele território é o projeto de uma cidade residencial para os trabalhadores da indústria carbonífera em Criciúma, elaborada pelo arquiteto Fernando Jorge da Cunha Carneiro, que recebeu a denominação de “Cidade dos Mineiros.”

Em agosto de 1957 a imprensa local anunciava em manchete de primeira página:

“Duas mil casas para os mineiros”

“Caso o Presidente da República autorize, até janeiro de 1958 serão entregues 200 residências – falam a nossa reportagem o Dr. Sebastião Toledo dos santos e os senhores José Contim Portelha e Addo Caldas Faraco.”

“Conforme é do conhecimento público, estiveram na Capital Federal, há poucos dias o arquiteto Dr. Fernando Carneiro que projetou a “Cidade dos Mineiros”, os senhores Addo Caldas Faraco, prefeito municipal e o senhor Pedro Andrade, interventor do sindicato dos Mineiros, que junto à superintendência da Fundação da Casa Popular, estiveram tratando com o senhor Marcial do Lado, da construção dessa cidade, em terreno que já foi adquirido com a área de um milhão e seiscentos metros, no lugar Santa Augusta, pelas companhias Rio Maina, São Marcos, Metropolitana, Catarinense, União e Boa Vista” (TRIBUNA CRICIUMENSE, 1957).

As ruas e avenidas previstas no projeto levaram o nome das companhias carboníferas associadas no empreendimento de edificação residencial para mineiros: a Avenida Boa Vista, Catarinense, Montenegro, São Marcos, União, CBCA, Progresso, Pinheirinho, Santa Bárbara, Metropolitana, Caeté, Rio Maina e Cocal. No plano diretor vigente (Lei n 3900, 1999) é possível verificar no traçado urbano que, na área em estudo, a maioria das avenidas permaneceu com a mesma denominação. Apenas uma avenida recebeu nova identificação passando de CBCA para Assembléia de Deus.

“A idéia desse grandioso empreendimento, que visa localizar, em casa de material, os operários de nossa indústria carbonífera facilitando inclusive, dentro outros problemas, o da assistência social ampla aos trabalhadores e às famílias tem como patronos o Dr. Sebastião Toledo dos Santos e os senhores José Contim Portelha e Woimir Wasnieski.

O local escolhido para a edificação da futura “Cidade dos Mineiros” conta com água encanada e luz elétrica, fora a facilidade de transporte.

Deste modo será concentrada a população mineira de nosso município, em ambiente confortável, sendo de se ressaltar que o nosso operariado receberá assistência social efetiva” (TRIBUNA CRICIUMENSE, 1957).

Entre os fatores determinantes da localização do projeto, segundo seu idealizador, o arquiteto Jorge Carneiro, estava o fato de existir no local a passagem de um ramal da ferrovia, Estrada de Ferro Dona Teresa Cristina, que carregava carvão em duas caixas de embarque pertencentes à Mina União na época. Para CARNEIRO (2001, depoimento pessoal) da mesma forma que os trens carregavam o carvão, poderiam também transportar os trabalhadores do bairro residencial projetado até as minas.

“O projeto elaborado pelo Dr. Fernando Carneiro prevê amplas ruas e avenidas, áreas verdes, jardins de infância, armazéns, creches, hospitais” (TRIBUNA CRICIUMENSE, 1957).

O projeto elaborado previa a construção de 1775 casas, com 60 metros quadrados de área (7,75 x 7,75 m) contendo cada uma três dormitórios. O projeto apresentava forte inspiração em Le Corbusier. Estavam previstas, além da construção das casas, também uma praça cívica com igreja, centro comercial, ambulatório, cine teatro, administração, lojas e mercado, locação de 9 pequenos estabelecimentos para comércio, 7 creches e jardim de infância, 2 escolas primárias, 1 escola secundária profissional, 2 clubes recreativos, 1 estação rodoviária, 1 estação ferroviária, 1 hospital, 1 centro esportivo e 1 cemitério.

“Procurados pela nossa reportagem o Dr. Sebastião Toledo dos Santos e os senhores José Contim Portelha e Addo Caldas Faraco manifestaram-se vivamente entusiasmados com a marcha dos trabalhos para a construção dessa “Cidade dos Mineiros” uma vez que o Plano do Carvão Nacional já deu integral apoio a essa louvável e humanitária iniciativa.

Sua concretização está dependendo apenas da concordância do senhor Presidente da República que deverá autorizar a Fundação Casa Popular a assinar o contrato de construção que autoriza a abertura do indispensável crédito” (TRIBUNA CRICIUMENSE, 1957).

No mês de setembro de 1957, a integração de forças políticas e da iniciativa privada, o poder público municipal e as empresas carboníferas, para conseguirem o apoio do Estado para a concretização do projeto, foi assim descrita pela imprensa local:

“Esforços conjugados para a construção da “Cidade dos Mineiros”

Os mineradores e a Prefeitura Municipal estão envidando todos os esforços para que ainda este ano sejam iniciadas a construção das primeiras casas de alvenaria da futura “Cidade dos Mineiros” no lugar Santa Augusta, em terreno a ser doado por diversas empresas carboníferas.

Inegavelmente essa área está localizada em magnífica posição com facilidades para serem instaladas, água e luz, bem como para transporte dos operários.

... ressaltando o que de benefícios gerais advirão para os operários e suas famílias, como à indústria carbonífera, com a construção dessa obra que, sem favor nenhum pode ser reputada de inestimável fator de melhoria nas condições de vida dos que trabalham na extração do carvão” (TRIBUNA CRICIUMENSE, 1957).

Em novembro de 1957, os esforços para conseguir recursos do Governo Federal foram “sepultados” (CARNEIRO, 2001) pelo presidente Juscelino Kubitschek. A manchete do Jornal Tribuna Criciumense de 25 de novembro de 1957 estampava: “Indeferido, pelo presidente da República, o pedido dos trabalhadores criciumenses para a construção da “Cidade dos Mineiros” (TRIBUNA CRICIUMENSE, 1957).

A gênese do bairro operário da “Cidade dos Mineiros”, com o lançamento da pedra angular em abril de 1959, tinha como objetivo principal a melhoria das condições de habitação dos trabalhadores das minas de carvão (FIGURA 6).

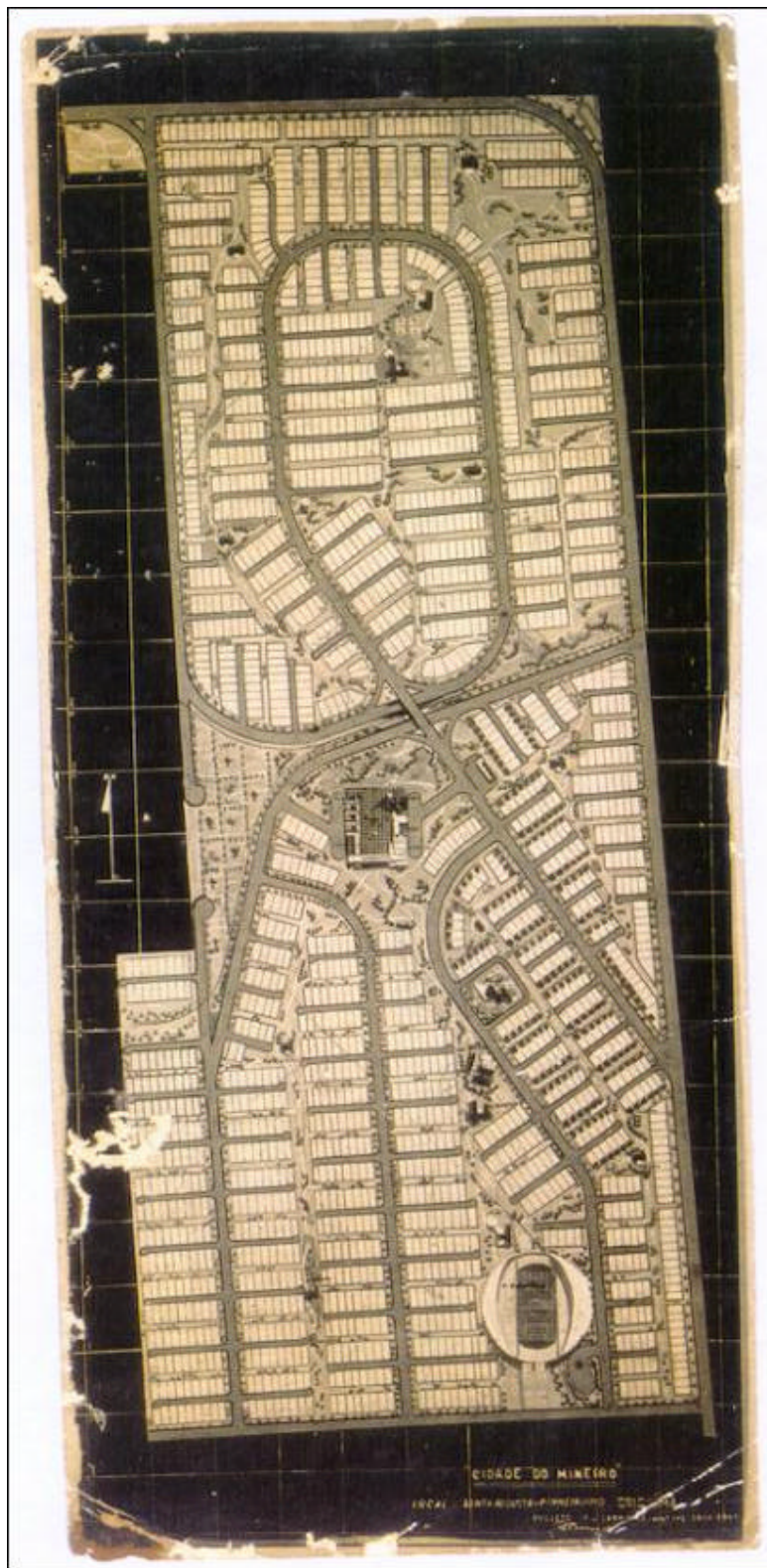


FIGURA 6: Projeto residencial para os trabalhadores da indústria carbonífera, A “Cidade dos Mineiros”. Responsável Arquiteto Fernando Jorge da Cunha Carneiro, Fevereiro de 1957. Fonte: arquivo pessoal do arquiteto Fernando Jorge da Cunha Carneiro.

Em ampla reportagem sobre “Os magnos problemas da Zona Carbonífera” PIERI (1959), relata o início oficial da “Cidade dos Mineiros” durante um seminário ocorrido entre 10 e 12 de abril de 1959.

“... do aeroporto a caravana e as autoridades locais e visitantes rumaram à “Cidade dos Mineiros”, onde se procedeu o lançamento da pedra angular do primeiro conjunto de 100 casas financiadas pelo IAPTC e que recebeu o nome do Presidente daquele instituto, Dr. Arlindo Maciel. Também ali as obras de construção se encontram em fase adiantada havendo diversas casas já cobertas. Após a benção dada ao conjunto por Dom Anselmo Pietrulha, o arquiteto Dr. Fernando Carneiro, autor do projeto da “Cidade dos Mineiros”, apresentou a planta aos presentes, prestando-lhes esclarecimentos a respeito, segundo os quais a área construída será de 170 hectares, divididos em 1775 lotes com casas de alvenaria. (PIERI, 1959).

A área de terras, 170 hectares, para a construção das casas da “Cidade dos Mineiros” foi adquirida pelo consórcio de companhias mineradoras das famílias Meller, Zanette e Simon.

No espaço urbano que hoje configura o território do Bairro Vila Manaus, estava prevista a construção de 630 casas destinadas inicialmente aos trabalhadores das minas do entorno. No entanto, o projeto da cidade residencial para os trabalhadores das indústrias carboníferas não se concretizou como havia sido planejado, por falta de recursos financeiros, pela falta de interesse dos governantes locais, pelo declínio da atividade de exploração do carvão e pelas sucessivas crises do setor energético mundial e nacional, que influenciaram na extração do carvão mineral.

A criação do bairro operário da “Cidade dos Mineiros” é uma forma de segregação territorial que reorganiza e redefine os diversos sub-espacos da cidade, repercutindo em mudanças de formas e também de conteúdos sócio-espaciais.

A denominação do bairro operário de “Cidade dos Mineiros” como o espaço urbano que concentra um maior número de trabalhadores das minas, a partir da ocupação das primeiras edificações, começava a ser apelidado como “Cidade Mineira”. Esta denominação é assim descrita nos trabalhos de VOLPATO (1984) e LOCH (1989). Atualmente, em função de diferentes épocas de ocupação do espaço urbano, ocorreu a divisão em dois bairros que passaram a ser denominados como: “Cidade Mineira Velha” e “Cidade Mineira Nova”. (Lei 3900, 28/10/1999).

Na análise do espaço intra-urbano, TRINDADE JÚNIOR (1996, p. 136) ressalta que, sendo o espaço a expressão territorializada da sociedade, o maior ou menor acesso a certos padrões de consumo se dá, em grande parte, pela segregação no espaço das diversas classes e ou frações de classe social.

Ao analisar a formação dos bairros operários VOLPATO (1984, p. 103) relata que em Criciúma a classe operária se localizava, na sua quase totalidade, na periferia em relação ao centro da cidade e, mais uma vez na periferia em relação ao centro dos diversos bairros.

Esta distribuição espacial da classe trabalhadora tendeu a se situar em terrenos progressivamente de mais baixa qualidade, degradados pela atividade mineradora, à medida que se enquadrava como mão-de-obra não qualificada. Até hoje, as áreas que constituem as periferias dos diferentes bairros são as que abrigam os operários com os mais baixos salários.

A segregação territorial se verifica basicamente em consequência da capacidade diferenciada que cada grupo social tem de pagar pela residência que ocupa, cujo valor pode ser definido não só pelo tipo-qualidade, como pela sua localização no espaço urbano (TRINDADE JÚNIOR, 1996).

A distribuição da população, segundo VOLPATO (1984), teve como fator principal à oportunidade de adquirir casa própria, o que constituía uma necessidade desatendida para mais de 80% da população de Criciúma. Desta forma, as famílias de baixa renda adquiriam propriedade e casa nas regiões menos valorizadas.

VOLPATO cita como exemplo e traça um paralelo entre dois bairros, justamente o Vila Manaus e o Cidade Mineira, destacando e diferenciando: as classes trabalhadoras; as atividades laborais; e as características espaciais de cada bairro:

“... na Vila Manaus residem essencialmente operários das indústrias cerâmicas ou de construção civil; o terreno desta vila habitacional é baixo, alagadiço e poluído pelos rejeitos da extração do carvão; ao lado, em terrenos mais elevados, está a Cidade Mineira, vila povoada principalmente por trabalhadores das indústrias carboníferas localizadas nas imediações. Comparadas as duas áreas, na de melhores condições geográficas se localizam os operários das minas, cujos salários são em média, duas a três vezes mais elevados que os salários dos operários das indústrias cerâmicas ou de construção civil, que estabeleceram suas casas em área poluída e alagada. É, pois, fundamentalmente, a renda familiar que define a qualidade da

localização das moradias; outros fatores, como os de ordem familiar ou de localização do emprego podem influenciar, secundariamente” (VOLPATO, 1984, p. 104-105).

Há, porém que se considerar também que a “Cidade dos Mineiros” foi estabelecida anteriormente, entre as décadas de 1950 – 1960, com incentivos governamentais em parceria com o setor empresarial, voltada explicitamente para a solução da questão habitacional dos trabalhadores do carvão. Na década de 1970, Criciúma estava em pleno desenvolvimento e diversificação de atividades industriais com a implantação e consolidação de empreendimentos nos setores vestuaristas, ceramistas, construção civil e outras atividades que exerceram forte fator atrativo de mão-de-obra.

Através de fotointerpretação em aerofotos do município de Criciúma (FIGURAS 3 e 4), dos anos de 1956 e 1978, visando analisar e delinear a exploração mineral e degradação ambiental, LOCH (1989, p. 232) observa e salienta o surgimento de vilas, ou a presumível expansão urbana, nas aerofotos de 1978, em áreas que apareciam até então como depósitos de rejeitos de carvão. Pela sua interpretação, a cidade se expande em direção aos locais de mineração, o que faz surgir vilas tais como: Cidade Mineira, São Defende, Santa Luzia, Sangão e outras de menor expressão. Entre essas de menor expressão, no espaço compreendido entre os Bairros Santa Luzia e Cidade Mineira, através de um processo de apropriação do espaço e construção do território, que será descrito a frente, surge o Bairro da Vila Manaus.

VOLPATO salienta que neste período em Criciúma, quanto mais periféricos, mais distantes do centro urbano localizavam-se os bairros e vilas de população operária, e tanto menores as rendas familiares, menores os bens e serviços coletivos distribuídos àquela população pobre e carente em todas as dimensões da vida individual e coletiva (VOLPATO, 1984, p. 105).

3.3.2 Origem da Escola Marílio Dias de San Thiago.

Abordar a urbanização do território do bairro Vila Manaus, é, como afirma SANTOS (1985, p. 85), tratar de um problema multidimensional que envolve o movimento da sociedade, a cultura e a economia local. Esta compreensão fica difícil caso se abstraia o fator espacial: a configuração territorial e o conjunto de objetos existentes sobre o território.

A configuração territorial da Vila Manaus é resultante do arranjo de elementos naturais e elementos artificiais, “objetos” de uso da sociedade, que determinam a existência de fixos localizados, como uma escola, e dos fluxos associados.

Em meados da década de 1960 moravam no bairro da “Cidade dos Mineiros”, depois denominado como Cidade Mineira, muitas crianças em idade escolar. No entanto, a escola mais próxima ficava no bairro Mina União (FIGURA 2), obrigando as crianças a demorados deslocamentos, quando conseguiam matrículas.

Para sanar esta deficiência de estabelecimentos de ensino, inexistentes as Sociedades de Amigos de Bairros, organizou-se uma comissão de moradores para postular a criação de uma escola na Cidade dos Mineiros. A comissão era composta pelos senhores Agenor Antônio Gonçalves, Hercílio Cardoso, Antônio Porfiro da Rosa, Edmundo João de Sá, Domingos Zanette, Luiz Gonzaga da Silva, Dinarte Aristides de Souza, João Clemente Borges, José Hercílio da Silva e Milton Oliveira Machado. Os moradores nominados expuseram a necessidade da escola ao Prefeito Municipal, Dr. Rui Corrêa Hulse (UDN – União Democrática Nacional, com mandato exercido entre 1966 e 1970).

Para averiguar a carência de escola naquele bairro e levantar o número de possíveis alunos do novo educandário, foi indicada a professora Benta Rodrigues do Nascimento. Após o levantamento da existência do número de crianças carentes em idade escolar, foi determinada a criação da escola solicitada, denominada Escola Professor Marcílio Dias de San Thiago, pelo Decreto Municipal 92/66 de 26/07/66, o qual, por sua localização, viria posteriormente a converter-se em importante referência para os ocupantes da Vila Manaus (FIGURAS 7 e 8).

No primeiro ano de existência da escola, por falta de uma casa ou prédio adequado para o funcionamento da mesma, foi usada temporariamente a capela de Nossa Senhora de Fátima, padroeira da comunidade. Apesar da situação precária, implantou-se o fornecimento da merenda escolar, sendo a primeira merendeira escolar a senhora Maria Antônia Fernandes. A merenda era feita na sua casa, levada para a escola e servida aos alunos.

Com a intervenção da mesma comissão foi solicitada a transformação dessa escola em grupo escolar, o que se deu em 16/11/67, pelo Decreto Municipal nº 259/67, com a denominação de Grupo Escolar Marcílio Dias de San Thiago.



FIGURA 7: Vista Panorâmica do já então “Distrito Industrial da Cidade Mineira”, hoje Vila Manuas, salientando a Escola Marcílio Dias de San Thiago, Serraria e Pavilhão da Milano. Administração Argemiro Manique Barreto (1973-1977). Fonte: Arquivo Público Municipal de Criciúma.



FIGURA 8: Vista Panorâmica do Bairro Vila Manaus, salientando a Escola Marcílio Dias de San Thiago, Serraria e Pavilhão da Milano. Fonte: GUADAGNIN, M. R., Novembro de 2000.

3.4 DESTERRITORIALIZAÇÃO DA MINERAÇÃO - RETERRITORIALIZAÇÃO DO ESPAÇO: FORMATAÇÃO DO 1º DISTRITO INDUSTRIAL.

As principais atividades econômicas em Criciúma até a década de 60 estavam alicerçadas no binômio carvão – agropecuária. A diversificação industrial de Criciúma começa a romper este binômio, em particular da primazia da mineração do carvão entre as décadas de 60 e 70. Alguns setores do empresariado local, percebendo que as sucessivas crises do carvão não decorriam apenas do atrelamento às políticas e decisões públicas estatais, mas da falência e do esgotamento do modelo exclusivista, investem em outros ramos industriais (TEIXEIRA: 1996, p. 60).

A diversificação, no entanto não faz com que os principais grupos econômicos, representados pelas famílias Guglielmi, Freitas, Gaidzinski, Tiscoski, Búrigo, Angeloni, Barata e Zanatta, se afastem das origens (o carvão), mas invistam em outros ramos industriais, destacando-se: cerâmica, agroindústrias, química, metalúrgica, plásticos, cimento e fibrocimento, como produção industrializada (ROS, 1991; GOULARTI Fº, 1995; TEIXEIRA, 1996).

Outras atividades do setor terciário passam por um processo de expansão – ramificação do capital com o desenvolvimento do setor hoteleiro, concessão de rádio e canais de televisão, transporte urbano, aluguel de prédios comerciais, transporte de cargas, rede de supermercados, estes com expansão por todo o estado (Angeloni e Giassi), hospitais entre outros. (ROS, 1991, p. 49; TEIXEIRA, 1996, p. 60).

O setor carbonífero, que durante 50 anos promoveu o “desenvolvimento” regional, emperra num primeiro momento a diversificação industrial para manter o modelo de desenvolvimento e garantir aos mineradores a hegemonia econômica e política local e regional:

“Não houve preocupação em criar alternativas novas de negócios na região (...). Contrariamente, o carvão, gerador de riquezas responsável por destacar o município no cenário regional, foi também freio no processo de crescimento econômico, com sérias consequências na área social. Durante meio século (1930-1980) tudo dependia do carvão e era dele que os empresários, os políticos e os trabalhadores esperavam o lucro, o poder e a subsistência, respectivamente” (VOLPATO, 1991 *apud* TEIXEIRA, 1996, p. 61).

Um processo de desterritorialização simbólica, com a destruição de marcos históricos, e da identidade do município como “Capital do Carvão”, com refuncionalização de espaços degradados e de reestruturação de atividades econômicas tem início em meados da década de 1970.

O município de Criciúma “oferecia em meados da década de 70 condições para a implantação de empresas de transformação, através de incentivos fiscais com a criação do Primeiro Distrito Industrial, dotado de requisitos necessários à implantação de indústrias de médio e pequeno porte” (FABRE e NUERNBERG: 1976, p. 29). O local escolhido para instalação e locação do distrito industrial era próximo ao bairro Cidade Mineira e, no entanto poucas empresas ali se instalaram, mas sim a Vila Manaus.

A migração de recursos do capital para diversificação industrial foi articulada entre dois atores sociais: o poder público e o setor empresarial carbonífero, conforme relatava a imprensa local em 1973:

“Indústrias para a Cidade Mineira. O prefeito Algemiro Manique Barreto esteve em contato com o Dr. Dante Limongi acompanhado do deputado Aristides Bolan, ocasião em que foi informado de que o projeto que se encontra em fase de análise junto ao departamento técnico da Companhia Habitacional de Santa Catarina, já na próxima Quarta-feira será encaminhado ao banco Nacional de Habitação que o financiará. Por outro lado, como notícia de impacto, nos revelou o chefe do executivo criciumense que a referida Companhia Habitacional financiará em longo prazo a construção das instalações industriais que se estabelecerem nas imediações do bairro Cidade Mineira, bastando para tanto que os interessados apresentem o projeto, independentemente das dimensões do prédio a ser construído. Os juros e correção monetária serão bastante reduzidos. E como se não bastasse o prefeito Algemiro Manique Barreto, em contato mantido com o Sr. Fidelis Barato, presidente do Sindicato dos Mineradores, conseguiu a concessão da área de terra situada na periferia daquele núcleo residencial de propriedade dos empresários do carvão, para ser doada aos que implantarem suas indústrias” (TRIBUNA CRICIUMENSE, 1º de agosto de 1973, capa).

A reestruturação do espaço urbano representa uma nova formatação do contexto espacial com a criação e delimitação de área para o distrito industrial cuja função era a de acolher empresas que iriam absorver o exército de mão-de-obra de reserva do setor carbonífero que estava modificando a forma de exploração do recurso mineral. Na imprensa local a ligação e o atrelamento de interesses entre o poder público, preocupado com o desemprego em expansão, e o setor carbonífero que buscava novos rumos para aplicação de capital foi assim relatada:

“Financiamento para Indústrias. São tentadores os incentivos oferecidos às pequenas e médias empresas que forem instaladas no futuro distrito industrial do bairro Cidade Mineira. O Banco Nacional da Habitação está concedendo polpudos financiamentos com taxas de juros e correção monetária bastante reduzidas, enquanto que a prefeitura municipal, além da doação do terreno e execução dos serviços de terraplanagem, implantará as obras de infra-estrutura que se fizerem necessárias. É uma iniciativa que somente agora se concretiza, muito embora nosso município, de há muito tempo apresente uma estrutura sócio-econômica capaz de atrair grandes empreendimentos. O saneamento básico da cidade e a reformulação do sistema de abastecimento d’água deverão solidificar a diversificação de nosso parque industrial, o que ampliará o mercado de trabalho. Evitando o grave problema social, que fatalmente poderá ocorrer com a mecanização de nossas empresas mineradoras” (TRIBUNA CRICIUMENSE, 1973, p. 10).

VOLPATO (1984) analisa o processo de trabalho nas minas e constata que, a partir de 1960, deixa de existir o mineiro genérico, para entrar numa etapa fordista de divisão do trabalho que traz associada em contrapartida maior produtividade, maiores mutilações e menor utilização de mão-de-obra.

FABRE e NUERNBERG (1976) procuram demonstrar, em trabalho solicitado pelo poder público, outras vantagens que Criciúma oferecia, tais como contar com um grande contingente de mão-de-obra, um mercado consumidor em potencial e imensas possibilidades de projetos industriais para o município em função da matéria-prima local, do mercado regional e das indústrias já existentes.

Um novo ciclo de expansão do capital começava a ocorrer a partir de 1976 com o início de outras atividades industriais: novas indústrias cerâmicas, indústrias de calçados, agroindústrias, metalúrgicas, pequenas têxteis e indústrias de confecção. Neste novo “boom”

expansionista do capital começavam a florescer indústrias de “fundo de quintal”, principalmente no setor vestuarista (GOULARTI Fº, 1995; ROS, 1991).

SANTOS (1997) ressalta a importância de identificar as formas, funções, estruturas, processos e conteúdos que estão indissociáveis no estudo e análise das relações sociais em determinado espaço onde as “...especializações na utilização do território – sejam elas originalmente naturais ou culturais, ou provenham de intervenções políticas e técnicas – significam uma verdadeira redescoberta da Natureza ou pelo menos uma revalorização total, na qual cada parte, isto é, cada lugar recebe um novo papel, ganha um novo valor.” (SANTOS, p. 28-29).

3.4.1 Os Incentivos Fiscais

A proteção e o privilégio da estrutura de produção capitalista ficam salientes também no nível local quando, para acelerar o processo de industrialização do município com o objetivo de dar um maior impulso à diversificação econômica de Criciúma, a administração Algemiro Manique Barreto (1973 – 1977), da ARENA, concede incentivos fiscais realmente vantajosos àqueles que instalassem indústrias no município. Com a edição da Lei de Incentivos Fiscais, Lei 786, de 18/09/70, regulamentada pelo Decreto 222/70, assegurou aos interessados todas as facilidades para implantação de novas indústrias. Os estímulos e incentivos constituíam-se de isenção de todos os impostos municipais, por um prazo de até quinze anos; execução gratuita dos serviços de terraplenagem e infra-estrutura dos terrenos, necessários à implantação ou ampliação pretendida; fornecimento, pela Prefeitura, de área de terra necessária, que se constituiria em zona adequada na periferia da cidade, dentro de um dos Distritos Industriais (Distrito Industrial Cidade Mineira e Distrito Industrial da 4ª Linha), com orientação técnica na elaboração de projetos; e facilidade em contatos nas diversas esferas de financiamento.

Para conseguir estes estímulos e incentivos, as empresas interessadas deveriam apresentar projetos econômico, técnico e de engenharia do empreendimento pretendido, nos quais se definiriam os favores pleiteados e o número de novos empregos diretos que a iniciativa proporcionaria.

3.4.2 O Distrito Industrial da Cidade Mineira

O município recebeu por doação, oficialmente em 1974, uma área de terra com 391.920,00 m² (trezentos e noventa e um mil e novecentos vinte metros quadrados) e distante do centro urbano apenas sete quilômetros, totalmente asfaltados, onde seria implantado o primeiro Distrito Industrial de Criciúma que se destinava à instalação de indústrias de pequeno e médio porte.

A Lei nº 1152 de 26 de fevereiro de 1975 autorizava o prefeito municipal de Criciúma, Algemiro Manique Barreto a receber por doação a área:

“Art. 1º - Fica o Chefe do Poder executivo Municipal autorizado a receber, por doação, uma área de terra, medindo 391.920,00 m² (trezentos e noventa e um mil e novecentos vinte metros quadrados), das Associadas da Sociedade “CIDADE DOS MINEIROS”, de Criciúma – SC, para a criação do Primeiro Distrito Industrial de Criciúma, situada no loteamento “CIDADE DOS MINEIROS” (PREFEITURA MUNICIPAL DE CRICIÚMA, 1975).

É estabelecida desta forma uma quadrícula do poder dentro do tecido urbano do município, em região periférica, degradada pela extração de carvão, transformada em espaço rejeitado e abandonado, que adquire novo valor de uso e passa a constituir um novo “campo de força”, fragmentando a *desterritorialização da mineração* e expressando a reciclagem de um poder que, antes, interditava o acesso e segregava o território – sem com isso modificar a materialidade espacial, provocando a *refuncionalização* do espaço urbano, pela criação do Distrito Industrial (FIGURA 9).

Para RAFFESTIN (1993) toda a propriedade ou apropriação é demarcada por limites visíveis ou não, assinalados no próprio território ou numa representação do território: plano cadastral ou carta topográfica.

A área de terra recebida em doação pelo Poder Público tem as seguintes limitações, dimensões e confrontações: ao NORTE - 485,00 metros, com as Avenidas Boa Vista e Catarinense e Projetada; ao SUL – 700,00 metros, com a Avenida São Marcos; a LESTE – 934,00 metros, com as Avenidas CBCA e União e ao OESTE - 850,00 metros, com as Avenidas Monte Negro e Progresso. (PREFEITURA MUNICIPAL DE CRICIÚMA, Lei nº 1109 de 24 de julho de 1974) (FIGURA 10).



FIGURA 9 Vista Aérea do Distrito Industrial da Cidade Mineira. Administração Algemiro Manique Barreto (1973- 1977). Fonte: Arquivo Público Municipal de Criciúma.



FIGURA 10: Vista Aérea do Distrito Industrial da Cidade Mineira e da Escola Marclio Dias de San Thiago. Administração Algemiro Manique Barreto (1973-1977). Fonte: Arquivo Público Municipal de Criciúma.

3.5 CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE: A GÊNESE DO TERRITÓRIO VILA MANAUS

No ano de 1978, em todo o país se fazia campanha para eleição de deputados estaduais e federais. O arquiteto Altair Guidi fora eleito Prefeito de Criciúma em 1977, com mandato até 1983, pela então Aliança Renovadora Nacional, ARENA.

Segundo depoimento dos moradores mais antigos do bairro, no ano de 1978, com as campanhas eleitorais, o chefe do poder executivo, para promover o candidato que apoiava para deputado estadual, Aristides Bolan, doou lotes para cidadãos que não tinham condições econômicas de adquirir os terrenos, numa relação clientelista.

Em depoimento, João Alves (2000) assim relata o processo de ocupação, apropriação do espaço e formação do território da Vila Manaus:

“No ano de 1978 era muito fácil se apossar de um lote na Vila Manaus, isso antes das eleições para deputado, vinham mudanças de todos os cantos, até de outras cidades, mas... depois de 15 de novembro de 1978, quando terminaram as eleições, as ameaças por parte do prefeito, então Sr. Altair Guidi (ARENA) começaram. Já não bastava a agonia da falta de infraestrutura, começou a existir o medo, o terror de ter que chegar em casa após o trabalho e ver tudo no chão.”

“Até um capanga chamado Valmor Martinhago, contratado pelo Sr. Prefeito foi encarregado de impedir novas invasões e expulsar os que aqui já estavam, mas o povo era persistente...” (ALVES, 2000, depoimento pessoal).

A área localizava-se entre os bairros Cidade Mineira e Santa Luzia, destinada originalmente para a instalação do Distrito Industrial. Apesar de ter colocado pessoas de confiança para efetuar a relação clientelista-fisiológica de troca de terrenos por votos no processo eleitoral, a notícia da doação se espalhou pela região e de todos os cantos foram aparecendo pessoas querendo um lote para fixar-se e colocar seu barraco. Uns ganhavam, outros compravam, mas a maioria apossou-se. Num período de 03 (três) meses, já havia aproximadamente uns 300 (trezentos) barracos instalados no local. (NIETTO, s/d). (FIGURA 11).

A Vila Manaus está localizada na região sul, na periferia urbana de Criciúma, próxima às regiões mineradas. A área foi ocupada, inicialmente, por cerca de 600 famílias de sem-teto, trabalhadores pobres de Criciúma e migrantes de outras regiões. Durante o governo Guidi (1977-1983), esse número subiu para 1.200 famílias, que moravam em casebres e barracos construídos de forma irregular.

Com o passar do tempo novos moradores foram se instalando nos lotes. Sem nenhuma infra-estrutura, sem água, nem luz e nenhuma demarcação a comunidade foi crescendo e começava a ser chamada de Vila Manaus.

Quanto à procedência dos moradores do Bairro Vila Manaus, em levantamento efetuado pelo Departamento de Habitação, da Secretaria de Habitação, Desenvolvimento Social e Comunitário da Prefeitura Municipal de Criciúma, em maio de 1994, para caracterizar a situação sócio-econômica dos requerentes de escrituras, encontra-se os seguintes resultados:

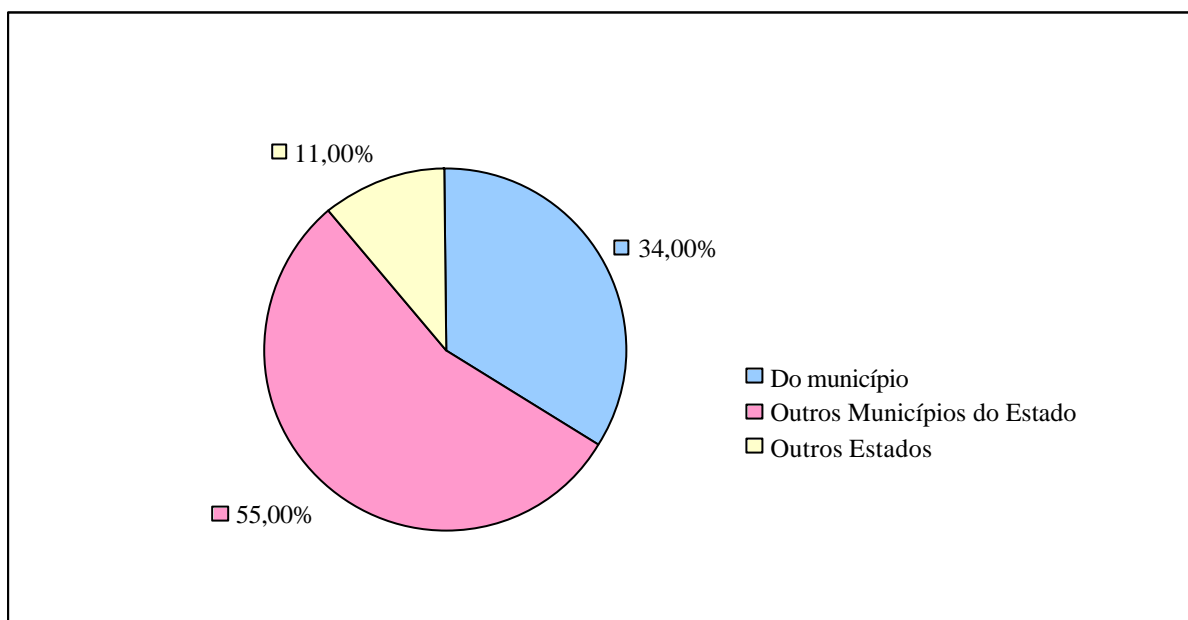
Tabela 2: Naturalidade dos requerentes para escrituras de lotes do bairro Vila Manaus, Criciúma-SC. Maio de 1994.

NATURALIDADE	Percentual (%)
Do município	34,0
Outros Municípios do Estado	55,0
Outros Estados	11,0
TOTAL	100,0

Fonte: Prefeitura Municipal de Criciúma, Departamento de Habitação. Maio de 1994.

Em relação à procedência, mais da metade dos entrevistados não eram naturais do município de Criciúma: para 55% a naturalidade é de municípios vizinhos, tais como: Jaguaruna, Araranguá, Meleiro, Bom Jardim da Serra, Orleans, Sombrio.

FIGURA 12: Origem dos moradores da Vila Manaus – Criciúma, SC.



Fonte: Prefeitura Municipal de Criciúma, Departamento de Habitação. Maio de 1994.

Esta situação também é relatada por CAROLA (1993, p. 27) com os moradores do bairro Corda Bamba, onde 67 % das famílias eram oriundas de outras cidades, em sua maior parte dos municípios que compõem a região sul do Estado.

A maioria dos entrevistados pelo Departamento de Habitação na Vila Manaus, residiam em Criciúma há mais de dez anos. O fato de mais da metade da população ter vindo de outras localidades e terem se fixado em Criciúma se devia à perspectiva de melhoria das condições de vida e à procura por empregos.

O aumento da população na década de 80, em Criciúma, segundo NUERBERG e MELLER (1984) eram decorrentes do êxodo rural do próprio município, do crescimento acentuado de indústrias cerâmicas e do vestuário, que exerceram forte atração para o espaço urbano em formação.

Por ser considerada uma cidade pólo, um centro econômico em expansão na região sul de Santa Catarina, Criciúma alimentava a expectativa de dias melhores para muitos migrantes desafortunados. Criava-se então a ilusão perante uma realidade desconhecida. No

entanto, ao cair do véu da esperança por melhores condições de vida, agrava-se a situação. Os que chegavam a Criciúma se deparavam muitas vezes com a fome, a miséria e o desespero.

Uma nova categoria de atores sociais, os despossuídos, os excluídos, os rejeitados pelo modelo econômico vigente na cidade, formavam um novo território, de miséria e abandono na periferia, no entorno poluído, rejeitado e desumano.

Estes migrantes oriundos da zona rural e dos municípios da região carbonífera do sul do Estado estabeleceram-se na periferia de Criciúma, criando bolsões de “miséria” e favelas sem infra-estrutura e higiene. No local de origem dos chefes de família predominavam atividades econômicas extrativistas em declínio (carvão e fluorita) e agrícolas com caráter de subsistência, sendo os principais fatores de abandono do local de origem de ordem econômica, habitacional e familiar. (NUERBERG e MELLER, 1984, p. 32).

A leitura aqui apresentada da formação do território da Vila Manaus se contrapõe à chamada história oficial porque constrói um quadro analítico que procura apreender aspectos dos modos de vida daqueles que não tiveram suas posições e interesses explicitados por esta mesma história e, ainda, foram excluídos do acesso à cidade e, por isso, encontraram, na mobilização e na organização comunitária, uma forma de se contrapor aos interesses hegemônicos.

4 A REFUNCIONALIZAÇÃO DA VILA MANAUS E OS MOVIMENTOS SOCIAIS POPULARES

4.1 A GÊNESE DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES EM CRICIÚMA.

O cenário citadino, em especial o bairro, foi se constituindo no *locus* privilegiado da eclosão de conflitos sociais e da tentativa de participação da população na gestão do espaço urbano. A precariedade da vida urbana levou os moradores, durante o processo de urbanização nas últimas décadas, a lutar por equipamentos públicos de infra-estrutura. Na verdade, a “ausência de tudo” e a repressão presente na vida cotidiana tornam-se a mola impulsora para a mobilização. Surgem, então, os chamados movimentos sociais urbanos e, entre eles, o movimento de Associações de Moradores (A. Ms.).

A experiência, historicamente vivenciada pelos movimentos, e a relação com os espaços institucionais têm trazido uma contribuição bastante relevante no processo de democratização da sociedade.

A convivência com as tentativas de cooptação, as expectativas frustradas, enfim, com os fluxos e refluxos dos movimentos sociais, fizeram com que estes acabassem ganhando novas formas e criassem alternativas de enfrentamento.

O movimento de associações de moradores – que tem sua gênese na década de 30 (GOHN, 1982; DOIMO, 1984) desenvolveu-se de tal forma que, atualmente, podemos qualificá-lo como um movimento social que está ou estava presente, praticamente, em todos os locais do país.

O processo de democratização política, a aceleração do desenvolvimento das cidades brasileiras e, junto com tal desenvolvimento, todos os problemas e conflitos inerentes ao modo de produção capitalista da cidade podem ser apontados como algumas causas da emergência destas organizações comunitárias.

De algum modo, em maior ou menor intensidade, as Associações de Moradores criaram um determinado impacto na vida e na gestão das cidades. Isto implica dizer, também, que elas exerceram influências na vida dos cidadãos que delas participam.

No Brasil, a organização dos moradores das áreas urbanas, através de associações, acentuou-se, a partir das décadas de 70 e principalmente 80.

Os movimentos sociais urbanos em Criciúma, durante a década de 60 e início de 70, tinham um campo de ação bastante limitado, restringindo-se a reivindicações de pequenas “benesses” que eram facilmente cumpridas pelo poder público municipal, que se legitimava com esse clientelismo. Nesta época vicejava em Criciúma, reflexo da situação nacional do regime militar de exceção e privação dos direitos individuais e coletivos, uma forte articulação entre a Igreja Católica e os mineradores. Estes, instruídos pelo Exército, estimularam a formação dos círculos operários nos bairros, primeiras formas de organizações de moradores, que negavam a luta de classes (VOLPATO, 1984, p. 119; MINAS, 1988, p. 142; ROS, 1991, p. 63-4).

Em Criciúma, as primeiras 37 associações de amigos de bairros, surgiram somente na década de 70, durante o governo do Prefeito Algemiro Manique Barreto (ARENA), que administrou Criciúma no período compreendido entre 1973 a 1976. As lideranças locais eram articuladas e elegiam sua diretoria. As razões que motivaram a criação das Sociedades Amigos de Bairros residiam na identificação de total carência e abandono em que viviam as comunidades periféricas, nos bairros de Criciúma (VOLPATO, 1984, p. 108).

Para o vereador Gelci Xavier, citado por VOLPATO (1984, p. 107), como resultado da organização da comunidade nos bairros, surgia em cada centro de bairro um posto de atendimento de primeiros socorros, que servia como uma central de medicamentos básicos. “As Sociedades Amigos de Bairro” elegiam as próprias lideranças, eram organizadas e tinham poder reivindicatório. A finalidade das mesmas consistia em levantar as necessidades da comunidade e reivindicar recursos e meios de solução junto à Prefeitura ou aos órgãos públicos competentes.

Este movimento comunitário, com força de representação popular, nascia num período em que a política nacional não estimulava a organização das classes trabalhadoras e

pobres. O governo do Estado, na gestão de Colombo Machado Sales, tinha, contudo, conotações mais técnicas que político-partidárias, não oferecendo dificuldades às iniciativas voltadas ao atendimento das necessidades das comunidades pobres dos bairros carentes, constituídas normalmente de operários. A oposição, exercida pelo (P) MDB, criticava a administração, afirmando que havia pouco empenho em atender com serviços de infraestrutura mínima básica nos bairros periféricos, habitados essencialmente por operários. As constantes promessas de direcionar a ação pública para os bairros não eram concretizadas. A justificativa desta política de concentrar os investimentos no centro residia na alegação de que o imposto predial era maior no centro do que nos bairros, onde o imposto recolhido era menor.

Durante a gestão do prefeito municipal Altair Guidi (1977 – 1983), os bairros perderam o poder reivindicatório. A administração municipal procurou desarticular as sociedades, através da nomeação dos dirigentes, que eram interventores da Prefeitura nos bairros. Com isso as Sociedades Amigos de Bairro, perderam sua força e o interesse pela associação. A Prefeitura tinha seu pessoal, que era posto à frente da comunidade, com a incumbência de impedir que a população se manifestasse. Os Conselhos Comunitários bloqueavam a voz da comunidade.

As lideranças da comunidade, vereadores Lírío Rosso e Gelci Xavier (P) MDB, eram unânimes em afirmar que, na época das eleições, a Prefeitura vinha “anunciando vantagens”, mas isto para serem padrinhos de coisas que já foram feitas pela população, ou que deveriam ser feitas pela Prefeitura porque era da competência dela (VOLPATO, 1984, p. 106).

Segundo João Alves, foi a partir de 1979, que a comunidade da Vila Manaus sentiu a necessidade de se organizar em uma associação para angariarem direitos “... precisávamos de tudo, inclusive conquistar o direito de morar, não havia água e muitas crianças morreram desidratadas” (ALVES, 2000, depoimento pessoal).

Líderes políticos afirmavam que a Prefeitura tinha condições de atender os bairros, prestando serviços à comunidade, como os de saúde, através de postos de saúde; de educação, através de jardins de infância e escolas de 1º grau; de iluminação pública e melhor pavimentação das estradas e ruas. Todos esses serviços são pequenos, frente às obras de

grande porte, como, por exemplo, a construção do aeroporto. A Prefeitura devia se preocupar com obras de vulto, também importantes, mas antes deveria atender à população carente de todas as necessidades básicas, diziam os líderes comunitários que se opunham aos detentores do poder no Município (VOLPATO, 1984, p. 109).

A relação entre o poder público e os moradores da periferia na definição de prioridades de obras públicas que atendessem interesses da comunidade era assim interpretada por João Alves:

“o prefeito não atendia a gente, mas a gente era muito teimosa, éramos pobres, carentes mesmo, mas éramos todos trabalhadores...

“No início de 1980, o Sr. Altair Guidi teve de admitir nossa permanência aqui na Vila Manaus, apesar de envergonhar-se da Vila, pois sua administração era voltada para obras faraônicas e de repente em plena administração sua surge a Vila Manaus...” (ALVES, 2000, depoimento pessoal).

Enquanto o Poder Executivo Municipal de Criciúma começava a fomentar as Sociedades de Amigos de Bairros, na década de 70, outros atores externos influenciaram na formação de algumas Associações de Moradores, com destaque para: o movimento das Comunidades Eclesiais de Base (CEBS) da Igreja Católica; os militantes de outras organizações civis (sindicatos, associações de pais e professores, etc.); os cabos eleitorais de partidos políticos dispostos a difundir entre as comunidades suas propostas político-partidárias; e os vereadores.

4.2 OS MOVIMENTOS SOCIAIS E A CIDADE DE CONFLITOS

O movimento social apresenta como característica de atuação uma pluralidade e multiplicidade de sujeitos históricos e de problemas. Tendo à frente as lutas reivindicatórias dos trabalhadores e a conquista da cidadania, em Criciúma esteve atrelado às demandas do movimento sindical e popular.

O movimento social urbano parece não ter limites territoriais de ação, indo desde as lutas nos bairros até os movimentos ecológicos, as concentrações urbanas, a luta dos negros e das mulheres, os movimentos em defesa dos direitos humanos e de ação da cidadania, os movimentos estudantis e da juventude, dos sem-teto, dos sem-terra, dos aposentados e pensionistas, a luta contra os aumentos das tarifas no transporte coletivo, ou seja, todos movimentos populares que, além de múltiplos e plurais, pareciam não ter uma especificidade, uma única identidade.

O movimento sindical, por sua vez era mais facilmente reconhecido e identificado por suas lutas corporativas, salariais e trabalhistas.

Além de “cidade do carvão”, Criciúma é reconhecida nacionalmente como um dos principais centros de mobilização operária e sindical de Santa Catarina. A cidade, que se desenvolveu a partir de um modelo capitalista explorador e predatório – tanto no que se refere à exploração da força de trabalho como em relação ao meio ambiente, foi palco de um intenso movimento operário e popular, especialmente dos mineiros – o mais forte e importante da região até o final dos anos 80, quando começa a dar os primeiros sinais de esgotamento e de graves contradições políticas e éticas. (TEIXEIRA, 1996).

O surgimento do “novo sindicalismo” na região do ABC, em São Paulo e a emergência de novos atores sociais no cenário político brasileiro, no final dos anos 70 e início dos anos 80, repercutiu na cidade de Criciúma. Além dos mineiros, é possível identificar, na origem destes movimentos, outras três categorias de atores: a) grupos de militantes da Pastoral de Juventude e da Pastoral Operária, organizados no início dos anos 80; b) militantes do Partido dos Trabalhadores, fundado em Criciúma em 1981; e c) Movimentos de Oposição Sindical, organizado primeiramente na ANAMPOS – Associação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais e, posteriormente na CUT – Central Única dos Trabalhadores e nas Oposições Sindicais organizadas em Criciúma a partir de 1983 (TEIXEIRA, 1996).

Durante a década de oitenta, Criciúma conheceu um intenso movimento popular e pastoral articulado com a mobilização operária-sindical de trabalhadores das minas, vestuaristas, ceramistas, metalúrgicos, professores, entre outras categorias.

A história dos movimentos sociais na cidade está relacionada com as greves, com as lutas dos mineiros, com as oposições, mas também, com os próprios movimentos populares, fortalecidos pela emergente pastoral social da Igreja, sob influência da Teologia da Libertação, que em Criciúma se organizava nas Pastorais de Juventude e Operária.

A Pastoral Operária (PO) e a Pastoral de Juventude (PJ), foram responsáveis por diversas manifestações populares na cidade, quando já não existia mais o Movimento pela Anistia e Contra o Custo de Vida. Com a Pastoral Operária, de Juventude e algumas Associações de Moradores aconteceram as primeiras mobilizações populares na cidade com características autônomas e combativas. O movimento popular forjado neste período, só veio a se consolidar três anos depois, após a realização de inúmeros eventos, manifestações de rua, criação do “fundo de greve”, a “Manifestação da Panela Vazia”, todos organizados pela Pastoral Operária.

Segundo TEIXEIRA (1996) é impossível conceber a emergência do chamado “novo sindicalismo” em Criciúma, sem esta participação da Pastoral Operária, da Pastoral da Juventude, do PT e dos movimentos populares.

4.3 MOVIMENTOS POPULARES E A CONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO DA VILA MANAUS: “NOVOS ATORES” = “NOVOS TERRITÓRIOS”.

4.3.1 Criciúma: cidade refúgio dos conflitos. Luminosidade e opacidade sobre o território da Vila Manaus.

A cidade de Criciúma é reconhecida no cenário estadual e nacional por suas lutas sociais, populares e sindicais, e por constantes mobilizações de trabalhadores, cujos movimentos são considerados “de vanguarda” no plano nacional. Muitos se referem à Criciúma como “a ABC de Santa Catarina” pelo seu militatismo sindical (TEIXEIRA, 1996).

“Criciúma é uma cidade de lutas, com forte tradição trabalhista e de esquerda – além de ter sido evidentemente, a cidade do carvão” (VOLPATO, 1984, 1989, p. 18).

Tudo que acontece em Criciúma – a partir de uma mina que fecha, de uma categoria em greve, de uma ocupação ou de qualquer questão social explosiva, transforma-se em movimento vivo que extrapola os contornos territoriais da cidade. Esta história viva de Criciúma faz derrubar limites e fronteiras, tornando-a, neste ponto de vista uma cidade singular (TEIXEIRA, 1996).

O território do bairro da Vila Manaus é como um palco de uma acirrada luta de classes, intra-classes, política e social, constituindo-se num pano de fundo de inúmeros conflitos e problemas sociais, econômicos, políticos, ambientais e culturais da cidade e região.

A reconstrução dos diferentes territórios do bairro da Vila Manaus passa necessariamente pela recuperação de fatos e descrição do movimento popular de ocupação, sua origem histórica, sua matriz ideológica e movimento popular, debates e conflitos políticos, a construção do bairro, a gestão ambiental-territorial proposta pelo projeto Nossa RUA.

4.3.2 Caracterização das moradias do Bairro Vila Manaus.

As casas eram precárias e geralmente construídas pelas próprias famílias. Eram casebres construídos com um, dois e às vezes três cômodos. O tamanho dos casebres, em alguns casos, obrigava a que filhos e pais dividissem o mesmo espaço apertado para o descanso noturno.

As condições habitacionais estabeleciam um estilo de vida que fugia ao padrão mínimo determinado pela sociedade hegemônica vigente em Criciúma. (FIGURAS 13, 14 e 15).



FIGURA 13: Moradias construídas junto ao córrego afluente do Rio Sangão, na fase de ocupação da Vila Manaus, em 1982. Fonte: acervo pessoal João Paulo Teixeira.



FIGURA 14: Moradias construídas próximas ao córrego afluente do Rio Sangão, sobre rejeitos piritosos, durante a fase de ocupação e formação do bairro Vila Manaus, em 1982. Fonte: acervo pessoal João Paulo Teixeira.



FIGURA 15: Moradias construídas próximas ao córrego afluente do Rio Sangão, sobre rejeitos piritosos, durante a fase de ocupação e formação do bairro Vila Manaus, em 1982. Fonte: acervo pessoal João Paulo Teixeira.

4.3.3 Exclusão social: o território dos esmoleiros

A deterioração dos padrões urbanos de vida e as condições cotidianas de sobrevivência da classe trabalhadora que ocupava o território da Vila Manaus sofriam com a estigmatização social.

A imprensa local assim retratava o retorno, às ruas, de crianças pedindo esmolas:

“Crianças na faixa etária de cinco a doze anos, estão novamente batendo de porta em porta, mendigando a caridade pública. Trata-se de um fato que pode ser considerado inusitado em Criciúma, já que representa a repetição de uma situação que de há muito era considerada, definitivamente equacionada. O surgimento de novos esmoleiros e de criança esfarrapadas pelas ruas centrais da cidade, recompõem um quadro constrangedor, que há três anos começou a ter mudada a sua imagem. Com a invasão de algumas áreas da chamada Vila Manaus, aquele núcleo se transformou numa verdadeira favela, pois até gente de outros Estados lá se instalou.” (Tribuna Criciumense, p. 9, 07/02/81).

A solução do problema a curto prazo por parte do Poder Público também era descartada, visto que a área onde ocorria este adensamento populacional estava fora do foco de atenção e atendimento das necessidades de infra-estrutura urbana.

“É evidente que o Poder Público não tem condições de resolver o problema a curto prazo, considerando-se que se trata de um núcleo formado, quase que essencialmente por **famílias invasoras**. E, é de lá que provêm menores que estão perambulando pelas ruas da cidade, visando a coleta de donativos.” (Tribuna Criciumense, p. 9, 07/02/81).

O crescimento periférico de Criciúma significava uma violenta segregação sócio-espacial. O valor dos imóveis era um obstáculo para os trabalhadores que procuravam melhores condições de vida, que eram jogados no entorno degradado e poluído.

As contradições sociais desse período ficam evidenciadas no tratamento diferenciado ofertado para menores residentes em outros bairros, como o Cidade Mineira que faz limite com a área de ocupação do bairro Vila Manaus.

“Convênio Beneficiará menores. Convênio dos mais importantes foi firmado entre a Secretaria de Desenvolvimento Comunitário e a Fundação Catarinense do Bem-Estar dos Menores, visando ao repasse de recursos que

serão aplicados em benefício de 300 menores carentes, inicialmente nos bairros Cidade Mineira, Nossa Senhora da Salete e Brasília. Esse trabalho de atendimento ao menor, desenvolvido por algumas instituições sediadas em Criciúma, vem se revelando altamente produtivo, a ponto de admitir-se que a única coisa que ainda está faltando no município, é a criação de um estabelecimento especializado que proporcione a devida assistência a menores que apresentem problemas de conduta social.” (Tribuna Criciumense, p. 9, 07/02/81).

4.4 TERRITÓRIO DA SOCIEDADE AMIGOS DO BAIRRO VILA MANAUS – SABVM

Os moradores da Vila Manaus começavam a se organizar a partir de um grupo de jovens da Pastoral Operária (PO) e da Pastoral da Juventude (PJ), de militantes do PMDB, de antigas lideranças comunitárias e do movimento operário mineiro ligado ao “Partidão”, o PCB. As duas principais lideranças populares da Vila faziam parte da diretoria provisória: João Paulo Teixeira (presidente), ligado à PJ, e João Alves (vice), ligado à PO. Desde então a Vila passou a ser uma das principais referências (e palco de disputas) do movimento político, partidário e popular de Criciúma. (FIGURA 16)

Em 29 de março de 1981 iniciavam-se as atividades a Sociedade Amigos do Bairro Vila Manaus (SABVM), constituída por uma diretoria provisória num período inicial, até a comunidade tomar conhecimento e ciência da formação da entidade que representaria os seus interesses.

A publicação no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina do Extrato do Estatuto da Sociedade ocorre em setembro de 1981, sendo que a data oficial da gênese da SABVM é 14 de junho de 1981. (FIGURAS 17 e 18).

Para se associar era cobrado um valor de Cr\$ 50,00 (Cinquenta cruzeiros) como jóia e uma mensalidade de Cr\$ 20,00 (Vinte cruzeiros). Estes recursos tinham como destino o ressarcimento de despesas como aquisição de blocos de recibos, livro de atas, entre outros materiais.

As reuniões eram realizadas sempre aos domingos na casa do presidente João Paulo Teixeira, por não ter sede própria. Já nas primeiras reuniões foram discutidas formas e maneiras de pressionar a Administração Pública para suprir as carências existentes no bairro: ruas não abertas, água, luz.

POVO CANSADO, GENTE EXPLORADA. ESPERANÇA NAO MORRE, TU SERÁ LIBÉRTADO.

Prezado cidadão!

Convidamos você para participar de uma reunião, que se dará às 9:00 horas da manhã neste domingo dia 22/03/87 na Escolinha da Vila Manaus, para conversar assuntos de nosso interesse.

Assuntos que serão debatidos:

1º - Como formar a Sociedade de Amigos do Bairro da Vila Manaus.

2º - Objetivo da Sociedade.

3º - Que você exigiria de uma Sociedade.

Você poderá associar-se a partir deste domingo.

Lembre-se: a nossa luta por água, luz, estrada, etc, etc, ficará mais lucrativo com uma associação formada.

A Comissão Provisória

FIGURA 16: Convite para formação da Diretoria Provisória da SABVM.

EXTRATO DO ESTATUTO DA SOCIEDADE AMIGOS DO BAIRRO DE VILA
MANAUS

OBJETIVO: A Sociedade Amigos do Bairro de Vila Manaus, tem como objetivo: defender os interesses da comunidade, promover e despertar os moradores na construção da municipalidade. SEDE: Está sediada no Bairro Vila Manaus, Criciúma-Santa Catarina. TEMPO DE DURAÇÃO: A Sociedade existirá por tempo indeterminado. ORGANIZAÇÃO: A mesma está organizada através dos sócios fundadores, honorários e efetivos. ADMINISTRAÇÃO: A Sociedade é composta por uma diretoria, ou seja: Presidente, Vice-Presidente, 1º e 2º Secretário, 1º e 2º Tesoureiro, Conselho Fiscal e Conselho Deliberativo. REPRESENTAÇÃO: A Sociedade se fará representar em juízo ou fora dele, pelo seu presidente. EM CASO DE EXTINÇÃO OU REFORMA ESTATUTÁRIA: Qualquer reforma estatutária será feita em assembléia geral, bem como o destino da mesma em caso de extinção. DATA DA FUNDAÇÃO: A Sociedade Amigos do Bairro de Vila Manaus foi fundada em 14 (quatorze) de junho de 1981 (hum mil novecentos e oitenta e um). Criciúma, 21 de julho de 1981. (ass.) João Paulo Teixeira-Presidente.

FIGURA 17: Extrato do Estatuto da Sociedade Amigos do Bairro Vila Manaus. Diário Oficial – SC, nº 11.799, p. 19. 02/09/1981

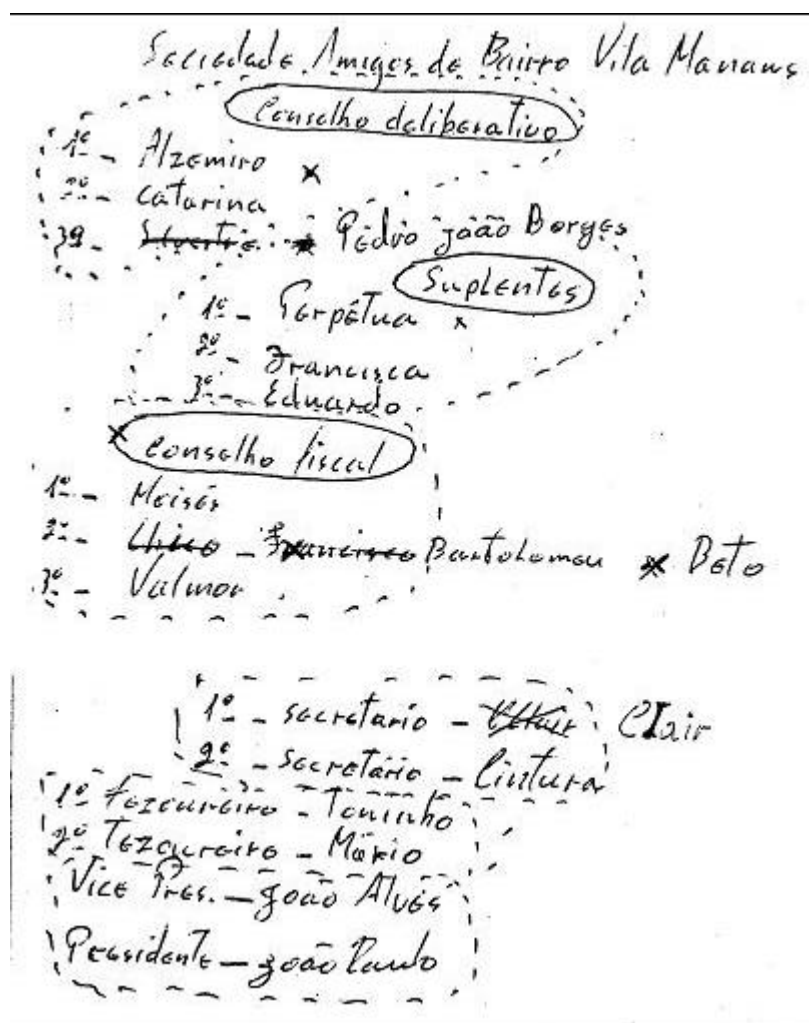


FIGURA 18: Componentes da primeira diretoria da Sociedade Amigos do Bairro Vila Manaus. Julho de 1981

Em reunião realizada em 19 de maio de 1981, o presidente se manifesta afirmando que “... numa sociedade não poderá haver política e nem religião, devemos lutar unidos para que possamos vencer estas dificuldades que existem no bairro” (João Paulo Teixeira, ATA nº 3 da SABVM, maio de 1981).

As reivindicações da SABVM em maio de 1981, segundo ordem de prioridades relacionadas pelos associados eram: água, luz, pavimentação de ruas sem piritá, construção de um centro comunitário, de um posto de saúde, troca de cargos na atual diretoria, carteira de identificação e ingresso de novos sócios, prestação dos lotes, definição dos estatutos, encontro de associações, curso de enfermagem, curso de crochê (FIGURA 19).

Comissão pede água para Vila Manaus

Talvez penalizados com a angustiante situação por que estão passando os moradores da marginalizada Vila Manaus, vários criciumenses compareceram até a sede da Casa local, pedindo que fosse levada água até aquele local.

A comissão foi muito bem recebida pelo agente local, Sr. Aderlei Porto, que deu-lhes grandes esperanças de que brevemente o problema será

solucionado.

Essa mesma comissão, deverá ainda entrar em entendimentos com o Sr. José Pimentel, gerente local da Força e Luz, solicitando a implantação de energia elétrica na Vila Manaus. São pessoas desinteressadas, sem política-gem, pois preferem que seus nomes não sejam divulgados, que, penalizadas com o sofrimento alheio preocupam-se e procuram as soluções.

FIGURA 19: Comissão pede água para Vila Manaus. Reportagem da Tribuna Criciumense. Criciúma, 1º de maio de 1981, nº 1312.

É possível identificar na lista de prioridades ao menos três formas diferenciadas de atuação: a primeira, de cunho reivindicatório de bens e serviços de consumo coletivo, direcionada para sanar as deficiências de infra-estrutura do bairro; a segunda, de caráter interno, referente à organização da associação; e a terceira, a preocupação com a capacitação e o preparo profissional dos cidadãos, em especial das mulheres residentes no bairro em formação.

As demandas por bens e serviços de caráter público foram realizadas de diversas maneiras, desde comitiva de representantes à sede da administração pública até passeatas e invasão de prédios públicos. À medida que suas reivindicações ficavam apenas nas promessas falaciosas dos gestores municipais, mudavam as estratégias e formas de agir para que suas necessidades fossem ouvidas e atendidas.

A primeira comitiva da rede de representantes do bairro, ao visitar a prefeitura para discutir os problemas relacionados à rede de distribuição de água e de energia elétrica, recebeu como resposta o atendimento parcial de suas reivindicações: três mil metros de fio para energia e três mil metros de canos para a rede de água, suficiente apenas para uma parte do Manaus, além de promessas de construção de uma capela e do centro comunitário.

“... pelo jeito a Vila Manaus vai se transformar num loteamento do BNH, Pró-Morar, embora a diretoria tenha se esforçado bastante, deu poucos resultados as reuniões que fizemos com a Força e Luz, Casan e Prefeitura.” (João Alves).

A credibilidade e a representatividade das lideranças locais foram colocadas em cheque numa audiência realizada na Prefeitura Municipal: quando o Prefeito perguntou quem reconhecia o João Paulo Teixeira como presidente da Vila Manaus, poucas pessoas levantaram a mão.

Nesse sentido, o presidente assim se manifestou: “É, perto do Prefeito representei pouco, pois vivemos numa sociedade de classe onde só é reconhecida a posição que as pessoas ocupam e não o trabalho que cada um desempenha.” (Ata da SABVM, em 03/08/81).

Já para o vice-presidente, João Alves, era necessário conscientizar o povo politicamente, usando todos os meios autênticos, pois nada conseguiriam com o pessoal que estava no poder.

Em meados de setembro de 1981, a SABVM formava nova comissão para reivindicar água e luz no restante da Vila Manaus, uma vez que apenas um terço da Vila tinha abastecimento de água; de luz, “nem sombra” (FIGURA 20).



A luta por água
está quase chegando
ao fim.

Alguns elementos da diretoria da Sociedade Amigos do Bairro estiveram conversando nesta última quarta-feira, dia 9 com o chefe da CASAN. Nesta oportunidade ficamos sabendo por intermédio do senhor Aderlei, que já se encontra a disposição da CASAN todo material para abastecimento "Geral" de nossa Vila.

Como vemos, dentro de pouco tempo não vamos mais tomar água com perita
Quem garante é o senhor
Aderlei Porto

Sociedade Amigos do
Bairro da Vila Manaus

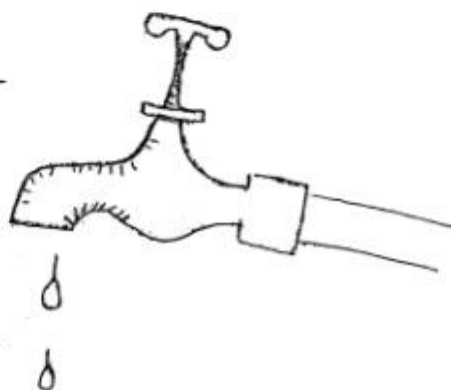


FIGURA 20: Panfleto informativo distribuído entre os moradores do Bairro Vila Manaus, em meados de 1981.

Nesta reunião foi discutida “... uma idéia que o Padre Miotelo havia sugerido, porque nós no Manaus não temos luz, porque não fizemos luminária de óleo queimado para iluminar as ruas principais e transversais”, como forma de pressionar o prefeito e a Companhia Elétrica Força e Luz para colocar energia no bairro.

A presença e a liderança da Igreja Católica, personificada na pessoa do Padre Miotelo e de movimentos como a Pastoral da Juventude e a Pastoral Operária são marcantes no processo de construção do espaço urbano e território da Vila Manaus.

O líder comunitário na época da ocupação do bairro Vila Manaus salienta a importância da presença do Padre Miotelo “... não podemos nunca deixar de citar que nossas conquistas tiveram uma ajuda muito grande do Padre Miotelo, que na época era vigário da paróquia da Cidade dos Mineiros” (ALVES, 2000, depoimento pessoal).

No centro comunitário do bairro Cidade Mineira eram apresentados todos os sábados, às 20 horas, slides com o objetivo de conscientizar as pessoas sobre os problemas que a pirita traz às comunidades; sobre o papel dos sindicatos: como funcionam, para que servem, quem beneficiam; sobre as lutas das mulheres sobre seus direitos e para estimular as pessoas das vilas a lutarem por seus direitos.

Este processo de formação política e cidadã apoiavam e estimulavam a organização e o funcionamento da SABVM, pois muitos membros da direção participavam de outros movimentos populares, como a Pastoral da Juventude, a Pastoral Operária, o Sindicato dos Mineiros do Rio Maina.

45 AS LUTAS: CONQUISTAS E DERROTAS.

“Da arte de vencer sem desembainhar a espada.”

“Conhece teu inimigo e conhece-te a ti mesmo; se tiveres cem combates a travar, cem vezes serás vitorioso. Se ignoras teu inimigo e conheces a ti mesmo, tuas chances de perder e ganhar serão idênticas. Se ignoras ao mesmo tempo, teu inimigo e a ti mesmo, só contarás teus combates por tuas derrotas”. (SUN TZU).

Os movimentos de moradores com base popular como o ocorrido na ocupação e formação do território do Bairro Vila Manaus, são os que expressam claramente as contradições do modelo de desenvolvimento sob a égide capitalista.

Independente de qualquer identidade partidária, a questão central que mobilizava os membros da SABVM, enquanto sujeitos coletivos, era a crítica a uma situação comum de marginalidade ou de exclusão social e as lutas por melhorias das condições e da qualidade de vida.

Os moradores do bairro que começava a ser denominado Vila Manaus, durante a década de 80, estabeleceram neste espaço urbano periférico, um verdadeiro campo de batalhas para conquista do território, enquanto espaço físico. Foi também palco de batalhas pela conquista de territorialidades que a vida tecia nas relações sociedade-espaço-tempo, na busca de autonomia cidadã, na construção da cidadania.

A primeira batalha dos ocupantes na busca da qualidade de vida foi pelo direito à moradia. Além da moradia em si, outras lutas transcorreram e foram conquistadas graças à organização e participação comunitária.

Desta forma, a qualidade de vida para a Sociedade Amigos do Bairro Vila Manaus (SABVM), além de moradia em si, contemplava ter acesso a sistema de abastecimento de água, rede de energia elétrica, abertura e pavimentação de ruas sem o emprego da pirita, esgotamento sanitário, linhas de ônibus para transporte, posto e saúde, creche, regularização das escrituras dos terrenos ocupados, remetem a noção de habitação no sentido amplo de “*habitat*” em um território construído. Neste sentido, encontramos no *locus* de lutas e batalhas com o Estado, no caso o Poder Público Municipal, todas as condições necessárias para que os indivíduos e a coletividade mantivessem e perpetuassem as suas vidas.

A partir da ausência de tudo, da carência de bens e serviços de consumo coletivo se fundamenta a união e a organização de ações coletivas.

Perante a situação vivenciada, os valores compartilhados, as relações interpessoais, de amizade e de vizinhança aprofundam e consolidam o vínculo de solidariedade que sustenta a comunidade em torno de finalidades coletivas.

Neste sentido, CARDOSO faz a seguinte observação:

“Retoma-se a oposição clássica entre comunidade/sociedade para confrontar a unidade de interesses dos grupos de base com a sociedade que, por definição, é dividida em classes e cortada por privilégios e conflitos. Entre iguais se supõe poder garantir o consenso e a liberdade.” (CARDOSO, 1983: p. 232).

A característica de “territorialidade” (RAFFESTIN, 1993) verificada no movimento dos moradores da Vila Manaus, está relacionada com a possibilidade concreta de desenvolvimento da noção de “autogestão”, à medida que não vivenciam apenas uma condição comum, mas esta condição num espaço também comum.

4.5.1 Visita a Prefeitura: uma batalha no campo de disputas

Na ata de nº 12 da SABVM, em 07 de dezembro de 1981, encontra-se a descrição fiel da disputa pelo território, de poder e a defesa da territorialidade dos ocupantes da Vila Manaus. Reproduzimos na íntegra, pois retrata as trincheiras de uma batalha travada entre a comunidade e o Poder Público:

“O Toninho falou sobre a nossa ida a prefeitura, que começou com o João Paulo saindo com o alto-falante num carro pela vila convidando para cada um de nós ir lá na Prefeitura, que às 2 horas da tarde e lá por 1:30 horas tinha aproximadamente umas 150 pessoas para irem à prefeitura que na qual fomos uns de carros de alguns amigos nossos lá no centro de Criciúma, outros foram de ônibus e tudo era pago, ninguém da vila gastou um tostão para ir à Prefeitura, só foi gasto as nossas salivas e foram assumidos muitas faixas e cartazes lá fomos nós, mães, pais jovens, crianças e até mesmo nenês de colo. Foram feitas umas seis viagens de carro para levar o pessoal. O Toninho ainda dizendo que no meio do caminho a prefeitura houve um congestionamento de carros numa rua e o motorista de ônibus estava muito brabo por causa dos carros e aí o Toninho gritou do carro: “calma seu motorista, desça e acompanhe a nossa caminhada”. O pessoal chegando na prefeitura se organizou por pelotões com faixas e cartazes e fomos para porta da frente da prefeitura com o pessoal ali gritando queremos água, queremos luz, queremos aqui o Altair, ficamos mais ou

menos uns 45 minutos na frente da prefeitura gritando pelos nossos direitos, em vez enquanto vinha uma pessoa lá de dentro da prefeitura, dizendo para nós sair dali que o prefeito não estava no prédio, mas nós éramos persistentes e começamos a falar se o prefeito não aparecer nós ia na casa dele e ia fazer uma passeata pelo centro de Criciúma. Aí nós entramos prá dentro do salão de entrada da prefeitura e ficamos esperando uns 10 minutos e aí apareceu o prefeito com aquele sorriso irônico e debochador e ele leu todas as faixas e cartazes e desceu pela escada e veio até nós, e passando por nós e indo até o padre Miotelo, assistindo o acontecimento e o chamou pro meio de nós, e disse que só conversaria com nós se fosse uma comissão de 20 pessoas, e ele subiu para sua sala e fizemos uma assembléia dentro da prefeitura e foi lançada a segunda proposta:

1º Todos nos iríamos conversar com o prefeito;

2º Iria uma comissão de 20 pessoas, na qual ganhou a Segunda proposta e foi escolhido as pessoas que iriam conversar com o prefeito, depois as pessoas apresentadas subiram a um salão nobre da prefeitura no segundo andar e o resto ficou de prontidão lá embaixo e passou-se uns 50 minutos e estava encerrada a reunião com o prefeito, que não aceitou nenhuma reivindicação do pessoal, que era água e luz e ainda disse que to do pessoal da vila estavam possuídos pelo demônio e que o demônio era o padre Miotelo, mas prometeu começar o centro comunitário no começo de 1982, o pessoal foi embora pacificamente mas prometeu voltar com mais gente. O Toninho falou que a Vila Manaus provou que está unida prá lutar pelos seus direitos. O João Paulo falou sobre uma nova ida a prefeitura e pressionar mais um vez o prefeito já que ele está sabendo de que nós podemos colocá-lo na justiça e seria uma comissão de – 10 pessoas que iríamos numa: terça-feira a tarde 15/12/81. Ficaram estas pessoas para irem nessa comissão: João Paulo, João Alves, Clair, Toninho, Pedro, Moisés e o Beto. (Ata SABVM, 07/12/81).

Esta manifestação organizada pelos ocupantes da Vila Manaus foi um marco na história dos movimentos sociais urbanos de Criciúma por ter sido a primeira ação de caráter popular que reivindicou direitos individuais e coletivos sem estarem vinculadas às lutas sindicais e de classe que eram travadas entre sindicatos patronais e os trabalhadores.

“Através da organização da Associação, nós sempre com no mínimo trezentas pessoas invadíamos a prefeitura, fazíamos manifestações de tal forma que era impossível que ele, o prefeito, por mais que não quisesse, não nos ouvisse...” (ALVES, 2000, depoimento pessoal).

4.5.2 A batalha pela água: a luta pela Vida

O crescimento e adensamento populacional começam a afetar as condições de vida da população pela falta de água e saneamento básico.

Em 26 de janeiro de 1982, uma comissão relata ao Sr. Prefeito *“o problema que vem causando na vila, que é a gruta do qual muita gente é abastecida por aquela água e agora acontece mais esse problema na gruta que até colocaram uma patente em cima da gruta onde corre a água”*.

As reivindicações nesse momento eram para construir uma proteção para a fonte de água da gruta com colocação de murro e tampa de cimento, pedido somente atendido alguns meses depois. A morosidade no atendimento a esta reivindicação foi entendida com o responsável pela morte de uma criança relatada no informativo “O ALERTA” (FIGURA 21).

MATARAM MAIS UMA CRIANÇA

Há muito tempo os moradores da Vila Manaus vem lutando por água encanada. Por várias vezes fomos a prefeitura (dona do loteamento) reivindicar água. O prefeito sempre nos passou a perna dizendo que isto é de responsabilidade da CASAN. Todos sabemos que o abastecimento dos bairros é "por conta da CASAN". Mas sabemos, também, que nenhuma entidade de Criciúma mexe uma palha sem as ORDENS do prefeito. Este homem conseguiu colocar rédeas em todas as entidades. É pena saber que o que ele faz aqui em Criciúma, é o mesmo que o governo faz em todo Brasil.

Agora nós perguntamos: Quem é o responsável pela morte do menino Edvanio de Jesus, com 7 meses de idade, que morreu desidratado por causa da água com pirita ?
Os pais não querem consolo porque Edvanio, seu filho, não existe mais (Mateus 2,18).

Só nos resta uma coisa: Exigir que as "autoridades sem vergonha e coração" coloquem, sem demora, água potável em todos os bairros.

FIGURA 21: MATARAM MAIS UMA CRIANÇA O Alerta nº 5. Órgão de Divulgação da Sociedade Amigos do Bairro da Vila Manaus. Edição de Maio de 1982.

4.5.3 Da arte da conquista, ou como ocupar e construir um território

“Uma das tarefas essenciais que debes realizar antes do combate é escolher criteriosamente o terreno do campo de batalha. Para isso, é preciso agir rápido. (SUN TZU).

Na comemoração de um dos aniversários da ocupação do espaço urbano, os moradores, sob orientação do Grupo de Jovens e do Grupo de Reflexão utilizaram da arte, através da representação teatral, para relatar a construção do novo território.

A refuncionalização do espaço urbano que passava de território público com uso pré-determinado como Distrito Industrial, para apropriação pelos ocupantes e formação do território da Vila Manaus era representada através da arte pelos agentes construtores, com a seguinte leitura e interpretação de um coro polifônico, entremeado de declamação, que abrilhantava as comemorações através de representações cênicas:

Cena 1 – Poesia;

Cena 2 – Leitor 1 – A Terra era da prefeitura.

Leitor 2 – O povo foi chegando em desordem!

Leitor 4 – “O prefeito está dando terra.”

TODOS – “Estão dando lotes?”

Leitor 1 – Aqui era ruim, mas a gente morava num lugar pior!

Não tinha água nenhuma! Nem para beber! Só tinha lama!

Leitor 2 – Se é um filho de Deus, nós também somos!

Leitor 3 – Cadê minha gorjeta?

Leitor 4 – Minha casa foi quase tudo ganhado.

Leitor 1 – Que! Morar neste bairro?

Leitor 5 – Fomos arranjando os amigos. Cozinhei uns dois meses na casa da vizinha.

Leitor 2 – Hoje a gente conhece muita gente aqui dentro.

Leitor 3 – Um amigo achou que esta vila ia crescer.

Leitor 4 – Seu João Grande era dono de meia quadra.

Leitor 5 – Teve gente que vendeu terreno.

Leitor 1 – Uma comadre falou que tinha lotes... O pai trouxe a casa de lá para cá.

Leitor 2 – Minha mãe ia lavar roupa na gruta.

Leitor 3 – Quando cheguei não tinha quase ninguém.

Leitor 4 – Antes, água boa mais perto só a 2 Km.

Todos – A gente tinha sofrido bastante.

Leitor 1 – Apareceu quem tinha interesse pra ajudar.

Leitor 2 – Teve uma festa quando o prefeito veio.

Leitor 3 – Da outra vez não teve mais festa. Ele se revoltou.

Leitor 4 – Mas foi bom pra nós. Tivemos ônibus, as ruas foram abertas.

Música.

Leitor 5 – Isso não tem jeito.

TODOS – Essa expressão foi morrendo.

Leitor 1 – A gente une a minoria. É trabalhoso.

Leitor 2 – O prefeito ainda não prendeu o João Paulo.
TODOS – Vai ter que levar muita gente.
Leitor 3 – Uma conquista foi à esperança.
TODOS – A gente começou a acreditar.
Leitor 4 – A comunidade começou a ser valorizada pela Igreja.
Leitor 5 – A gente ta encontrando tanta gente boa.
Leitor 1 – Os grupos de reflexão ajudam a conhecer.
TODOS – Conseguimos as ruas, a água nos canos.
Leitor 2 – Ainda não ta fácil. Ainda tem muita luta. Hoje tem mais gente lutando. O
prefeito viu que somos unidos.
TODOS – Tem gente não concordando com nosso trabalho. O grupo não morre.
Leitor 3 – Mesmo que aqui tivesse tudo bem, há outras comunidades que precisam.
Música.
Leitor 4 – A mesma amizade e trabalho pra frente. Estar com Deus e tomar conta da
família. Amanhã vai ser mais bonito que hoje. Deus vai dar proposta nova para os que o
seguem. Quando tudo terminar, estaremos no paraíso. Alguns vão fugir da luta e novos vão
aparecer.
TODOS – Vamos fazer hoje com verdade e amanhã será melhor.”
 (Jogral da ocupação, Grupo de Jovens, Vila Manaus, 1983).

Na leitura e interpretação desta peça é possível identificar as dificuldades, a maneira de agir dos principais atores a descrição das lutas e conquistas, a maneira de agir e se relacionar com o Poder Público, as lideranças comunitárias que nasciam, as relações de vizinhança e amizade, a presença da Igreja como tutora do movimento e a aplicação de sua ação preferencial pelos pobres pregadas na Teologia da Libertação.

4.5.4 Estratégias de comunicação: ou da arte de convencer e conquistar

Os moradores do bairro em formação tomaram consciência que deveriam melhorar e facilitar a comunicação entre eles. O que era importante é que todos ficassem sabendo dos problemas, das dificuldades e que juntos procurassem resolver os obstáculos.

Os meios de comunicação existentes, como os rádios e os jornais locais estavam na mão de grupos que tinham outros interesses, entre os quais manterem-se no poder. As lutas e dificuldades que a população passava não eram do seu interesse divulgar. Não queriam e não deixavam a população falar, dar sua opinião e participar.

Diante deste quadro, o grupo de jovens criou uma série de meios de comunicação

que transitavam entre os ocupantes do território da Vila Manaus.

Boletim da comunidade: “O ALERTA”.

Um boletim informativo onde todos os moradores deveriam ajudar a escrever, a desenhar, dando notícias de seus grupos, da sua rua, do seu trabalho e das lutas da associação, dos grupos de reflexão e de qualquer trabalho comunitário. Este boletim funcionou como uma voz que circulava entre os moradores.

Na edição número 1, de dezembro de 1981, em sua apresentação encontra-se o seguinte editorial:

O ALERTA tem como objetivo formar e informar os moradores da Vila Manaus.

É uma iniciativa da diretoria da Sociedade Amigos do Bairro da Vila Manaus e também será mantido pela própria associação.

Este primeiro jornalzinho será um pouco maior, mas pretendemos fazê-lo com apenas 4 (quatro) páginas para evitar muitas despesas. Mensalmente o associado receberá um exemplar. O Jornal é nosso, por isso você está convidado a nos ajudar a escrevê-lo. Você poderá escrever qualquer coisa que achar importante para a Vila. Como é um jornal de formação e informação, vamos abordar os assuntos referentes a:

Movimento de Igreja;

Associação de moradores;

Política;

Sindicalismo;

Notícias locais e outras.

É por causa de você amigo associado que vamos topar mais estas paradas crenças que você vai lê-lo a enviar alguma coisa escrita para que possamos publicar.

O Alerta tentará ser um meio de nos comunicar e é mais uma prova de que a Vila Manaus está se organizando a cada dia que passa.

Escreva o que você quiser e entregue no bar do Toninho (Bar Manaus) no Beto ou na casa do João Paulo.

Sobre o jornal “O Alerta” assim se manifesta João Sabino sobre a construção e proposta que possuía: “nosso jornalzinho foi uma idéia coletiva, onde todos teriam vez e direito de expressarem suas idéias e dar suas opiniões...” (SABINO, 2000, depoimento pessoal) (FIGURA 22).

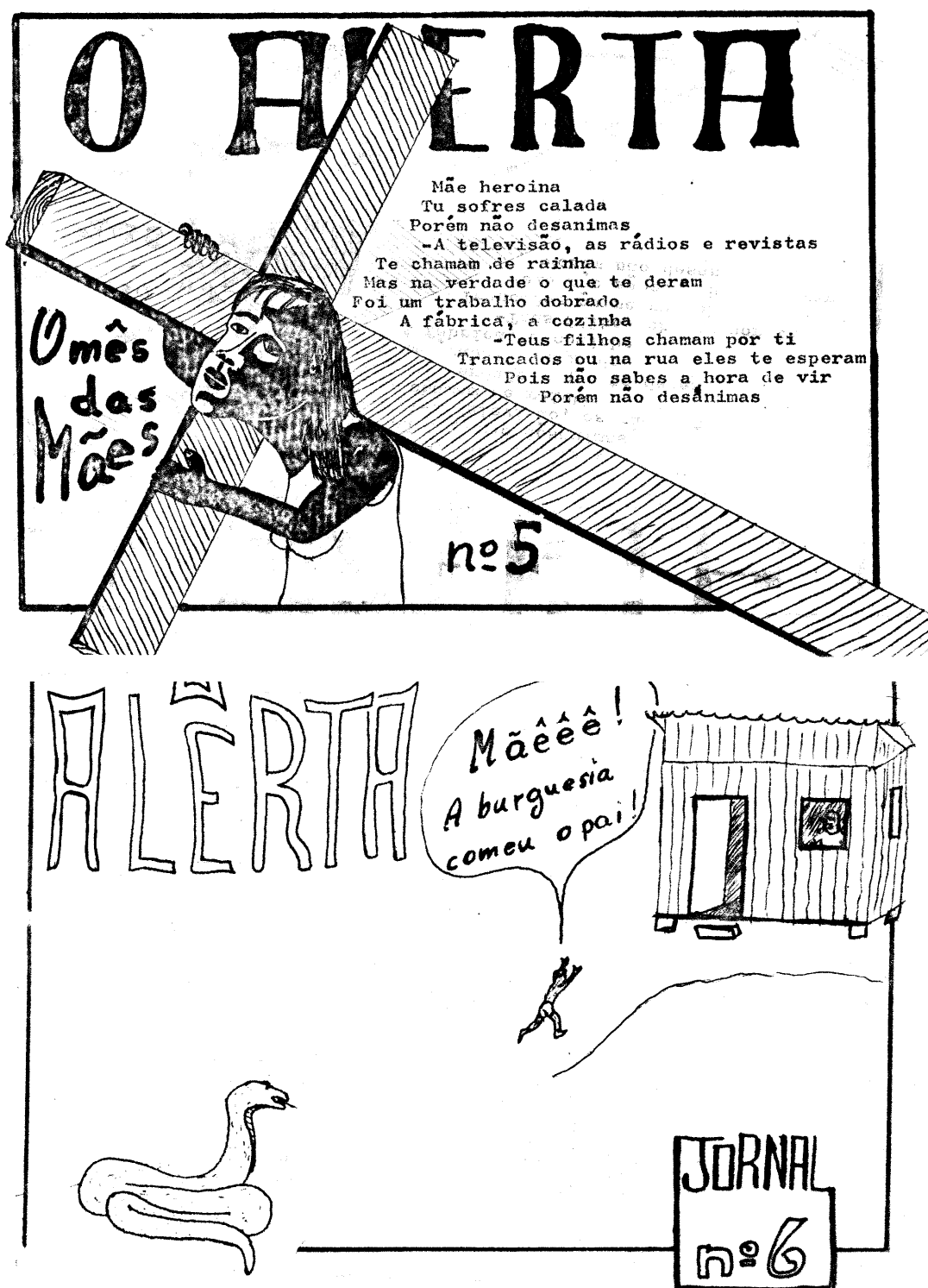


FIGURA 22: Capas do Jornal "O ALERTA" da SABVM, Edições nº 5 de Maio e nº 6 de Junho de 1982.

4.5.5 Os representantes de área e de rua

A vila estava ficando muito grande, se comparada com o seu início. Para poder atingir a todos os moradores foi feita uma divisão por áreas e por ruas. Cada rua tinha o seu representante que entre outras funções realizava as seguintes atividades: era uma espécie de mensageiro, aquele que distribuía os folhetos e dava os recados para os moradores; atuava como elo de ligação fazendo crescer a união, a amizade, a fraternidade entre os vizinhos; convidava novos elementos para serem sócios da associação de moradores; reunia os vizinhos da sua rua para discutirem os problemas de água, luz, esgoto, saúde, educação, lazer, transporte, clube de mães e custo de vida.

4.5.6 As disputas eleitorais: clientelismo, populismo e siglismo ou da arte de garantir e proteger trincheiras conquistadas?

Em maio de 1982 é lançada uma campanha de arrecadação de recursos financeiros para colocação de energia elétrica na Vila Manaus.

O ano de 1982 é um período eleitoral, onde as promessas ficam mais fortes e presentes no dia a dia da população periférica de Criciúma. São recursos do FINSOCIAL, postes para luz, canos para água. A SABVM organiza uma comissão de 3 bairros, Vila Baixadinha, Vila Pedregal e Vila Manaus para pressionarem a administração pública de maneira que garantissem o cumprimento de antigas promessas, mas sempre atuais necessidades da população marginalizada.

A conclusão do centro comunitário no final do mandato de Altair Guidi, em 1982 traz inquietação, quanto à politização das lutas, para os sócios da SABVM e são discutidas reivindicações tais como: construção de uma creche, formação do clube de mães; posto de saúde com ambulatório e dentista; cursos de corte costura; sala para a associação de moradores e sala para o grupo de jovens. Além destas necessidades, também solicitavam que as trabalhadoras do centro comunitário fossem da Vila Manaus.

As eleições municipais para prefeito em 1982 são vencidas por José Augusto Hülse (PMDB), com proposta de realizar uma administração sob a efígie de “Governo Popular” priorizando ações junto aos bairros periféricos do grande centro urbano. (NASPOLINI FILHO, 1995). *“Quando trocou o prefeito Altair Guidi pelo Sr. José Augusto Hülse (PMDB), a situação da Vila Manaus ainda era muito precária, mas pelo menos diminuiu a perseguição...”* (ALVES, 2000, depoimento pessoal).

O “governo popular” regido pelo PMDB propunha uma gestão no domínio do populismo. Como caracterizado por SANTOS (1998), esta forma de governo procura agradar o eleitor pelas mais diversas maneiras, com uma promessa aqui e outra ali. Ocorreu um aliciamento dirigido a uma parcela considerável da população.

As promessas acenavam para melhorias individuais ou coletivas e realizações não empreendidas pelos governos anteriores ou por partidos políticos, de tal forma que soava aos ouvidos dos eleitores como atitude de oposição ao governante anterior, Altair Guidi (PDS).

A SABVM se mobilizava e listava uma nova série de reivindicações, tais como: a gerência e administração do Centro Comunitário nas mãos da sociedade; construção de quadra de esporte no centro comunitário; canalização da rede de esgoto; três abrigos de ônibus com bancos e cobertura e maior periodicidade de passagem de ônibus de 30 em 30 minutos *“...para acabar com estas latas de sardinha porque como está não dá”*, pavimentação da rua geral; escrituras dos lotes da vila; ampliação da escola. *“Do novo prefeito conseguimos centro comunitário, creche, posto de saúde, quadra de esportes, alguma rede de esgoto e regularização dos nossos lotes...”* (ALVES, 2000, depoimento pessoal).

A partir de fevereiro de 1983 os associados da SABVM reivindicavam a canalização do córrego que atravessa e divide o bairro, *“Seu Louro falou que devemos reivindicar como prioridade do bairro, a canalização do córrego, haverá lugar para outras pessoas morarem e a escritura, pois o nosso povo é unido bastante para conseguir estas reivindicações.”* (Ata nº 26, SABVM, 14/02/1983).

As batalhas e lutas foram inúmeras desde a ocupação até os dias atuais: ia-se em comissões na Casan, Força e Luz e Prefeitura. A primeira reivindicação conquistada foi a linha de ônibus, depois o arruamento e após muitas reuniões, assembléias e idas e vindas a

Prefeitura e a Casan, chegaram os primeiros canos com água na Vila Manaus. O centro comunitário e a energia elétrica foi uma conquista que veio depois de muita luta.

O Centro Comunitário era muito utilizado pela comunidade, pois servia como espaço para a realização de reuniões, assembléias das diversas entidades organizadas bem como espaço para funcionamento de Clube de Mães, Casulo, Unidade de Saúde. A creche funciona desde 1986 após muitos pedidos dos moradores. Apesar de todas estas conquistas, o bairro ainda sofria, em 1990, com a ineficiência de alguns serviços e a falta de ampliação de outros que eram imprescindíveis ao bem estar coletivo e individual. Entre elas, as seguintes melhorias:

- a) ampliação do sistema de água e esgoto;
- b) ampliação do sistema de iluminação pública;
- c) ampliação e melhoria do transporte coletivo;
- d) ampliação do serviço telefônico;
- e) ampliação do serviço de recolhimento de lixo;
- f) conclusão e ampliação da pavimentação das ruas.

Somente durante o Governo Popular de Jose Augusto Hülse (PMDB) que, na área da habitação e urbanismo, era regularizado o loteamento da Vila Manaus com a legalização das escrituras. Após um intenso processo de lutas, durante a gestão Hülse, as casas foram regulamentadas e outros equipamentos urbanos como centro comunitário, creche e posto de saúde foram instalados (FIGURAS 23 e 24).



FIGURA 23: Construção do Centro de Saúde da Vila Manaus, no centro comunitário, durante a gestão José Augusto Hulse (1983 – 1988). Fonte: Arquivo Público Municipal de Criciúma.



FIGURA 24: Construção do Centro de Saúde da Vila Manaus, no centro comunitário durante a gestão José Augusto Hulse (1983 – 1988). Fonte: Arquivo Público Municipal de Criciúma.

4.5.7 Das Batalhas populares às disputas políticas

“Viver significa tomar partido.” (ANTÔNIO GRAMSCI).

O processo inicial de articulação e vinculação das lutas operárias e populares na cidade, aos poucos, vai se rompendo e se distanciando como práticas articuladas, ao ponto de alguns movimentos populares que tiveram influência mais à esquerda, praticamente esvaziarem ou desaparecerem do cenário político local ou passarem a ceder o seu controle para forças mais conservadoras.

No período entre 1982 a 1992, salvo algumas iniciativas desarticuladas, os petistas e as esquerdas “abandonaram” o movimento popular em Criciúma para priorizar o movimento sindical.

O PT de Criciúma foi fundado em 1981 e se construiu a partir de bases sindicalistas, embora parte de sua militância fosse originária dos meios populares e pastorais, os “igrejeiros”, ligados às CEB’s com forte influência da Teologia da Libertação. Participaram do processo de construção do PT (entre 1979 a 1981) militantes do movimento sindical, membros do movimento pela anistia e do movimento contra o custo de vida e militantes de esquerda (FIGURA 25).

PT no Estado começa a surgir por Criciúma

Na terça-feira, o mesmo dia em que todo o Brasil lia pelos jornais a declaração do presidente João Figueiredo sobre a extinção dos atuais partidos políticos, começava em Santa Catarina a organização do PT—Partido dos Trabalhadores. Este trabalho começava a ser feito exatamente em Criciúma por um grupo de políticos que não aceita a proposta de Leonel Brizola e muito menos as opções de um partido do Governo.

O PT teve uma reunião na terça-feira à noite, em Criciúma, na Câmara Municipal de Criciúma, e contou com a participação de políticos como Amadeu da Luz, Jorge Feliciano, Thelson Crescencio, Marlene Soccas e Jorge Leal. Na próxima terça-feira será realizada uma nova reunião, quando será definido o programa a ser

cumprido para a infiltração da ideologia petista.

Enquanto isto, os defensores do PTB de Leonel Brizola continuam declarando que «este PT não vingará», e os atuais integrantes da Arena continuam indecisos entre o Arenão do Governo ou o Partido Independente de Magalhães Pinto. Dos nossos deputados estaduais, Algemiro Manique Barreto é o único com tendência para acompanhar o Partido Independente e dos federais Walmor de Luca e Nereu Guidi, deverão sair filiações para o PTB e para o partido do Governo. No entanto, mesmo se filiando ao novo partido situacionista, Nereu Guidi deverá retornar a Brasília, para a Câmara Federal.

FIGURA 25: Nascimento do PT em Santa Catarina. Tribuna Criciúmensense. Ano XX, nº 1980 (13/10/79).

O primeiro candidato do Partido dos Trabalhadores, no pleito de 1982, ao mandato de prefeito municipal era uma liderança comunitária que se tornou visível a partir do começo do processo de formação do território do Bairro Vila Manaus, João Paulo Teixeira.

Com o PT, encerrados os debates da FUCRI. Os estudantes da FUCRI tiveram oportunidade de debater na última Sexta-feira com os candidatos do PT (Partido dos Trabalhadores).

“Os trabalhadores e a Prefeitura”.

O candidato a prefeito João Paulo Teixeira, “pedreiro” falou sobre alguns pontos da proposta do PT, em nível de plataforma municipal, João é morador da Vila Manaus, bairro onde a organização dos moradores, serve segundo ele “para demonstrar a força que tem o povo organizado”.

“A Vila Manaus, surgiu por volta de 1978, quando houve eleições para as assembleias legislativas e Câmara Federal”. Nesta época o prefeito Altair Guidi apoiava a candidatura de Aristides Bolan e a troca de votos cedeu alguns lotes para trabalhadores que não tinham onde morar. Em menos de três meses, mais de 400 famílias já estavam alojadas na área, anteriormente reservada para a instalação de indústrias.

Junto com as doações, o Prefeito prometeu garantir toda a infra-estrutura necessária. Passado o tempo nada disso aconteceu.

“Mas a população se organizou, disse o candidato e lutando, reivindicando, conseguiu luz, água, centro comunitário e ônibus. Os trabalhadores e a juventude da Vila Manaus que participam da associação foram ao prefeito e falaram de que tudo o que pediam não eram favores, mas uma obrigação que a Prefeitura devia. Manaus é fruto do tipo de administração que aí está colocada para nós”.

“O trabalhador só consegue alguma coisa quando luta por ela”.

O fato de ser pedreiro não vai atrapalhar a administração do município, segundo João Paulo, para quem “só os trabalhadores organizados podem gerir a sociedade”. Esta história de que trabalhador não sabe fazer as coisas, “não tem capacidade é fruto do pensamento da burguesia que querem incutir na gente”.(Correio do Sudeste, 03 de Outubro de 1982).

Na tentativa de manter as características de organização política com vinculação ao movimento popular e de lutas foram feitas algumas iniciativas por grupos e pessoas ligadas a pastorais da Igreja Católica (PJ, PO, CEB's), os “igrejeiros”. Como eram de menor expressão política na cidade, hegemonizada pela luta partidária e sindical, os partidos com atuação a esquerda abandonaram o movimento popular.

Enquanto transcorria o deslocamento de lideranças do movimento popular para o campo sindical e partidário, houve um esvaziamento do espaço popular, da luta nos bairros e junto aos movimentos negros, de mulheres, dos idosos, da juventude e do próprio movimento estudantil que passam a ser “influenciado” pelas forças políticas tradicionais ligadas ao PMDB ou ao PDS.

O PMDB, partido que tinha tradição oposicionista e “de esquerda” em Criciúma, tradição essa construída durante o regime militar – ocupa estes campos de poder local, criando diretórios, associações de bairro, movimentos e, com base no clientelismo e no apadrinhamento, coopta e controla inúmeras lideranças.

Era o estabelecimento do “siglismo” que faz apelo a lógicas mais imediatistas para alcançar o poder, com o emprego de cooptação de lideranças locais, para a sigla do partido político que estava no poder.

4.5.8 Autonomia versus dependência: atrelamento e cooptação.

Gramsci (1917), um dos principais herdeiros da tradição marxista, manifestou com palavras duras seu ódio aos indiferentes, aos apáticos, aos que se comportam como se nada estivesse acontecendo. Para o pensador italiano, os indiferentes agem como peso morto da história e deixa-se afogar no fosso que circunda a velha cidade:

“Não pode existir apenas homens, estranhos à cidade. Quem verdadeiramente vive não pode deixar de ser cidadão e partidário. Indiferença é abulia, parasitismo, covardia, não é vida. Por isso odeio os indiferentes. A indiferença é o peso morto da história (...) é o fosso que circunda a velha cidade e a defende melhor do que as mais sólidas muralhas, melhor que o peito dos seus guerreiros, porque engole, nos sorvedouros de lama os assaltantes, os dizima e desencoraja e, às vezes, os leva a desistir da gesta heróica. (..) Vivo, sou militante, por isso odeio quem não toma partido, odeio os indiferentes.” (Gramsci, 1917, apud TEIXEIRA, 1996, p.15) .

O dilema entre autonomia e dependência está presente na estrutura e funcionamento das associações de moradores e nos novos movimentos populares. Enquanto função institucional e ideológica, a dependência e o atrelamento dos movimentos de associações de bairros, ao Poder Público, constituiu verdadeiros “currais eleitorais” manipulados por políticos populistas e clientelistas.

A estratégia de ação do PMDB para a cooptação de lideranças locais no bairro Vila Manaus, especificamente onde havia uma organização popular autônoma, que conseguia alternativas que permitiam à comunidade ter seu direito de participar, gerindo o território construído, de forma independente em relação ao poder municipal, pode ser muito bem explicitado nos seguintes relatos:

“De setembro de 1984 a junho de 1985 nossa comunidade não teve praticamente nenhuma de suas reivindicações atendidas. A maioria das lutas realizadas em nosso bairro sempre tivemos a frente ou junto, as direções da Sociedade Amigos. Na referida gestão isto não se deu por diversos pontos.

1º) O PMDB querendo ampliar sua base no Manaus, usou a entidade em favor da organização das mulheres do PMDB, tendo a frente deste movimento a muito esperta Dizelda Benedet.

2º) Como disse a ex-presidente: organizei a chapa por birra. Isto nos dá a entender que a chapa foi organizada não por causa da luta e sim contra a maioria das lideranças que lutam na comunidade.

3º) Quando as pessoas participam de alguma “coisa” sem saber bem porque, quando elas são usadas como era o caso da maioria das mulheres que compunham a diretoria, é lógico que não vão render na luta.

4º) Havia uma despreparação dos encaminhamentos nos momentos de definir, principalmente nas assembleias.

Mas quem perdeu com tudo isso?

No nosso ponto de vista perdeu principalmente a comunidade. Esta que vinha de vento em popa, passa nove meses de uma gravidez que acabou dando a luz a uma maior divisão na comunidade. Não conseguimos NENHUMA de nossas reivindicações. E o pior de tudo foi à bestialidade de querer mostrar que as mulheres são capazes, como sabemos que são, por que pela irresponsabilidade das lideranças da diretoria acabaram reforçando a idéia machista de que as mulheres são incapazes.

Estamos colocando as coisas desta forma porque a experiência vivida nestes últimos quatro anos em nosso bairro mostrou que se conseguimos o que temos foi graças à oposição organizada que foi feita principalmente no governo Altair Guidi, que não teve outra alternativa se não atender à comunidade. Muito diferentes foram o trabalho desenvolvido principalmente pela presidente e sua vice que além de não mobilizar a comunidade para a luta tentou impedir que os outros movimentos continuassem a luta como foi o movimento realizado pelo esgoto no final de 1984. Quem não acreditava na vontade da comunidade acabou vendo sair um ônibus lotado de pessoas indo ao prefeito reivindicar esgoto.

Pior ainda foi o episódio da creche quando mais de trezentas pessoas escolheram as mulheres para nela trabalhar e dois ou três fizeram o acordo com a prefeitura que tinha o propósito de não fixar ninguém.

A prática política destes companheiros e companheiras coloca em jogo o trabalho de 4 anos que foi o encaminhar aquilo que é decidido em assembléia, pois toda nossa luta até hoje tem dependido da comunidade e foi com a participação dela que conseguimos água, luz, creche, o emprego para as enfermeiras, também outras coisas mais.

Mas como diz o ditado: “o fulano não bota prego sem estopa”. Estamos falando da prefeitura que sabe usar muito bem seus cabos eleitorais para não perder o controle.

Em nosso bairro existe espaços para a prefeitura desenvolver sua política: em primeiro lugar vem a escola. Em segundo o posto de saúde, a creche e somando isto a intendência do Rio Maina.

Dito estas coisas acima vamos tentar ver porque e como a chapa de oposição perdeu as eleições.

É bom que se diga que o prazo combinado para que os sócios pudessem botar em dia as mensalidades e votar era o dia 15 de março passado.

No dia marcado, conforme o estatuto, a diretoria nos apresentou 49 sócios em dia. Depois de dois dias, dia 17, apresentaram mais 10 pessoas. E quando faltava dois dias para as eleições nos apresentaram mais 41 pessoas.

Todas estas pessoas foram colocadas em dia conforme o interesse da diretoria e da chapa 1 que se formava.

Entre estes 120 sócios estão alguns que a chapa 2 conseguiu apresentar. Entre os 49 que foram entregues até o dia 15 de março.

Vamos ver agora com a intendência do Rio Maina participou das eleições.

Uma semana antes vieram na comunidade e colocarão areão em quase todas as ruas do bairro. Será que foi por acaso que fizeram isso?

Por que a prefeitura não quis atender o pedido da comunidade fichando as pessoas que tínhamos escolhido para trabalhar na creche?

Conforme o testemunho de algumas crianças do Casulo, eles não iriam ter festinha se a chapa 2 ganhasse. Isso explicou os bilhetinhos que os organizadores da festa junina encontraram pelo pátio da creche na manhã de Sábado, dia 15 de junho. De certo algumas crianças não gostaram da chantagem e jogaram o bilhete fora. Isso não é nada, pois ...

Como a escola do Manaus não está sob controle da prefeitura, resta colocar o trabalho feito pelas enfermeiras do posto, que não esperávamos que ficassem quietas, mas que pelo menos não fizessem chantagens com as associadas que mentiram dizendo que se a chapa 2 ganhasse uma delas seria despedida.

Nem precisava mentir dizendo que o presidente da chapa dois não morava mais na comunidade. Quem quiser conferir é só dar uma olhadinha e ver que a casa está com todos os móveis. A menos que o nosso presidente seja um rico com cara de pobre e comprou outra casa com toda mobília.

Vamos falar um pouco dos votos. Quando nós da chapa 2 percebemos que não parava de vir listas de sócios em dia para votar, nos reunimos e vimos que tínhamos 2 opções” ou os retiráramos a chapa 1 ou então iríamos pedir

que fosse aberto o direito de todos os associados atrasados ficar em dia para poder votar.

Ficamos coma Segunda opção. Conversamos com a chapa de situação e eles concordaram que quem ficasse em dia até o dia 15 de junho, as 18:00 horas, poderiam votar.

Com isso elevamos o número de sócios para 171 pessoas. Destas 171 vieram votar 120. Das 120 votaram 80 na chapa de funcionários da prefeitura. 36 votaram em nossa chapa, sendo 4 votos anulados. Os 36 votos que conseguimos foi o fruto do trabalho que fizemos pedindo que os companheiros ficassem em dia até 15 de março mais algumas que regularizaram suas mensalidades as vésperas da eleição.

Se não fosse isso os votos para a chapa dois seria menor ainda.

Vamos terminar dizendo que não concordamos com a manipulação que houve nesse processo de regularização dos sócios, mas que aceitamos o resultado.

Queremos dizer que só há uma forma de a chapa vitoriosa provar quer não está do lado da prefeitura.

Basta ela assumir as bandeiras de luta da comunidade e fazer com que a prefeitura cumpra com as promessas feitas para esse ano, ou seja: queremos que a chapa 1 lute com a comunidade para que tenhamos ainda este ano, esgoto, escrituras, iluminação pública e quadra de esportes.

Este é o teste e a prova que colocamos para toda comunidade conferir em janeiro de 1986. (TEIXEIRA, 1985)

Para clarificar as diversas nuances e matizes que constituem o dilema da forma de agir da associação de moradores do Bairro Vila Manaus, frente ao Poder Público entre a submissão e a anarquia, ou entre passividade e conflito, ou entre diferentes modalidades de heteronomia – autonomia, que concretizavam as diferentes maneiras de agir do movimento popular, é importante ressaltar o papel desempenhado por dois atores: a presença da Igreja e o nascimento do Partido dos Trabalhadores – PT.

A atuação destes atores, longe de significar um atrelamento eleitoral ou ideológico a uma ou outra linha de participação, relacionava-se positivamente com a adoção de métodos democráticos e pluralistas de organização e de bem sucedida mobilização popular por parte do movimento, e, portanto, com sua crescente autonomia e capacidade de negociação com o Poder Público.

Sobre a forma de agir do Governo Popular (PMDB), em relação a cooptação de lideranças junto a Sociedade Amigos do Bairro Vila Manaus, o núcleo do PT do bairro relata em manifesto a sua visão da maneira de administrar e resolver problemas comunitários:

O “GOVERNO POPULAR” JOSÉ AUGUSTO NADA RESOLVEU. A

Manaus começou a existir desde o final de 1978, quando, por interesse eleitoreiro do ex – Prefeito Altair Guidi deu alguns terrenos em troca de votos para seu candidato a Deputado Aristides Bolan. A partir daí começou a surgir uma Vila sem as mínimas condições de se viver, pois, junto com os terrenos ficou a promessa de infra-estrutura para o nosso Bairro. O que não aconteceu. A comunidade percebendo que as promessas não seriam cumpridas, começou a se organizar.

A primeira iniciativa foi à organização da Sociedade Amigos de Bairro, com o apoio do Grupo de Jovens e de alguns Grupos de Reflexão que já existiam

Por volta de 1980, a comunidade já contava com a sua entidade que partiu em busca de seus direitos. Mesmo tendo um Prefeito, que virava a cara para o Bairro, nós conseguimos num espaço de dois anos água, luz, centro comunitário, ruas abertas e conseguimos também do Prefeito um contrato que nos dava o direito de ocupar esta terra.

Hoje com a nova administração, com quase três anos, toda a nossa luta: não sensibilizou o “Governo Popular” e o que conseguimos foi muito pouco se considerarmos que o Governo se diz de oposição.

Durante estes três anos a atual Administração construiu uma sala de aula, ponte, parte da iluminação pública, creche e o funcionamento do Posto de Saúde.

Antes de eles assumirem a Prefeitura prometiam que iam atender todas as reivindicações das comunidades principalmente aquelas que estivessem organizadas. A Manaus sempre esteve reivindicando suas melhorias, mas nem por isso esta, sendo atendido.

Nos prometeram construir três salas de aula e construíram uma.

Nos prometeram a iluminação pública e cumpriram, a metade.

Nos prometeram escrituras e até agora nada.

Nos prometeram esgoto e as – fossas continuam esbordando.

Prometeram quadra de esportes e até agora estamos no “vamos ver”.

Prometeram autonomia aos movimentos, mas tentam de todas as formas manipular.

Prometeram remover as casas e até agora nada, e assim por diante...

MAS TEM UMA EXPLICAÇÃO PARA TUDO ISTO!!

Antes a comunidade decidia o que devia ser feito e a Sociedade, junto com os outros movimentos, lutava pelo que era decidido. Hoje o trabalho é feito para promover o nome de alguns. Antes as entidades eram, reconhecidas e valorizadas. Hoje as entidades estão praticamente divorciadas as SABVM.

Antes os partidos políticos não metiam o bedelho na organização comunitária.

Hoje a Sociedade Amigos do Bairro é base do PMDB.

Depois destas colocações podemos perceber porque nossa comunidade não tem conseguido suas reivindicações. Não tem mais sentido participar das assembléias, pois todos estão entendendo que não passa de palhaçada discutir e decidir o que fazer.

Só existe uma maneira de acabarmos com a influência da prefeitura sobre os nossos trabalhos: nos organizando outra vez.

Mas agora nossa organização deve ser diferente. Antes nossos adversários e inimigos tinham um sinal da testa, hoje eles estão espalhados entre nós, como lobos vestidos de ovelhas.

Por isso, nós do PARTIDO DOS TRABALHADORES da Vila Manaus, convocamos todos que estiverem a fim de ver nossa Vila mais bonita para irmos em busca do que é nosso.

Vamos fazer nossa vontade através de nossa organização.

Por isso convidamos toda a comunidade para participar de uma reunião neste dia 28, às 19:00 horas, no Centro Comunitário, onde discutiremos a forma de sermos atendidos.

Repetindo, Dia 28 de setembro, no Centro Comunitário, às 19:00 horas.

PT saudações

Núcleo da Vila Manaus. 25 de setembro de 1985.

Ao analisar a administração popular de Jose Augusto Hulse sobre o atendimento às exigências dos setores populares, especialmente naqueles bairros onde já havia uma organização popular autônoma, como na Vila Manaus, TEIXEIRA (1999, p. 119) relata a opinião da principal liderança comunitária da Vila Manaus, João Paulo Teixeira, sobre o relacionamento do governo Hulse com os movimentos populares:

“Depois de muita luta, conseguimos a construção da creche. A proposta da comunidade era que ela mesma deveria gerenciá-la. Num primeiro momento, tivemos o apoio da administração. Estabeleceu-se então, na comunidade, um processo de discussão sobre os critérios para seu funcionamento e a escolha das pessoas que trabalhariam na mesma. A prefeitura, percebendo que não teria gerência na creche, acionou o partido (PMDB) e a Associação de Moradores, na época presidida por João Alves, e reverteu o quadro, pois quem bancaria os funcionários seria a administração” (Entrevista, setembro de 1998).

4.5.9 O palco da ação política: teatro e encenação, atores e papéis.

Mais uma vez, a comunidade, procurando manter a integração do grupo de ocupantes do território em formação procurou investir em comunicação. Resolveram empregar uma metodologia que retratasse os fatos do dia a dia, indo às raízes (causas) e descobrindo seus efeitos (consequências) no presente e no futuro, e observasse as contradições e ligações com outros fatos que afetavam a vida do grupo.

Adotaram para essa proposta de atuação, uma linguagem compreensível para todos e montaram peças teatrais cujo roteiro dramatizasse cenas do seu dia a dia e discutisse assuntos como liderança, poder, competição e rivalidade entre grupos.

Entre os vários roteiros teatrais, destacamos dois. O primeiro retrata os principais atores sociais que tinham interferência direta sobre o território e foi descrito como uma partida de futebol. O repórter no início do jogo faz uma série de entrevistas buscando sondar qual seria a estratégia de ação em campo dos diferentes jogadores.

Era uma maneira bastante criativa de retratar o dia-a-dia. Estas técnicas e dinâmicas de integração comunitárias foram aprendidas nos Grupos de Reflexão, na Pastoral da Juventude e na Pastoral Operária. Desta maneira executavam na prática os três pilares de atuação dos grupos de jovens: ver, julgar e agir.

“A maior partida da época”.

Narrador – Atenção senhores vocês estão para assistir o maior espetáculo já realizado em Criciúma. Vamos assistir a maior partida da época. Vão entrar em campo duas equipes com diferentes formas de jogar.

De um lado temos o time do estado. Ele tem como tática principal aplicar recursos públicos no centro da cidade. Lá onde o pessoal já vive mais ou menos abastado. O que ele quer garantir é que toda população que reside na periferia trabalhe para fortalecer o centro da cidade. Coloca nas entidades de bairros pessoas de sua confiança e dessa forma vem garantindo vitórias sobre vitórias em cima da classe trabalhadora.

OBS. – Durante a narração passam pessoas uma a uma com cartazes mostrando as obras que foram feitas no centro da cidade.

Narrador – E atenção! Do outro lado temos um time muito jovem, sem muita experiência. É bom que se diga que este time nasceu justamente por não

concordar com a maneira de jogar aplicada pelo time citado anteriormente. Mas vamos lá para a escalação do segundo quadro-time.

Entra em cena o Grupo de Jovens.

Entrevistador: De que forma você vai jogar?

Grupo de Jovens – Bem! O nosso objetivo principal é reunir a juventude para ver se com ela conseguimos desenvolver um trabalho evangélico na comunidade e principalmente no jovem. Com isso queremos levar o jovem e a comunidade a lutar pelos seus interesses.

Repórter – Valeu, grupo de jovens, hein!

Repórter – Está chegando aí um outro jogador muito importante. É o grupo de reflexão. Vamos ver se a gente bate um papinho com ele.

-Repórter: Grupo de Reflexão, qual é o seu trabalho dentro do time?

Grupo de Reflexão: O nosso objetivo principal é reunirmos os vizinhos, as famílias e com as famílias, refletir os problemas que enfrentamos na vida da comunidade. Creio que se as famílias tomarem consciência que ficar vendo televisão não vai resolver nossos problemas, que precisa ir à luta, estamos cumprindo o nosso papel.

Repórter – Tivemos aí então a palavra do Grupo de Reflexão que tem um papel muito importante na organização da comunidade.

- Vamos agora falar com outro jogador que é o subdiretório do PMDB. Este atleta tem um esquema tradicional de jogo e por isso tem peso no time. Mas subdiretório, o que você vai fazer?

Subdiretório do PMDB: A nossa maneira de jogar todos já conhecem. Vamos tentar modificar as regras do jogo de forma que a gente possa controlar as coisas. E vamos lutar também para sermos o capitão do nosso time.

Repórter – Valeu subdiretório. Vamos conversar agora com o pré-núcleo do PT. Núcleo, o que você vai fazer?

Núcleo – nós não temos experiência, mas o pouco que sabemos já é o bastante para afirmar que só através da união e da participação de todos é que vamos ganhar este jogo. Vamos garantir a autonomia dos movimentos e articulá-los na luta contra a exploração.

Repórter – Você também quer ser capitão?

Núcleo: ser capitão não é questão de querer e sim de conquistar. A maioria dos companheiros pelas propostas e fazer exatamente aquilo que é bom para a maioria.

Repórter: agora vamos entrevistar um jogador que é chave neste time. Um jogador que promete ser a principal ferramenta na luta da Comunidade. Estamos falando da S.A.B.V.M.

- Repórter: Sociedade Amigos de Bairro o que é que vocês vão fazer para ganhar está parada difícil?

Sociedade – Atualmente a maioria das sociedades de bairro não tem compromisso com seu bairro. A maioria delas faz o papel de pelegas escondendo os problemas reais das comunidades. Nós pretendemos nos colocar a disposição da comunidade e ela é quem vai decidir o que devemos fazer no jogo. Mas pelo que tudo indica, acho que nós vamos pró pau com os homens. Somos gente e é nosso direito ter água, luz, esgoto, para vivermos melhor. A comunidade tá participando e achamos que vamos ganhar.

Repórter: Está aí companheiro o time da Vila Manaus. E este time em que depositamos nossa confiança. Repetindo então: Grupo de Jovens, Grupo de Reflexão, Pastoral Operária, Subdiretório do PMDB, Núcleo do PT e Sociedade Amigos do Bairro. É este time contra a forte seleção dos grandes que tem tudo a seu favor, e na sua mão: dinheiro, prefeitura, fábricas, poder político e outros.

As onças e os gatinhos.

Narrador – Era uma vez, numa terra “muito longe” daqui, um lugar onde viviam muitos gatos. Através de sua união conseguiram acabar com todas as onças, suas adversárias. As onças eram malvadas. Judiaram dos pobres gatinhos levando-os a viverem numa vida subumana.

Mas esta história de onças é coisa do passado. Já desde 82 que as onças foram pró pau.

Mas, será que as onças foram pró pau mesmo?

Vamos ver o que os gatinhos têm a dizer.

Gato 1 – Que bom será daqui para frente!

Gato 2 – Nossa vida será totalmente diferente!

Gato 1 – Não vamos mais precisar fazer hora extra!

Gato 2 – Vamos poder levantar mais tarde e chegar mais cedo.

Gato 1 – Ninguém mais vai lucrar em cima de nossas doenças.

Gato 2 – Nem vamos mais precisar vender nossos barracos para viver.

Gato 1 – Nossas crianças terão escolas;

Gato 2 – A riqueza será de todos, será socializada.

Pausa: os gatos pulam, se abraçam. Durante o diálogo dois gatos ficam observando o que se passa.

Gato 3 – Olha, a coisa não é bem como vocês estão dizendo.

Gato 4 – É verdade. A coisa não é bem como vocês estão dizendo.

Gato 3 – Será que nosso meio não há mais nenhuma onça?

Gato 4 – Será que tudo isso não é fantasia?

Gato 3 – Ainda vejo gatos sem casas.

Gato 4 – Ainda tem gato sem profissão, sem trabalho.

Gato 1 – Você acha que nada mudou?

Gato 3 – Não disse isso.

Gato 4 – Os gatos conseguiram alguma coisa de bom.

Gato 3 – Mas ainda há onça no nosso meio.

Gato 2 – Mas a onça nós conhecemos.

Gato 3 – Conhecemos?

Gato 4 – A diferença de antes é que agora as onças perderam sua marca.

Gato 3 – A marca de exploradores.

Gato 4 – Na verdade nós, os gatos, continuamos sendo enganados. É que agora a onça não está mais separada de nós.

Gato 3 – Eles estão em nosso meio.

Gato 1 – Bom! É que nós estávamos querendo dizer que gostaríamos que a coisa de fato tivesse mudado.

Gato 3 – Penso que a coisa só vai mudar quando gato acreditar em gato.

Gato 4 – Quando pequeno acreditar no pequeno.

Gato 3 – Quando todos aqueles que são gatos, não onças, estiverem unidos.

Gato 1 – É mais uma coisa é verdade. Nós descobrimos que somos capasses de mudar esta bagunça que está aí.

Gato 2 – Aliás, só os pobres é quem pode mudar.

TODOS – Esta foi a maior descoberta. Vamos à luta. Vamos acabar com as onças.

4.5.10 Rupturas e cisões na SABVM: da cooptação de lideranças e "domesticação" do movimento à "politofobia".

Durante o processo de ocupação do território da Vila Manaus, na fase inicial, em fins de 1978 e início de 1979, no país, e em consequência no município, havia apenas duas organizações partidárias, a ARENA, que estava no comando da administração municipal, e o MDB, que fazia oposição ao governo.

Com a redemocratização surgiram outras organizações partidárias, em especial de esquerda, entre as quais destacou-se o surgimento do PT em Criciúma, com reflexos sobre as estratégias de ação da SABVM e na divisão interna dos moradores associados.

Em estudo sobre a crise e o "dia seguinte" dos movimentos sociais urbanos, SOUZA (2000) descreve de forma “um pouco cartesiana”, os fatores da decadência do ativismo nos bairros nas principais metrópoles do país. Alguns fatores descritos por SOUZA (2000) também ocorreram em Criciúma com reflexos sobre a organização e forma de atuação da SABVM no bairro Vila Manaus.

Para SOUZA (2000, p. 147) como os partidos de esquerda estavam banidos da prática política, durante o regime militar, militantes de esquerda abrigavam-se no ativismo de bairro, o que beneficiava e fortalecia as ações das organizações como as SAB's - Sociedade Amigos de Bairros.

A partir da anistia aos políticos de esquerda e o regresso dos banidos ao país inicia-se o processo de redemocratização e a possibilidade da saída da clandestinidade dos militantes que do ativismo de bairro passaram a se dedicar à vida partidária (SOUZA, 2000).

Na Vila Manaus as duas lideranças principais, João Alves e João Paulo Teixeira divergiram em idéias e posicionamentos políticos. João Alves filiou-se ao PMDB e por este partido foi candidato a vereador nas eleições de 1982, enquanto que João Paulo foi um dos fundadores do PT (Partido dos Trabalhadores) e o primeiro candidato a prefeito de Criciúma por esta sigla partidária.

As divergências ideológicas e partidárias entre as lideranças da SABVM provocaram a separação e o início da desagregação dos moradores enfraquecendo as lutas e batalhas por conquista de melhores condições de vida no bairro em formação.

TEIXEIRA (1999, p. 125) no estudo sobre o "Governo Popular" em Criciúma, quando José Augusto Hulse (PMDB) assumiu o poder municipal (1983 - 1988), destaca os limites da participação popular com o atrelamento da política governamental nos subdiretórios do partido nos bairros, que faziam a ligação entre a prefeitura e as comunidades. Com o atrelamento da Sociedade Amigos do Bairro Vila Manaus (SABVM), o PMDB transformava a entidade representativa dos moradores em espaço de manobra do partido.

A cooptação de lideranças comunitárias, a partidarização e a politofobia, por parte da administração local e dos partidos políticos (PMDB e PT em especial), de líderes com grande visibilidade e prestígio como João Alves (PMDB) e João Paulo Teixeira (PT) colocavam em contestação e controvérsia a representatividade e efetividade das lideranças, das ações e dos encaminhamentos propostos pela SABVM, desrespeitava a autonomia popular e domesticava o movimento de bairro.

4.5.11 Ambiente e Saúde Coletiva - o papel da comissão de saúde da SABVM: o canal, o lixo.

A melhoria das condições do córrego que atravessa o bairro Vila Manaus também foi motivadora de lutas e batalhas reivindicatórias entre a comunidade local e o poder público.

Esta solicitação teve início ainda em 1983, quando “Seu Louro” apresentava a idéia em assembléia da SABVM (Ata nº 26, SABVM, 14/03/83), mas se concretizaria apenas em 1994, enquanto projeto construção do canal e de urbanização do entorno.

Com o passar do tempo a SABVM cria comissões de atuação setorial. Para encaminhar a discussão dos problemas oriundos da ocupação do entorno do córrego era organizada, em 1991, a Comissão de Saúde. Os riscos de contaminação da população eram grandes em função da prática corriqueira de jogar lixo, esgoto cloacal e águas residuárias no rio.(FIGURAS 26 e 27).



FIGURA 26: Córrego afluente do rio Sangão que fazia travessia da Vila Manaus. Servia como depósito de lixo e escoamento de esgoto cloacal para os moradores. Situação em meados de 1991. Fonte: acervo da SABVM.



FIGURA 27: Córrego afluente do rio Sangão que fazia travessia da Vila Manaus. Servia como depósito de lixo e esgoto pelos moradores e causava muitas doenças, principalmente nas crianças. Situação em meados de 1991. Fonte acervo da SABVM

Sobre a situação em que se encontrava o córrego, a líder comunitária e enfermeira, Maria Cristina Teixeira, relata o cenário encontrado, assim que se estabeleceu no bairro Vila Manaus.

“Viemos morar no bairro Vila Manaus em 1980, dois anos após a ocupação. Era muito triste a situação aqui, chegava a ser desesperadora.”

“Nos engajamos na luta. O João Paulo se uniu às reivindicações e eu fui para a saúde. Tinha muita coisa a fazer, o rio era causa de doença e motivo para muita conscientização” (TEIXEIRA, M. C. 2000, depoimento pessoal).

Em junho de 1991 a SABVM através da Comissão de Saúde chamava a atenção dos moradores do bairro, especialmente aqueles que residiam próximo ao rio, sobre os cuidados mínimos necessários para evitar problemas de saúde e prevenir doenças salientando os impactos diretos e indiretos do descarte de lixo em terrenos baldios e no rio (FIGURA 28).



Em nossa Comunidade todos podem fazer alguma coisa para cuidar da saúde e prevenir as doenças. Nossa primeira preocupação é com o rio e com o lixo que é jogado nele.

Você sabia que o lixo jogado em lugares impróprios pode trazer uma série de complicações para nossa família e para a Comunidade?

"O Compadre sabia que o lixo é foco de produção de moscas, mosquitos e outros insetos que transmitem muitas doenças?"

"Pois é compadre! Vamos nos unir e cuidar para que não joguem lixo em frente de nossas casas e nem dentro do RIO"

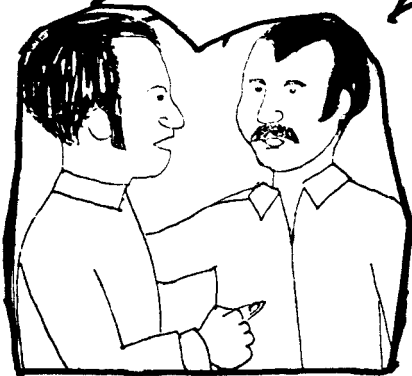


FIGURA 28: Capa do panfleto da Comissão de Saúde chamando a atenção para os problemas ocasionados pela deposição inadequada de lixo em terrenos baldios. Fonte: Comissão de Saúde, Sociedade Amigos do Bairro Vila Manaus, SABVM, junho de 1991.

A construção do canal era a reivindicação que estava em todas as discussões e reuniões da Comissão de Saúde de SABVM. Além desta solicitação, neste período ainda estava pendente a regularização do loteamento.

A edificação do canal celular tinha início apenas em junho de 1994 (FIGURAS 29 a 33). No projeto paisagístico, elaborado pelo Departamento de Planejamento Urbano de Criciúma, estava previsto o plantio de grama, árvores e ajardinamento. Entre as espécies de plantas recomendadas para arborização do canal estava planejado o plantio de palmeiras e de outras espécies que seriam determinadas pela Secretaria de Meio Ambiente. A parte superior do canal celular seria destinada para uma ciclovia, no entanto, além da construção do canal as demais melhorias ainda não foram executadas, e são até hoje reivindicações da comunidade.



FIGURA 29: Início das obras de construção da canalização do córrego afluente do Rio Sangão no ano de 1994. Gestão Eduardo Pinho Moreira (1992 – 1996). Fonte: Arquivo Público Municipal de Criciúma.



FIGURA 30: Canal celular da Vila Manaus. Canalização do córrego afluente do Rio Sangão no ano de 1995. Gestão Eduardo Pinho Moreira (1992 – 1996). Fonte: Arquivo Público Municipal de Criciúma.



FIGURA 31: Canal celular da Vila Manaus. Canalização do córrego afluente do Rio Sangão no ano de 1996. Gestão Eduardo Pinho Moreira (1992 – 1996). Fonte: Arquivo Público Municipal de Criciúma.



FIGURA 32: Canal celular da Vila Manaus, obra concluída em 1997 durante a gestão Paulo Meller. (1997 – 2000). Fonte: Arquivo Público Municipal de Criciúma.



FIGURA 33: Canal celular da Vila Manaus, situação atual, (Nov. 2000), do espaço denominado “Manaus de baixo” pelos moradores do bairro. Fonte: GUADAGNIN, M. R. Novembro de 2000.

Nos panfletos da Comissão de Saúde da SABVM também eram repassadas aos moradores informações sobre a possibilidade de separação dos resíduos sólidos, em especial latas e plásticos, e sobre a possibilidade de utilização dos resíduos orgânicos como adubo. Estes cuidados e orientações foram o princípio das discussões na comunidade sobre reciclagem que fariam parte da tríade de ações e práticas ambientalistas que constituiriam o projeto Nossa RUA a partir de 1997 (FIGURA 34).



FIGURA 34: Parte do panfleto com orientações sobre os problemas originados pela deposição inadequada de lixo em terrenos baldios, no córrego ou "valo" e sobre a possibilidade da separação e aproveitamento dos resíduos. Fonte: Comissão de Saúde, Sociedade Amigos do Bairro Vila Manaus, SABVM.

5. O TERRITÓRIO DO PROJETO NOSSA RUA .

"Há uma crise extremamente profunda na relação homem/natureza e na relação homens/homens, ou seja, tanto na relação ecológica quanto na relação social, num processo de produção: é uma crise ética, de paradigmas e de valores" (BUARQUE, 1998, p.8).

"Neste planeta, o mais encarniçado destruidor, é, na verdade, o próprio homem" (GYATSO, 2001, p. 12).

O território do bairro Vila Manaus teve sua gênese em meados da década de 70 após o processo de apropriação do espaço urbano, em terras que pertenciam ao Poder Público, na periferia urbana de Criciúma. Neste período a função daquele espaço urbano era a locação do primeiro distrito industrial, mas pelos esforços dos cidadãos que ocuparam o espaço construíram uma nova territorialidade. O processo de ocupação, ocorrido a partir da década de 80, refuncionaliza o território dando-lhe nova identidade, reterritorializando o espaço como bairro residencial.

Ao defenderem a integridade do direito a terrenos urbanos, moradia, saneamento e infra-estrutura básica, geraram motivos para ocorrerem conflitos entre o Poder Público e a população local.

Ao discutir o processo de gestão ambiental-territorial proposta pelos moradores do bairro Vila Manaus, o lugar e o cotidiano de suas vidas, suas ações no espaço urbano edificado, dia-a-dia, estão presentes nas suas ocupações e preocupações. O lugar, Vila Manaus, faz ligação de cada cidadão com o planeta, como afirma SANTOS (1997, p. 252) "cada lugar é, a sua maneira, o mundo".

A importância dos fatos ocorridos em determinado lugar e no cotidiano de cada pessoa é salientada por Milton Santos ao considerar o momento presente como a possibilidade da observação do fenômeno que consiste na maior integração entre os mercados produtores e consumidores de diversos países, a globalização, a qual por sua vez tornam os fatos locais importantes.

A história concreta do bairro em nosso tempo recupera a questão do lugar, e a dimensão das disputas ocorridas neste campo de batalhas para a construção do território da Vila Manaus.

Conforme vimos acima, após diversas lutas pela posse dos lotes, após a autoconstrução de habitações, os novos moradores intensificaram a mobilização por água, luz, iluminação de ruas e pavimentação, construção do centro comunitário, a canalização do córrego que atravessa o bairro e regularização fundiária. Vencidas essas lutas, em meados da década de 90, um grupo de moradores, todos da rua 15, reuniram-se para discutir uma nova proposta que integrasse a comunidade na busca da melhoria da qualidade de vida do ambiente local. Dessa iniciativa, surgiu o Projeto Nossa RUA.

LEFF (2000) se refere à qualidade de vida como amálgama entre condições sócio-ambientais:

“A qualidade de vida está necessariamente conectada com a qualidade do ambiente, e a satisfação das necessidades básicas, com a incorporação de um conjunto de normas ambientais para alcançar um desenvolvimento equilibrado e sustentado, (...) mas também de formas inéditas de identidade, de cooperação, de solidariedade, de participação e de realização, bem como de satisfação de necessidades e aspirações por meio de novos processos de trabalho” (LEFF, 2000, p. 149).

O movimento do bairro redireciona suas lutas para direitos coletivos, passando do debate sobre as necessidades básicas a incorporar nas suas ações locais questões sobre outros problemas ambientais, presentes no cotidiano de cada morador do bairro. Como colocam VIOLA e NICKEL (1994) é a inclusão na agenda de batalhas da variável ambiental na defesa do direito a um ambiente seguro e saudável.

5.1 QUAL A ORIGEM DO PROJETO NOSSA RUA?

Entre os motivos relatados pelos moradores do bairro Vila Manaus para participarem das discussões iniciais do projeto Nossa RUA encontram-se as seguintes afirmações:

“Para participar do projeto de rua para melhorar nosso bairro em relação lixo e meio ambiente. Querer aprender a levar o projeto para frente e ensinar os vizinhos a fazer.”

“Estamos reunidos para o projeto de reciclagem do lixo e melhorar nosso bairro.”

“Para organizar as ruas para realizar a coleta seletiva.”

“Melhorias do nosso bairro.”

“Pensando no futuro do nosso meio ambiente, nossa saúde, nossos filhos etc.”

“Conscientizar as mulheres dos seus problemas, as crianças, os adultos.”

“Aproximação dos moradores das ruas. Esportes, recreação nas ruas com crianças, jovens e velhos.”

“O projeto como motivo e motivador da organização do bairro.”

“Vontade de mudanças, iniciativa.” (Depoimentos de moradores, julho de 1997).

Nas falas dos moradores é possível reconhecer que a questão ambiental emerge como uma problemática social e ecológica, que atinge a todos indistintamente, onde os conflitos sociais permeiam as relações entre o homem e o ambiente construído, o território do bairro Vila Manaus.

A necessidade de ampliar os conhecimentos e dar sustentação ao projeto estimulou os moradores a procurarem a assessoria da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), que tem como missão institucional “Promover o desenvolvimento regional para melhorar a qualidade do ambiente de vida.”

Dentro da estrutura operacional da Universidade, o projeto Nossa RUA foi denominado inicialmente como “Projeto Vila Manaus” e estava vinculado ao Núcleo de Pesquisa em Educação Ambiental (NUPEAM), como atividade de extensão acadêmica.

Na proposta inicial estabelecida entre moradores e a Universidade identificam-se os seguintes objetivos:

- “- Desenvolver, junto à comunidade, ações visando a revitalização do bairro enfocando a arborização e o problema do lixo;
- Salientar a importância e a necessidade da arborização dentro de aspectos paisagísticos, ambientais e da melhoria da qualidade de vida;
- Conscientizar da importância da coleta seletiva do lixo salientando benefícios ambientais e na qualidade de vida;
- Estabelecer a rua 15 como projeto piloto” (NUPEAM, 1997).

O projeto teria uma duração inicial prevista de 6 meses, entre julho a dezembro de 1997, para implantação e observação dos primeiros resultados.

5.1.1 Procedimentos iniciais.

A rua 15 foi a precursora da implantação no bairro, pois reunia condições para implantação do projeto que viabilizassem a curto prazo a execução: facilidade de acesso (Universidade-bairro); população participante e receptiva à idéia, constituída em sua maioria de classe média baixa e pobre.

Um fator preponderante para desenvolver o projeto foi à existência de um grupo de moradores engajados que já haviam passado pelas diversas lutas e conquistas do bairro.

A rua 15 foi "trabalhada" como piloto, estabelecendo-se um plano de arborização, associando-se as necessidades dos moradores, a técnica e as características paisagísticas e ambientais, observando-se a estrutura urbana (rede elétrica, hídrica, espaçamento em calçadas, entre outras).

No tocante ao problema do lixo, eram realizadas durante a primeira etapa, palestras com vídeos para esclarecimento das possíveis dúvidas e para mobilização da comunidade. Como segunda ação, foi estabelecido o processo de implantação da coleta seletiva do lixo.

Para atingir a comunidade, foram escolhidos pela mesma, representantes das ruas que compõem o bairro, para que juntos acompanhassem e participasse do processo piloto da rua 15, que serviria para a busca de dados de aplicabilidade para o bairro como um todo, buscando o desenvolvimento segundo os anseios e necessidades da comunidade.

A Vila Manaus era reconhecida pela mobilização de seus moradores. São cerca de 1000 famílias, que travaram algumas lutas duradouras por melhorias, como a canalização do córrego que atravessa o bairro. Esse movimento e a obra foram executados apenas em 1994. Com essa conquista buscou-se resolver problemas de enxurrada e danos à saúde, principalmente das crianças (COUTO, 1997).

A luta pelo direito da posse da terra foi outra conquista fruto da mobilização, organização e participação ativa dos moradores. A primeira mobilização foi pela água e luz, o passo seguinte a regularização dos lotes. Os habitantes se uniram pela construção do centro comunitário, com assistência médico-odontológica (COUTO, 1997).

“Tudo que conseguimos foi pela mobilização”, afirma João Paulo Teixeira, morador do bairro há 19 anos.

5.1.2 O palco e os atores sociais do “projeto Vila Manaus”.

Em dados gerais, o palco onde transcorre e desenrola-se o enredo do projeto de gestão ambiental-territorial apresentava, em 1997, as seguintes características:

- População residente: 4500 pessoas;
- Em média 4 habitantes por residência;
- Aproximadamente 800 pessoas envolvidas no projeto;
- Também envolvidos 20 estabelecimentos comerciais, de ensino e religiosos.

As características sócio-econômicas dos atores eram as seguintes: as pessoas com trabalho exercem várias atividades tais como: mecânicos, recepcionistas, cozinheiras, motoristas, vendedores, ferreiros, pedreiros, serventes, mineiros, ceramistas, entre outras. Todas as profissões se caracterizam como prestadores de serviços. O nível de desemprego estava na ordem de 18,75%, retrato da crise econômica do país.

O grau de escolaridade era baixo prevalecendo cidadãos com primeiro grau incompleto.

As famílias possuíam em média 3 a 4 filhos com idades entre 6 a 14 anos. A sustentação da família estava na dependência de 1 a 2 pessoas/família com um nível salarial até três salários mínimos. Residiam no bairro em sua maioria entre 10 a 22 anos.

5.2 A HISTÓRIA CONTADA POR QUEM AJUDOU A FAZÊ-LA.

Num primeiro momento, além das questões diretamente ecológicas, foram tratados alguns aspectos teóricos importantes para a compreensão das questões comportamentais que estavam inseridas na questão da produção e descarte do lixo doméstico.

Depois de cinco ou seis reuniões com grupos diferentes de moradores, onde se tinha à aceitação imediata dos pontos observados, ampliou-se o número de pessoas engajadas no projeto.

Segundo SANTOS (2000) "Tentamos ver, juntos, um pouco da mecânica social consumista e os interesses que ela poderia abrigar. Observamos o equívoco grosseiro da confusão entre a industrialização e qualidade de vida e a profusão do lixo derivado dos produtos industriais" (SANTOS, 2000, Depoimento pessoal). Para ele, o resultado foi um alargamento da consciência sobre o problema ambiental, e a ligação entre a indústria e o lixo caseiro.

Após essa etapa, foi necessário conhecer com mais detalhes a realidade social do bairro. Isso foi possível através de um questionário aplicado à população. Com o diagnóstico, definiram-se métodos e estratégias técnicas a serem aplicadas: 1) a melhor linguagem para se fazer entender na comunidade; 2) como introduzir o técnico como agente de mudança sem agredir a população e suas iniciativas; e, 3) como inserir os métodos e estratégias com a participação popular.

O dimensionamento do projeto e seu cronograma contaram com assessoria do Instituto Ágora, de Florianópolis. Foram dois dias de planejamento (FIGURAS 35 e 36). Através de questionários buscou-se a sistematização das intenções, o conhecimento da realidade e da capacidade dos moradores e a determinação do que e de quando seria executado a partir do desenvolvimento da consciência dos próprios moradores sobre as intenções viáveis e inviáveis. Chegou-se à definição do tripé básico do projeto: coleta seletiva do lixo, arborização das ruas e união e integração da comunidade.



FIGURA 35: 1ª Reunião do planejamento participativo do Projeto Nossa RUA. Vila Manaus, julho de 1997. Fonte: acervo do Nupeam – UNESC.



FIGURA 36: 2ª Reunião do planejamento participativo do Projeto Nossa RUA. Vila Manaus, março de 1999. Fonte: acervo Nupeam – UNESC.

"Evitou-se a consciência mecanicista e imposta. Mais importante do que ver resultados era ver o desenvolvimento interior das pessoas envolvidas" (SANTOS, 2000, Depoimento pessoal).

Os próprios moradores envolvidos no projeto desenvolveram uma Cartilha de apresentação do projeto e outra sobre a coleta seletiva em seus aspectos operacionais. O mesmo grupo produziu ainda um vídeo onde a própria comunidade mostrava o que já estava sendo feito, o que funcionou como um fator de atração de novos adeptos (FIGURAS 37 e 38).

"Evitou-se a consciência mecanicista e imposta. Mais importante do que ver resultados era ver o desenvolvimento interior das pessoas envolvidas" (SANTOS, 2000, Depoimento pessoal).

Os próprios moradores envolvidos no projeto desenvolveram uma Cartilha de apresentação do projeto e outra sobre a coleta seletiva em seus aspectos operacionais. O mesmo grupo produziu ainda um vídeo onde a própria comunidade mostrava o que já estava sendo feito, o que funcionou como um fator de atração de novos adeptos (FIGURAS 39 e 40).

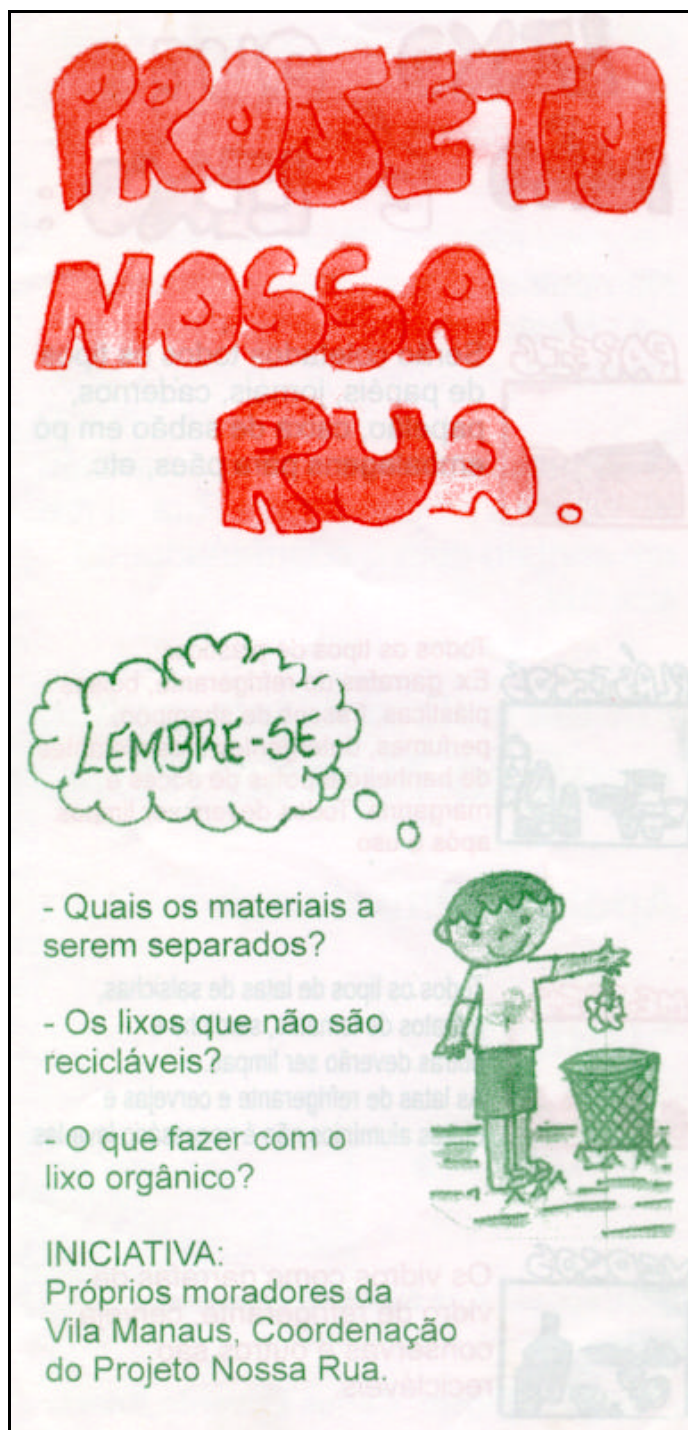


FIGURA 37: Capa do folder do Projeto Nossa RUA com informações sobre separação de materiais recicláveis. Ilustrações de Ana Maria Manaus Teixeira, elaborado em setembro de 1997. Fonte: acervo da ONG Projeto Nossa RUA.

LIXO QUE NÃO É LIXO :

PAPÉIS



Serão coletados todos os tipos de papéis, jornais, cadernos, papelão, caixa de sabão em pó embalagens para pães, etc.

PLÁSTICOS



Todos os tipos de plásticos: Ex. garrafas de refrigerante, bolsas plásticas, frascos de shampoo, perfumes, detergentes, desinfetantes de banheiro e potes de doces e margarina. Todos devem ser limpos após o uso.

METALIS



Todos os tipos de latas de salsichas, extratos de tomates, sardinha e outras deverão ser limpas. As latas de refrigerante e cervejas e outros alumínio não é necessário lava-las.

VIDROS



Os vidros como garrafas de vidro de refrigerante, cerveja, conservas e outros são recicláveis.

LIXOS QUE NÃO SÃO RECICLÁVEIS :

São os plásticos com carnes e frangos, papéis higiênicos e absorventes, fraldas descartáveis, isopor, litros sujos de terra, retalhos de roupas e outros.

LIXO ORGÂNICO :

ÓTIMO ADUBO



São os restos de alimentos, cascas de batata e outros, sugerimos que coloque em sua futura horta servindo de adubo.

COMO O CAMINHÃO COLETARÁ SEU LIXO SELECIONADO :



Colocando em bolsas ou sacos: os papéis, plásticos, alumínio, latas e pequenos ferros, pode ser tudo junto.

Os vidros devem ser colocados em bolsas separadas. Após coloque na lixeira de costume. Não esqueça, todo o lixo tem que ser limpo.

FIGURA 38: Parte interna do folder do Projeto Nossa RUA com informações sobre separação de materiais recicláveis. Ilustrações de Ana Maria Manaus Teixeira, elaborado em setembro de 1997. Fonte: acervo da ONG Projeto Nossa RUA.

Foram escolhidas comissões de coordenação das ações, sendo uma delas para difundir o por que da arborização? Plantar, não por plantar, mas que cada morador interessado se responsabilizasse pela manutenção e conhecimento, não só do aspecto estético, mas ambiental da árvore na moradia. Aqui a presença da UNESCO foi mais sentida. Além de toda a assessoria técnico-teórica, produziu em seu horto e doou as mudas. As orientações também foram sobre abertura e tamanho das covas, o por que desses fatores, das espécies selecionadas, dos locais mais apropriados para cada espécie entre nativas e ornamentais, técnicas de poda, entre outras (FIGURA 39).

O envolvimento das crianças e seu efeito multiplicador sobre os pais foram articulados através da Rede de Educação Ambiental (Fundação Água Viva). As crianças receberam instruções sobre plantio, no horto da UNESCO onde, além de noções de ecologia e meio ambiente conheceram técnicas, cuidados sobre manutenção, podas e outras práticas, que multiplicavam no bairro.

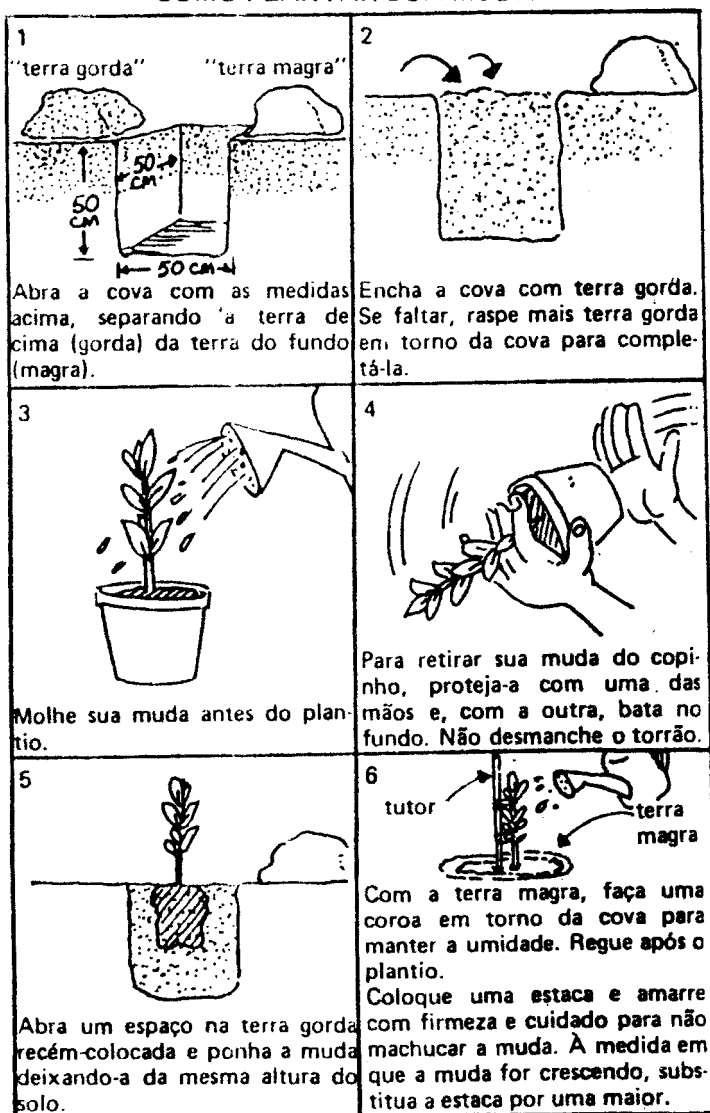
SANTOS (2000) enfatiza que neste trabalho também estava embutido um modelo de auto-gestão, sempre com o objetivo de evitar a dependência do bairro à Universidade.

Nas atividades de união e integração, a UNESCO também se fez presente proporcionando as condições técnicas e de infra-estrutura (palcos, aparelhos de som, materiais para práticas artísticas, entre outros) para que tudo fosse possível. As atividades foram desde gincanas, rua do lazer, oficinas de integração, modelagem em argila, pintura, e muitas outras.

Ainda para SANTOS (2000), o crescimento do projeto extrapolou os aspectos técnicos. Conforme afirma, os ideais sociais e ambientais também cresceram “de forma surpreendente, e continuam crescendo”. Ele explica que a necessidade de mudança, “de uma nova visão, veio à tona e fez com que “eles” gerassem uma alternativa. “Mesmo sem estarem diretamente afetados pelo lixão ou aterro sanitário, eles criaram a consciência sobre a importância e a gravidade do problema do lixo”, avalia o mesmo pesquisador. “Garra e vontade, força interna para mudar. Entusiasmo ao ver o projeto viabilizado. Estão aprendendo a se organizar como comunidade em cima de valores positivos. E isto é o mais importante” (SANTOS, 2000, depoimento pessoal).

ADOTE UMA ÁRVORE

COMO PLANTAR SUA MUDA



**PROJETO NOSSA RUA
VILA MANAUS - CRICIÚMA / SC**

FIGURA 39: Panfleto do Projeto Nossa RUA sobre plantio de árvores. Distribuídos aos moradores do bairro Vila Manaus em junho de 1998. Fonte: acervo da ONG Projeto Nossa RUA.

5.3 A PASSAGEM DO PROJETO VILA MANAUS PARA PROJETO NOSSA RUA.

Conforme notícia de jornal, "Cansados de esperar ações concretas da administração municipal, os residentes da Vila Manaus retomaram a suas práticas de mobilização social e desenvolveram pioneiro projeto de reciclagem (coleta seletiva de lixo), união e integração, e arborização. O projeto "Nossa RUA" foi desencadeado em 12 das 33 ruas do bairro na sua fase inicial (O ESTADO, 1997).

Na Vila Manaus, a palavra RUA representa as iniciais de Reciclagem, União e Arborização. É o projeto "Nossa RUA", desenvolvido desde agosto de 1997 e que atua em três frentes: coleta seletiva do lixo, união e conscientização e arborização (COUTO, 1997).

Na descrição e apresentação do projeto "Nossa RUA" seus coordenadores procuram estabelecer de imediato os objetivos. O princípio básico, norteador do projeto é a melhoria do bairro e soma esforços com outros movimentos existentes. É clara a identificação da proposta como inovadora e independente de qualquer atrelamento político ideológico.

Como afirmam os responsáveis pelo projeto, é um movimento que não tem compromisso com partidos, igrejas, interesses pessoais, mas atendem todas as tendências da comunidade.

Os pressupostos básicos que servem de apoio estão sob a tríade de ação:

- Coleta seletiva do Lixo: Reciclagem;
- União e integração dos moradores das ruas: União;
- Arborização das ruas.

5.3.1 Coleta seletiva de lixo: reciclagem.

A coleta seletiva foi abordada na primeira etapa com palestras utilizando vídeos para esclarecimentos de dúvidas e para mobilização da comunidade. O segundo passo foi o estabelecimento do processo de coleta seletiva de lixo no bairro.

O objetivo da coleta seletiva de lixo é a Educação ambiental na comunidade, mostrando que é possível reaproveitar, reduzir e reciclar vários materiais que são jogados fora e causam um prejuízo muito grande para a natureza.

Salientam a importância da coleta seletiva pelos resultados indiretos como a redução de árvores cortadas, redução de minérios extraídos, melhoria da qualidade do ar e da água e um bairro limpo. São coletados papéis, plásticos, vidros, alumínio, ferro e cobre.

O projeto não tem objetivo de arrecadação de recursos financeiros com a coleta seletiva do lixo, mas sim visa à educação da comunidade, no geral. A coleta é realizada uma vez por semana, aos sábados pela manhã, quando um caminhão da comunidade passa em todas as casas que participam do projeto. Estas residências são identificadas com uma placa com os dizeres: “Participo da coleta seletiva”, colocadas nas lixeiras das casas. É o primeiro bairro do município de Criciúma a fazer de forma organizada a Coleta Seletiva de Lixo Domiciliar (FIGURAS 40 a 43).

Cada família participante do projeto assiste reuniões nas ruas para conversar e opinar sobre o andamento propondo correções e alterações de curso à medida que as dificuldades vão surgindo. A coordenação do Projeto “Nossa RUA” é formada pelos representantes de cada uma das ruas envolvidas.



FIGURA 40: Coleta seletiva de material reciclável. Projeto Nossa RUA, Vila Manaus, Outubro de 1997. Fonte: Nupeam – UNESCO.



FIGURA 41: Placa de identificação dos moradores que participam da coleta seletiva de material reciclável. Projeto Nossa RUA, Vila Manaus, Outubro de 1997. Fonte: Nupeam – UNESCO.



FIGURA 42: Caminhão utilizado na coleta seletiva e material reciclável. Projeto Nossa RUA, Vila Manaus, Outubro de 1997. Fonte: Nupeam – UNESC.



FIGURA 43: Caminhão utilizado na coleta seletiva e material reciclável. Projeto Nossa RUA, Vila Manaus, Outubro de 1997. Fonte: Nupeam – UNESC.

5.3.2 União e Integração dos moradores das ruas.

A Integração dos moradores das ruas acontece com atividades organizadas por uma comissão previamente estabelecida através da participação voluntária dos moradores.

A organização geral do Projeto, sempre com antecedência, convida os moradores das ruas para atividades que serão de participação livre e adesão voluntária.

Com a participação das ruas envolvidas no Projeto e com a comunidade em geral, ocorrem atividades como: Teatro, rua de lazer para as crianças, esportes, cultura, entre outros..., (FIGURA 44).

São realizados debates com temas variados de interesse da comunidade, como Orientação e Educação sobre Saúde da Mulher, apresentados na forma de: vídeos, palestras, debates, teatros, entre outras.

5.3.3 Arborização

Em cada frente de casa, foram plantadas árvores e os cuidados com a planta são de responsabilidade do morador que a adota como parte da família, em que as crianças zelam pelas mudas. Os moradores realizaram também a limpeza dos entulhos de seus terrenos.

Em associação com a proposta do plantio de árvores pelas famílias de moradores do bairro, a comissão de arborização propõe aos mesmos a limpeza e retirada de entulhos, o uso do lixo orgânico como adubo para quintais através da compostagem, o embelezamento através da jardinagem do bairro e de suas ruas, demonstrar aos demais moradores e aos seus filhos que as verduras nascem da terra, em hortas cultivadas, e não nas prateleiras dos mercados. (FIGURA 45).

O Projeto Nossa
Rua faz coleta
seletiva do Lixo,
Arboriza e
integra através
da ...

APOIO:



... **II RUA DO**
LAZER

Corrida
do ovo

Vôlei

Trabalho
com argila

Torneio
de Canastra

Torneio
de Pênalti

Corrida
de Saco

Pinturas

Dia 28/06/98
Entre 9:00 e 17:00 hs
Na rua 6 - Vila Manaus

Patrocínio:

- * MERCADO REAL
- * PADARIA DO ELIZEU
- * REMABOMBAS
- * PADARIA CINDY PAN

FIGURA 44: Panfleto do Projeto Nossa RUA. Convite aos moradores para participar de atividades de união e integração do bairro Vila Manaus, junho de 1998. Fonte: acervo da ONG Projeto Nossa RUA.



FIGURA 45: Lançamento da campanha de arborização do Projeto Nossa RUA, Outubro de 1997. Fonte: Nupeam, UNESC.

5.3.4 Expectativas anseios e esperanças dos atores sociais

Conforme panfleto elaborado pelos coordenadores e representantes de rua participantes do Projeto Nossa RUA os anseios e expectativas dos moradores eram as seguintes na implantação da proposta de gestão ambiental do bairro:

“Vem ai um novo projeto para o bairro”!

Será um projeto que irá mexer na nossa vida! Fazendo o que? Transformando nossa realidade a partir do trabalho do lixo.

Haverá mudanças em nossos costumes! Como cuidamos do lixo? O lixo de cada dia parece sujo, mas não é! Quais as vantagens de reciclar lixo?

A área que é utilizada para o lixão hoje seria bem melhor aproveitada se diminuísse o volume de lixo.

Diminuindo a quantidade de lixo no lixão, diminuiríamos as doenças, os insetos, as aves que se alimentam de lixo, teríamos mais espaços para áreas verdes em Criciúma. Hoje tudo isso acontece, por que a maioria não tem consciência que nem tudo é lixo. Pensem bem! Se todos seguirem o exemplo do Bairro Manaus, certamente teremos menos problemas com o lixão do município.

A Cada material considerado lixo deve ser dado o seu devido destino. É por este motivo que nós vamos começar a mudar a nossa realidade.

Vivenciar o problema do lixo, sendo organizado, uma necessidade!

Não só separar o lixo, mas também arborizar nossa rua...

Precisamos ter consciência dos vários problemas, como saúde, cultura lazer...

Várias outras propostas irão surgir durante a caminhada...

Separem é legal! Mas podemos fazer mais!

E a oportunidade de conhecer melhor nosso vizinho, de tratar o lixo e de outros assuntos...

Você sabia que ao cuidarmos de nossa casa, da nossa rua, podemos viver melhor no nosso bairro e assim, também cuidarmos do meio ambiente!

Este movimento que realizaremos, temos certeza que a comunidade irá entender e participar. Ele é útil para todos nós!

Temos que ter claro que nossos filhos e netos irão precisar tão quanto de nós, quanto da natureza, das plantas, da água e do solo. Se continuarmos deste jeito dentro de pouco tempo não teremos nada do que Deus criou nem para nós.

Ficar só olhando não resolve! Por isso, que para mudar, precisamos fazer um bom planejamento para o bairro.” (Panfleto do Projeto Nossa RUA 1997).

5.3.5 Um exemplo Universal da História na periferia da Cidade.

Uma ameaça à territorialidade adquirida pelo bairro Vila Manaus, através do projeto Nossa RUA, na proposta de gestão ambiental participativa, ocorreu em meados de 1999. O Poder Público através da Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura estava empenhada na implementação de uma proposta de gerenciamento de resíduos sólidos da cidade, inicialmente no bairro Pio Correia e demais bairros centrais.

Durante uma reunião realizada no centro comunitário do bairro Vila Manaus, é feita uma apresentação do projeto “Lixo bom não se mistura”, e levantada à possibilidade de estender para outros bairros além dos centrais o projeto de gestão de resíduos sólidos, especialmente o bairro Vila Manaus, que já tinha a experiência e a prática comunitária de gestão ambiental através do projeto Nossa RUA.

Sobre este episódio, GUADAGNIN (1999) descrevia o conflito e a disputa pela forma de gestão ambiental entre o Poder Público e o Projeto Nossa RUA dos moradores do bairro Vila Manaus. Este conflito demonstra a evolução das preocupações dos moradores que, de suas lutas por infra-estrutura básica, passam para batalhas de enfrentamento dos problemas ambientais locais.

“A autogestão sócio-comunitária, ou seja, o direito da própria comunidade decidir seus rumos e destino, sem dúvida, tem se constituído numa das principais utopias perseguidas pela vanguarda do pensamento e da ação política ao longo da história. Em várias latitudes e em todas as épocas registram-se exemplos disso. E como se sabe, embora alguns tenham resistido por maior tempo, sempre acabaram frustrados em função do óbvio poder centralizador que marca de forma indelével a trajetória humana desde que passamos a nos organizar em sociedades cada vez mais complexas”.

Vila Manaus, bairro da zona sul de Criciúma, tem em sua história momentos que evidenciam esse teor de cidadania. Praticamente todas as benfeitorias básicas de urbanização (desde arruamento, rede de energia e de água, iluminação pública) foram frutos da mobilização de seus moradores. Recentemente protagoniza um feito muito consistente de organização e conscientização. Agora, na área ambiental. Trata-se do projeto Nossa Rua. O assunto, por diversas vezes, ocupou o espaço da mídia local e regional, gerou interesse de vários bairros e serve de exemplo para todos nós. Surgido há dois anos, idealizado por três famílias da Rua 15, hoje o Projeto envolve 200 famílias de 20 ruas do bairro e inclui, coleta seletiva de lixo, arborização e ajardinamento, hortas domésticas e atividades de integração.

Desde o princípio buscaram o apoio da Administração Municipal de Criciúma, no que não obtiveram êxito. Por outro lado, conquistaram a assessoria técnica do antigo Núcleo de Pesquisa em Educação Ambiental, hoje inserido no IPAT (Instituto de Pesquisas Ambientais e Tecnológicas) da UNESC.

Agora, a coordenação do projeto “Lixo Bom não se Mistura”, da Prefeitura Municipal, lançado inicialmente no bairro Pio Correia, tenciona estendê-lo até a Vila Manaus. Até aí, tudo bem, se pela metodologia da Administração Municipal, não estivesse ameaçada a identidade do Projeto Nossa RUA, marcada concreta e essencialmente pela participação e autogestão ambiental daqueles moradores. Temos de levar em conta que o projeto está consolidado exatamente pelo seu caráter de participação, onde todas as iniciativas e medidas adotadas surgem de reuniões entre os moradores.

A Vila Manaus continua querendo e necessitando o apoio da Administração Municipal, e mais do que isso tem muito a oferecer ao projeto “Lixo Bom não se Mistura”. O que se frisa é exatamente a manutenção da participação que quer dizer, se sentir parte de uma ação, neste caso, da construção de um ambiente melhor para todos. O projeto Nossa Rua é um Plano de Gestão Ambiental, onde a coleta seletiva é apenas uma das partes. Tudo o que se quer é que os resultados continuem sendo frutos da efetiva conscientização dos moradores, e não um projeto implantado verticalmente. Pela própria natureza do projeto, que envolve diretamente a vida do cidadão (manuseio do próprio lixo doméstico), ele não se consolida e não tem continuidade, sem à ação consciente dos indivíduos, no que a Vila Manaus está dando o maior exemplo de que se tem notícia em Criciúma. (GUADAGNIN, 1999).

5.4 DO CONTRATO NATURAL: O TERRITÓRIO DA GESTÃO AMBIENTAL PARTICIPATIVA DO PROJETO NOSSA RUA.

As discussões da comunidade da Vila Manaus sobre problemas ambientais locais marcaram uma mudança paradigmática da abordagem e nos determinantes para lutas e conquistas sociais.

Nos anseios e expectativas dos moradores em relação ao alcance do Projeto Nossa RUA é possível vislumbrar uma nova ética com a politização da relação sócio-ambiental, (homem-ambiente) natureza-sociedade.

O ativismo ambientalista tem um papel fundamental nesse processo de politização: quando, através de suas lutas e demandas, reivindica o estatuto de sujeito de direito para a natureza e as gerações futuras, propõem o novo, o contra-hegemônico.

O projeto “Nossa RUA”, seus atores sociais envolvidos, Comunidade – Universidade, está apontando para uma nova relação sócio-ambiental, ainda que estejam nos marcos das relações sociais presentes. O ambientalismo proposto pela ação conjunta representa, pois, uma nova utopia.

A Universidade, ao interagir com a comunidade, não se restringe apenas ao papel de retransmitir informações sistematizadas e organizadas, mas constitui-se num lugar de cultivo e reflexão crítica sobre a realidade, geradora de saberes novos que promovam a mudança e a transformação social. Ao estar inserida na sociedade e analisando todos os aspectos do complexo cultural, cujas expressões podem ser observadas e transmitidas de uma sociedade a outra, de uma geração para outra, a Universidade procura respeitar a inseparabilidade entre o Homem e seu meio social, seu espaço e territórios de ação observando a experiência humana, para poder explicá-la.

Nesse ponto de vista, um “contrato natural”, como o proposto por SERRES (1991), também se inscreve nesse projeto utópico, no projeto Nossa RUA, enquanto proposta de gestão ambiental-territorial do espaço urbano construído?

Para introduzir a proposta de um contrato natural, SERRES parte da descrição de um quadro do famoso pintor espanhol Goya:

“Dois inimigos brandindo bastões lutam, em areias movediças. Atento às táticas do outro, cada um responde golpe a golpe e dá a sua réplica à esquiva(...) A cada movimento, um buraco viscoso os engole de modo que eles se enterrem juntos, aos poucos. Em que ritmo? Depende de sua agressividade: quanto mais quente a luta, mais vivos e secos os movimentos que aceleram o enterramento gradual. Os beligerantes não adivinham o abismo em que se precipitam: ao contrário, de fora, não o enxergamos muito bem (...) Quem vai morrer nos perguntamos? Quem vai ganhar, pensam eles e nos perguntamos mais ainda? Apostemos (...) Mas, numa terceira posição, exterior à contenda, percebemos um terceiro lugar, o pântano, onde a luta se encerra (...) Aqui, na mesma dúvida acerca dos duelistas, os apostadores arriscam perder juntos, como os lutadores, já que é mais provável que a terra absorva os últimos antes que eles próprios e os jogadores tenham liquidado sua conta” (SERRES, 1991, p. 11-2).

Aqui, o mundo ainda aparece como ameaçador, podendo facilmente triunfar sobre os duelistas. “Sempre nos interessamos só pelo sangue derramado”, continua SERRES (1991, p.

12), nunca se consideram os danos infligidos ao próprio mundo; entretanto, “... a terra, as águas e o clima, o mundo silencioso, as coisas tácitas colocadas outrora como cenário em torno das representações comuns, tudo isso que jamais interessou a alguém, brutalmente, sem aviso, de agora em diante estorva as nossas tramóias”. A natureza reaparece em nossa cultura, irrompe com uma idéia local e vaga, cosmética. Outrora a relação era local, tal rio, tal bairro, tal pântano, global agora, o planeta Terra.

As mudanças globais que hoje assistimos, observa SERRES, transformam o vigor do mundo em precariedade e fragilidade, colocando-o na posição de vítima; o que se constata é que a totalidade da Terra está em risco: as mudanças climáticas, os problemas decorrentes da industrialização, da pobreza, das aglomerações urbanas levam à destruição do mundo e à extinção automática. As mudanças globais e os desequilíbrios do planeta apontam para riscos e perigos de uma escala de grandeza e complexidade que ainda não conhecemos. E SERRES levanta a questão: “(...)a partir de que limiar e de que data ou limite temporal aparece um risco maior? Na ignorância temporária de respostas para estas perguntas, a prudência - e os políticos perguntam o que fazer? Quando fazer? Como e o que decidir?”.

Então, sob a ameaça de uma “morte coletiva”, SERRES (1991, p. 25) anuncia a necessidade de um novo pacto; “um novo acordo prévio, que devemos fazer com o inimigo do mundo humano: o mundo tal como está. Guerra de todos contra tudo”.

Nas discussões dos problemas ambientais de nosso dia-a-dia, no ponto de vista da degradação ambiental como um “problema fundamental” da modernidade, ou na perspectiva de uma situação de risco imposta à “totalidade da Terra”, o que se discute é a necessidade de uma nova relação que imprima e legitime direitos até então não declarados, de uma ética ambiental e solidariedade com as gerações futuras.

No aproveitamento racional da natureza na perspectiva utópica de uma “boa sociedade” SACHS (2000, p. 49) apresenta o imperativo condicional necessário da “ética da solidariedade sincrônica com a geração atual a que se “acrescenta a solidariedade diacrônica com as gerações futuras e, para alguns, o postulado ético de responsabilidade com o futuro de todas as espécies vivas na Terra. Em outras palavras, o contrato social no qual se baseia a

governabilidade de nossa sociedade deve ser contemplado por um contrato natural, como proposto por Michel Serres.

Enquanto para LEFF (2000) é uma nova resignificação do mundo, para Serres trata-se de rever o primitivo contrato social, que ignora e silencia sobre o mundo, e assinar um novo pacto: um contrato natural. Um contrato desse tipo nos levaria a considerar o ponto de vista do mundo em sua totalidade. Com efeito, um contrato natural, ou antes, uma nova forma de relacionamento com o mundo, também é parte de um projeto utópico.

Em última instância, contrato social e contrato natural são as mesmas leis, ambas se confundem com a Justiça, natural e humana. Ambas têm entre si “a mesma solidariedade daquela que liga os homens ao mundo e o mundo aos homens” (SERRES, 1991).

É a construção de uma nova relação sócio-ambiental, calcada em um tipo novo de cidadania, a cidadania planetária, e a responsabilidade intergeracional em respeito aos direitos de vida com qualidade para as gerações futuras. No entanto, como afirma SACHS (1993), “a solidariedade para com as gerações futuras só faz sentido como um complemento à solidariedade para com aquelas que hoje são marginalizadas: o Contrato Natural entre os Povos e a Terra é apenas um complemento ao Contrato Social entre os Povos”. Nesse sentido, a construção de uma nova cidadania planetária depende da consciência do que ocorre hoje, do enfrentamento dos “problemas fundamentais” colocados pela modernidade. A ação que se quer emancipatória situa-se em um campo bastante concreto de problemas e conflitos.

A edificação dessa ética ambiental passa pelo incremento de pressupostos básicos onde a cultura ecológica incorpore uma racionalidade ambiental, que segundo LEFF (2000) não pode prescindir dos seguintes processos:

- “a) o estabelecimento dos parâmetros axiológicos de uma “ética ambiental”, na qual se forjam os princípios morais que legitimam as condutas individuais e o comportamento social perante a Natureza, o ambiente e o uso dos recursos naturais;
- b) a construção de uma teoria ambiental por meio da transformação dos conceitos, técnicas e instrumentos, com o fim de conduzir os processos socioeconômicos para estilos de desenvolvimento sustentáveis;

c) a mobilização de diferentes grupos sociais e a colocação em prática de projetos de gestão ambiental participativa, baseados nos princípios e objetivos do Ambientalismo” (LEFF, 2000, p. 212).

Os problemas vivenciados pelo cotidiano dos cidadãos residentes na Vila Manaus, diante dos riscos e perigos do mundo moderno, que fazem emergir a luta ambientalista, o ativismo ambientalista no processo de gestão ambiental participativa do projeto Nossa RUA, e a reivindicação de novos direitos, que, em última instância, apontam para a construção de uma cidadania ambiental.

Surgem, desta forma, uma nova agenda social e política que passa a ocupar um lugar central e privilegiado neste início de século. A problemática ambiental enunciou a emergência de novos atores sociais, sujeitos de direito, representando, portanto, um alargamento do campo da cidadania. Essa cidadania de tipo novo requer uma nova proposta de sociabilidade, que transcende a relação entre o Estado e o indivíduo, incluindo de modo privilegiado a própria sociedade civil. Daí a importância e necessidade da constituição de sujeitos sociais ativos: cidadãos.

6 RETORNANDO AO PONTO DE PARTIDA: UMA APROXIMAÇÃO DOS TERRITÓRIOS E RETERRITÓRIOS DA VILA MANAUS.

“O objetivo da investigação é responder à pergunta de partida” (QUIVY & CAMPENHOUDT, 1998, p. 211).

“O concreto é concreto por ser a síntese de múltiplas determinações.” (MARX, 1974, p. 229)

Na presente pesquisa buscou-se conceber e implementar um procedimento de investigação científica com o intuito de responder a seguinte questão central:

Quais foram às características preponderantes nas relações dos atores sociais que protagonizaram a territorialização e a refuncionalização do bairro Vila Manaus, entre si e com a administração municipal e outras instituições?

Os territórios construídos pelos ocupantes se superpõem ao território construído pelo Estado (Poder Público) resultando em conflitos e complementações. O território e a territorialidade são encarados como categorias temporárias no espaço e no tempo, nada é permanente, tudo se acha em constante transformação.

Na prática, transformações das relações sociais costumam demandar tanto reestruturações quanto refuncionalizações e, quanto maior vier a ser a ruptura com as relações sociais instituídas, maiores deverão ser as mudanças, por meio de reestruturações e refuncionalizações, do espaço herdado, pressupondo *desterritorializações e reterritorializações* (SOUZA, 1997, p. 29).

Ao revisitar o local onde atores sintagmáticos exerceram uma ação conduzida pela ocupação do espaço urbano, situado entre os bairros Santa Luzia e Cidade Mineira, refuncionalizaram o território e construíram o bairro da Vila Manaus no mesmo local destinado pelo poder público, para o estabelecimento do 1º Distrito Industrial de Criciúma, procura-se dar conta da historicidade e dimensões de poderes que operaram e atuaram ativamente sobre a realidade material.

Expressar com clareza as ações e as relações entre as pessoas, a prática que os

homens têm nos espaços é desnudar o poder sobre os seres e as coisas; o poder não identificado como categoria espacial ou temporal, mas presente em toda a produção que se apóia no espaço e no tempo (RAFFESTIN, 1993, p. 6).

Dar conta da historicidade e superposições territoriais do bairro Vila Manaus significa retratar um período de confrontos, de mudanças políticas e culturais que possibilitaram pela participação dos cidadãos na vida e nos negócios da cidade, na redescoberta do poder local e do espaço banal, da construção da democracia e o estabelecimento de bases sólidas da cidadania através dos emergentes movimentos sociais.

O poder, como capacidade de decidir, se exerce sobre fragmentos, porções da territorialidade – e é adaptado às circunstâncias contraditórias e particulares no tempo e no espaço cada “vez mais diversificado e heterogêneo” (SANTOS, 1993). Nessas condições a amplitude e a eficácia do poder são determinadas pela densidade dos fragmentos – possivelmente pelo que Milton Santos designa de luminosidade e opacidade – pela desobstrução e/ou construção de canais das múltiplas redes, tecidas, elaboradas, consertadas ou construídas para dadas condições históricas.

Os moradores do bairro Vila Manaus são brasileiros de um lugar e de uma época aonde a história vai se refazendo, como a história geral e pessoal, não perdendo a história individual e coletiva da construção social do espaço e do território de uma nação, um estado, um município, um bairro.

Como coloca LEFEBVRE (1991), é na vida comunitária, composta por assembléias gerais ou parciais, onde se efetiva o *locus* das lutas de classes. Os contrastes entre riqueza e pobreza, os conflitos entre os poderosos e os oprimidos não impedem nem o apego à cidade, nem a contribuição ativa para a beleza da obra. É no contexto e cenário urbano, onde as lutas de facções, de grupos, de classes, de movimentos organizados reforçam o sentimento de pertencer ao local, ao bairro, à cidade, criando desta forma uma territorialidade, uma identidade com o espaço urbano construído.

O Brasil em 1978 passava por um período de lutas contra o regime e a forma de governo imposta pelos governantes, a ditadura militar, uma época de ascenso do movimento operário e popular que depois daria origem ao Partido dos Trabalhadores (PT) e à Central

Única dos Trabalhadores (CUT). Surgia uma nova esquerda no Brasil, diferente da esquerda pré-64.

Este período, como afirma Milton Santos, é marcado pela transformação do povo como sujeito é também do povo como objeto, sobretudo o povo e o território como realidades indissoluvelmente relacionadas (SANTOS, 2000, p. 121). Neste sentido a necessidade da revalorização do dado local e revalorização do cotidiano como categorias não apenas filosóficas e sociológicas, mas como uma categoria geográfica, territorial.

Na vida de todos os dias, a sociedade global vive apenas por intermédio das sociedades localmente enraizadas, interagindo com o seu próprio entorno, refazendo todos os dias essa relação e, também sua dinâmica, interna, na qual de um modo ou de outro todos agem sobre todos. O sujeito é também objeto. O sujeito é plural e o objeto diversificado (SANTOS, 2000, p. 122).

O espaço urbano construído pela ocupação do território da Vila Manaus revelava o drama que a nação passava, pois é nele que ficavam mais visíveis os conflitos de poder. É através da construção do território que a sociedade revelava as contradições muito mais fortemente. O território em si não é observado como um conceito, mas ele se torna um conceito utilizável para a análise social quando o consideramos a partir do seu uso, a partir do momento em que pensamos justamente com aqueles que dele se utilizaram para construir suas vidas.

Não falamos do território em si mesmo, mas do território usado, de modo a incluir todos os atores, os movimentos populares, a Igreja Católica, a Pastoral Operária, a Pastoral Sindical, os partidos e lideranças políticas. O importante era saber como estes atores que compunham a sociedade cricumense na época da ocupação, exerceram um diálogo com o território usado e que esse diálogo com o território usado incluía as coisas naturais e artificiais, a herança social e a sociedade em movimento e mutação até a atualidade.

O retrato dos diferentes conflitos de uso do mesmo espaço urbano de sua gênese aos dias atuais procura despir o manto de impeniência do conceito tradicional de território onde a palavra é normalmente associada e evocada como “território nacional”.

Ao observar as diferentes sobreposições territoriais ocorridas no espaço urbano que limita o bairro da Vila Manaus é possível identificar como afirma SOUZA (1995, p. 81) que os territórios existem e são edificados e demolidos em diversas escalas, desde a mais acanhada, por exemplo, a Rua 15 da Vila Manaus, à local como o território do Bairro dentro do espaço urbano de Criciúma até a escala internacional das relações entre as nações que constituem, por exemplo, a área formada pelos territórios dos países-membros do Mercado Comum da América do Sul – Mercosul.

Ao proceder a identificação dos diferentes processos de formação territorial do bairro da Vila Manaus, desde a década de 50 até o momento presente, é possível identificar dentro de escalas temporais as mais diferentes, décadas, anos, meses e dias, que os territórios podem ser construídos e desconstruídos no decorrer do tempo.

Alguns territórios podem possuir um caráter permanente, como a construção do espaço social urbano através da ocupação do território e o estabelecimento dos limites, mas também podem ocorrer com caráter periódico e cíclico, como a violência urbana.

Na reflexão das multidimensionalidades do vivido e experienciado pelos membros de uma coletividade ou sociedade no espaço se apresenta o contexto territorial. Desta maneira os homens “vivem” ao mesmo tempo o processo territorial e o produto territorial dentro de um sistema de relações de poder (RAFFESTIN, 1993, p. 158).

Como captar a concretude de um movimento social que contribuiu para a edificação do território do bairro Vila Manaus? Está dúvida perpassa todo o trabalho desta dissertação aos descrever os fatores e atores determinantes deste processo construtivo de identidade territorial, como relata MARX (1974, p. 229) “o concreto é concreto por ser a síntese de múltiplas determinações.”

Descrever o movimento social, seus atores principais, a prática desenvolvida por eles, suas idéias e princípios que contribuíram para construção do Bairro Vila Manaus, valorizando ações locais, requereu um resgate de fatos e documentos sobre o período de tempo recente, mas que ainda permanecia como uma lacuna na historiografia dos movimentos

populares de Criciúma – SC.

O cotidiano dos cidadãos do bairro Vila Manaus expressam as crises ambientais e urbanas que retratam a urgente necessidade de revisar as ações práticas que incorporem a questão ambiental na gestão do território construído na interação dos atores sociais no pleno exercício do poder e na construção da cidadania.

As transformações ocorridas na sociedade brasileira sofreram grande avanço com o processo de redemocratização, a partir dos anos 70 e no decorrer das duas décadas seguintes onde se acentuaram a organização e a participação dos cidadãos na realização de ações coletivas que buscaram a redefinição dos territórios e espaços da cidadania fortalecendo a construção de uma sociedade democrática.

Os conflitos ocorridos no bairro Vila Manaus, são retratos desse período conturbado da sociedade brasileira cujo processo resultou em novas territorialidades com a integração de questões ambientais em lutas e batalhas que prosseguem..., hoje fez sol e o vento do entardecer acariciou calidamente as árvores que os moradores plantaram no bairro.

O processo ocorrido e descrito resultou na Vila Manaus de agora... (FIGURAS 46 a 50)



FIGURA 46: Vista da praça da Vila Manaus, Criciúma – SC, novembro de 2000. Fonte: GUADAGNIN, M. R.



FIGURA 47: Vista geral da Vila Manaus. No centro da foto a Igreja Católica em construção e ao fundo a empresa Brametal, nos limites com o bairro Cidade Mineira Nova, novembro de 2000. Fonte: GUADAGNIN, M. R.



FIGURA 48: Vista da Avenida Catarinense, que atravessa o bairro Vila Manaus, novembro de 2000. Fonte: GUADAGNIN, M. R.



FIGURA 49: Vista da Avenida Monte Negro, Vila Manaus, novembro de 2000. Fonte: GUADAGNIN, M. R.

OPINIÃO

CRICIÚMA, QUARTA-FEIRA, 15 DE AGOSTO DE 2001

7

EDITORIAL

MANAUS É VANGUARDA

A regaçar as mangas e agir ao invés de simplesmente esperar soluções do governo parece ser situação comum à comunidade do bairro Vila Manaus. A primeira iniciativa dos moradores que se tomou exemplo em toda cidade de Criciúma e até em municípios de outros estados foi o projeto Nossa Rua, onde a reciclagem do lixo é uma das ações mais importantes. Ecológico por essência, o Nossa Rua conta ainda com a arborização das vias do bairro, com plantio de árvores pela comunidade. O mais importante do projeto, no entanto, é a participação popular. Não são todas as ruas, por exemplo, que participam do Nossa Rua, mas onde ele funciona a adesão é de 100%. Isso porque o trabalho mais importante é o da conscientização. A mesma consciência de que é necessário que cada um faça a sua parte para que seja construído um município, país, ou mundo melhor para se viver, está sendo demonstrada agora no mesmo Vila Manaus, onde mães e pais estão erguendo duas salas no Centro Comunitário com a iniciativa de ceder as salas do lugar para o funcionamento de um Centro de Educação Infantil (creches da Afasc) para atender a 27 crianças da comunidade. Que deveria ser do poder público a responsabilidade sobre a educação e das empresas ou também do poder público a obrigação de oferecer locais para as crianças serem deixadas enquanto os pais trabalham ninguém discute. É ponto pacífico. Erro é, no Brasil, a população costumar esperar tanto por essas iniciativas que -

"Bairro dá exemplo de cidadania com projetos comunitários e sociais"

embora previstas na constituição - nunca são cumpridas, ou por falta de recursos, ou em função da aplicação errada dos mesmos, ou por falta de vontade política, não interessa. O que importa é que, impulsionadas pela única idéia de que é necessário cobrar do governo suas obrigações, as pessoas têm esquecido - ao longo de anos e décadas - que fazer a sua parte seria uma forma de efetivamente transformar a sociedade e o meio ambiente em que vivem. Essa consciência, ao que

parece, não falta no bairro Vila Manaus, um exemplo de organização que deveria ser seguido por outras comunidades de Criciúma. Agindo, os moradores de lá, como também de outros lugares, ganham ainda mais força para cobrar e reivindicar. Caso, depois de concluída a obra que deverá custar mais de R\$ 2 mil, a Afasc não cumpra com o compromisso de deslocar educadores para trabalhar com as 27 crianças a serem atendidas, mães e pais que deram o suor na construção das salas, terão de sobra motivos para reclamar e reivindicar os direitos. E, já unidos no trabalho da construção das salas, dividindo a mesma meta, certamente é isso que eles irão fazer. Seguindo essa linha de pensamento, a comunidade certamente vai longe em qualidade de vida. Não é por nada que, há cerca de 20 anos, quando foi fundado, o Vila Manaus era considerado uma zona marginal da cidade. Hoje, a comunidade fez dele um dos bairros melhores para se viver em Criciúma. Estão agora, novamente, de parabéns.

FIGURA 50: A construção da cidadania contínua..... Fonte: Tribuna do Dia, Ano 46, nº 3269, 15 de agosto de 2001.

BIBLIOGRAFIA

- 1 ALEXANDRE, Agripa Faria. *A perda da radicalidade do movimento ambientalista brasileiro: uma contribuição à crítica do movimento*. Blumenau / Florianópolis: Edifurb/ Editora da UFSC, 2000. 116 p.
- 2 ALVES, João. Líder comunitário. Entrevista. Depoimento pessoal. 2000.
- 3 ALVES, Catarina. Líder comunitária. Entrevista. Depoimento pessoal. 2000.
- 4 ANDRADE, Manuel Correia de. *Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional ao poder local*. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura (Org.) *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo : Hucitec, 1994.
- 5 ARENDT, Hannah. *Da violência*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília. 1985.
- 6 ARENDT, Hannah. *A Condição Humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 5 ed. 1994. p. 191.
- 7 ATAS DA SABVM. Sociedade Amigos do Bairro Vila Manaus. Reuniões dos moradores no período entre 1981 a 1999.
- 8 BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Lisboa : Edições 70, 1977.
- 9 BETTO, Frei. *O que é Comunidade Eclesial de Base*. São Paulo : Brasiliense, 1981.
- 10 BOFF, Clodovis. *Teologia e Prática: Teologia do Político e suas mediações*. Petrópolis : Vozes, 1978 a.
- 11 BOFF, Clodovis. *Comunidade Eclesial – Comunidade Política*. Petrópolis : Vozes, 1978 b.
- 12 BOFF, Leonardo. *Igreja: carisma e poder. Ensaio de Eclesiologia Militante*. Petrópolis: Vozes, 1982.
- 13 BOFF, Leonardo. *E a Igreja se fez povo. Eclesiogênese: a Igreja que nasce da fé do povo*. Petrópolis : Vozes, 1986.
- 14 BROWN, Juanita; ISAACS, David. Fundindo o melhor de dois mundos – os processos centrais de organizações como comunidades. In SENGE, Peter M. et al. *A Quinta Disciplina – Caderno de Campo*. São Paulo: Qualitymark, 1997, p. 478 – 487.
- 15 BRUNET, R. et alli. *Les mots de la géographie, dictionnaire critique*. Reclus, La Documentation Française, Paris, 1992, p. 435-6.
- 16 BUARQUE, Cristovam. O Brasil como um retrato do planeta. *Século XXI: uma revista de futuro*. Brasília: Instituto de Política. Editora Millennium. Ano 1, nº 1, dez 1998. p. 7 - 24 .

- 17 CARA, Roberto Bustos. Territorialidade e identidade regional no Sul da Província de Buenos Aires. (Tradução: Antonio de Padua Danesi). In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adelia de; SILVEIRA, Maria Laura (Org). *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1994. 261 - 269p.
- 18 CARDOSO, Ruth C. L. Isto é política? Dilemas da participação entre o moderno e o pós-moderno. *Novos Estudos*. CEBRAP, São Paulo, nº 20 p. 74 – 80, mar. 1988.
- 19 CARDOSO, Ruth C. L. Formas de participação popular no Brasil contemporâneo. São Paulo: *Revista Fundação SEADE*, V. 1, nº 3, set – dez. 1985, p. 46 – 50.
- 20 CARDOSO, Ruth C. L. Movimentos Sociais Urbanos: balanço crítico. In: SORJ, Bernardo, ALMEIDA, Maria Hermínia T. (Orgs.) *Sociedade e política no Brasil pós-64*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- 21 CARNEIRO, Fernando Jorge da Cunha. Arquiteto. Depoimento pessoal. 2001.
- 22 CARNEIRO, Fernando Jorge da Cunha. *Projeto de uma cidade residencial para os trabalhadores da Indústria Carbonífera*. Criciúma, fevereiro de 1958.
- 23 CAROLA, Carlos Renato. *Sem-teto do Corda Bamba: invasores ou ocupantes*. Criciúma: FUCRI/UNESC. (Monografia) Curso de Pós-Graduação em ensino de História do Brasil. 1993. 54 p.
- 24 CARVALHEIRA, Dom Marcelo P., Bispo de Guarabira (PB). Movimentos históricos e desdobramentos da Ação Católica Brasileira. *Revista Eclesiástica Brasileira*, v. 43, nº 169. P. 10 – 28. Mar. 1983.
- 25 CASTELLS, Manuel. *La question Urbana*. México : Siglo XXI, 1974.
- 26 CASTELLS, Manuel. *Pobreza Urbana e Organização Social*. Análise Comparativa de Movimentos Sociais em Assentamentos Espontâneos na América Latina. Recife : dezembro de 1978 (xerox).
- 27 CASTELLS, Manuel. *Cidade, democracia e socialismo*. Tradução de Glória Rodrigues. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1980. (Coleção Pensamento Crítico; v. 38).
- 28 CASTORIADIS, Cornelius. Introdução: socialismo e sociedade autônoma. In CASTORIADIS, Cornelius. *Socialismo ou barbárie*. O conteúdo do socialismo. São paulo: Brasiliense, 1983.
- 29 CNBB – CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL – PASTORAL DA JUVENTUDE. *Subsídio para Estudo e Reflexão sobre a Pastoral da Juventude no Brasil*. V Encontro Nacional da Pastoral da Juventude, Goiânia, 2 a 7 de dezembro de 1984. São Paulo : Centro de Capacitação Cristã, abril 1985. 58 p.
- 30 CNBB – CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. VII Assembléia Nacional da Pastoral da Juventude (7ª ANPJ). *Processo de Iniciação na Pastoral da Juventude no Brasil: análises e perspectivas*. Nova Iguaçu, julho de 1987. São Paulo: Centro de Capacitação Cristã, 1987. 44 p.
- 31 COHEN, S. *Visions of Social Control*. Cambridge : Polity, 1985.
- 32 Com o PT, encerrados os debates da FUCRI. *Correio do Sudeste*, Criciúma, 03 de Outubro de 1982. Ano VI, nº 1540, p. 5.

- 33 Comunidade organiza Vila. Jornal *O ESTADO*. 14 de novembro de 1997. p. 11.
- 34 COSTA, José Carlos. Projeto Nossa RUA dá lição de cidadania. *A Notícia*. Caderno B. 1º de maio de 1998. p. 8.
- 35 CORREA, Roberto Lobato. Territorialidade e corporação: um exemplo. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adelia de; SILVEIRA, Maria Laura (Org). *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1994. 251 – 256p.
- 36 CORREIO DO SUDESTE. Diversas edições entre os anos 1982 – 1985.
- 37 COUTO, Nádia. Preservação mobiliza Vila Manaus. *Jornal da Manhã*, Criciúma, 13 de nov de 1997. p.3.
- 38 DE MASI, Domenico. *O futuro do trabalho: fadiga e ócio na sociedade pós-industrial*. Rio de Janeiro : José Olympio; Brasília, DF : Ed. Da UnB, 1999.
- 39 DE MASI, Domenico. (org.) *Sociedade Pós-Industrial*. 2 ed. São Paulo : Editora do SENAC, 1999.
- 40 DEPOIMENTOS dos moradores do bairro Vila Manaus. Entrevistas. 2000.
- 41 DI MEO, G. *L'Homme, la société, l'espace*. Anthropos: Paris, 1991. 315 p.
- 42 DOIMO, Ana Maria. *Movimento Social Urbano, Igreja e Participação Popular*. Movimento de Transporte Coletivo de Vila Velha, Espírito Santo. Petrópolis : Vozes, 1984.
- 43 DOIMO, Ana Maria. *A Vez e a Voz do Popular*. Movimentos sociais e participação política no Brasil pós – 70. Rio de Janeiro: Relume-Dumará /Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais - ANPOCS. 1995.
- 44 EYERMAN, R.; JAMISON, A. Environmental Knowledge as an organizational weapon: the case of Greenpeace. *Social Science information*. v. 28 n. 1 p. 99 – 119, 1989.
- 45 FABRE, Ademar José. NUERNBERG, Adamir. *Criciúma em Dados*. Criciúma: Fundação Educacional de Criciúma – FUCRI : 1976 (Monografia).
- 46 FISCHER, Tânea. *Poder Local: governo e cidadania*. Rio de Janeiro: Editora FVG, 1993.
- 47 GEIGER, Pedro P. Des-territorialização e espacialização. In: In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adelia de; SILVEIRA, Maria Laura (Org). *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1994. 233 – 246p.
- 48 GOHN, Maria da Glória. *Reivindicações populares urbanas*. São Paulo: Cortez, 1982.
- 49 GOHN, Maria da Glória. *A força da periferia*. Petrópolis : Vozes, 1988.
- 50 GOTTMANN, J. Geography and international relations. *World Politics*. nº. 3. p. 153 – 173, 1951.
- 51 GOULARTI FILHO, Alcides. *A inserção da Indústria do Vestuário na economia da Região Sul de Santa Catarina*. Dissertação de Mestrado. Florianópolis: UFSC, 1995.
- 52 GRANT, Robert. *Nova Direita*. In: OUTWHAITE, William & BOTTOMORE, Tom (org.). *Dicionário do Pensamento Social do século XX*. Rio de Janeiro : Zahar, 1996.
- 53 GRAU, Núria Cunill. A Rearticulação das Relações Estado-Sociedade: em busca de novos significados. *Rev. Serv. Público*, vol. 120, nº 1, jan-abr/96.

- 54 GUADAGNIN, Mario. Ricardo. Um exemplo universal da história na periferia da cidade. *Jornal da Manhã*. Criciúma, 19 de julho de 1999. Opinião p. 17.
- 55 GUTIÉRREZ, Gustavo. *A força histórica dos pobres*. Tradução de Álvaro Cunha Petrópolis : Vozes, 1981.
- 56 GUTIÉRREZ, Gustavo. *Teologia da Libertação*. Tradução de Jorge Soares. 4. Ed. Petrópolis: Vozes, 1983. 275 p.
- 57 GYATSO, Dalai-Lama Tenzin. *Pacificando o espírito: meditação sobre as quatro nobres verdades de Buda: comentários sobre as quatro nobres verdades à luz das duas verdade fundamentais da Via mediana*. Tradução de Flávia Nascimento. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- 58 JORNAL DA MANHÃ. Diversas edições.
- 59 KÖCHE, José Carlos. *Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e prática da pesquisa*. 14 ed. rev. e ampl. Petrópolis, RJ : Vozes, 1997.
- 60 KREBS, Antonio Sílvio Jornada. *Situação Legal das Áreas mineradas do município de Criciúma – SC*. Porto Alegre: CPRM, 1995. 31 p.(Cartas Temáticas V. 22).
- 61 LEFEBVRE , Henry. *O direito à cidade*. São Paulo: Editora Moraes, 1991
- 62 LEFF, Enrique. (a) O movimento ambientalista e a democracia na América Latina. In: LEFF, Enrique. *Ecologia, capital e cultura: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável*. Tradução de Jorge Esteves da Silva. Blumenau: Ed. da FURB, 2000. p. 301 – 331.
- 63 LEFF, Enrique. El movimiento ambientalista em México y en América Latina. *Revista ecologia, política e cultura*, 2 (6): p. 28 – 38. 1988.
- 64 LEIS, Héctor. Ricardo. (org.) *Ecologia e política mundial*. Rio de Janeiro: Fase em co-edição Editora Vozes e AIRI/PUC-Rio, 1991.
- 65 LEIS, Héctor Ricardo. *O Labirinto: ensaios sobre ambientalismo e globalização*. São Paulo/Blumenau: Gaia/Ed. da FURB. 1996.
- 66 LEIS, Héctor Ricardo. *A modernidade Insustentável*. As críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea. Petrópolis/Florianópolis: Vozes/Ed. da UFSC. 1999.
- 67 LOCH, Ruth Emilia Nogueira. A exploração carbonífera e a degradação ambiental em Criciúma de 1956 a 1978. *Anais do 2º Encontro Nacional de Estudos sobre Meio Ambiente*. Florianópolis: UFSC, Curso de Pós-graduação em Geografia, 1989. 3. V. mapas e grafs. p. 229 – 235
- 68 LOUREIRO, Amílcar Bruno Soares & CAMPOS, Sílvia Horst. *Guia para elaboração e apresentação de trabalhos científicos*. Porto Alegre : FCPE-PUCRS, 1996.
- 69 MARSHALL, Stephanie Pace. Criando comunidades vigorosas centradas no aprendizado para o século XXI. In. HESSELBEIN, Frances *et. al.* In. *A organização do futuro: como preparar hoje as empresas de amanhã*. São Paulo: Futura, 1997.
- 70 MARTÍNEZ-ALIER Joan. *Da economia ecológica ao ecologismo popular*. Tradução de Armando de Melo Lisboa. Blumenau: Ed. da FURB, 1998. (Coleção sociedade e ambiente).

- 71 MARX, Karl. *Contribuição para a Crítica de Economia Política*. Lisboa : Editorial Estampa, 1974.
- 72 McCORMICK, J. *Rumo ao paraíso: a história do movimento ambientalista*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará. 1992.
- 73 MELUCCI, A. Collective action as a social construction. Paper apresentado no *XII World os Sociology*. Madrid, 1991, p. 1 – 10.
- 74 MESQUITA, Zilá. Do território à Consciência Territorial. In: MESQUITA, Z.; BRANDÃO, C. R. (Org.). *Territórios do Cotidiano: uma introdução a novos olhares e experiências*. Porto Alegre/Santa Cruz do Sul: Editora Universidade UFRGS/ Ed. Universidade de Santa Cruz do Sul/ UNISC, 1995, p. 77 – 92.
- 75 MICHAELIS. *Moderno dicionário de Língua Portuguesa*. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1998. (Dicionários Michaelis). 2259 p.
- 76 MINAS, Vitor. *Reportagem de uma morte anunciada: a tragédia dos mineiros do carvão*. Porto Alegre: Tchê! Editora Ltda. 1988.
- 77 NASPOLINI Filho, Archimedes. *Criciúma 70 anos (1925 – 1995)*. Ensaio para a sua história político-administrativa. 5 ed. Criciúma : Editora do Autor, 1995.
- 78 NEVES, Gervasio Rodrigo. Territorialidade, desterritorialidade, novas territorialidades (algumas notas). In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adelia de; SILVEIRA, Maria Laura (Org). *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1994. 270 – 282 p.
- 79 NIETTO, José Clair. *Vila Manaus: aqui a gente vive*. Depoimento pessoal, participante do Grupo da Pastoral Operária. Secretário da Sociedade Amigos de Bairro da Vila Manaus, s/d.
- 80 NUERNBERG, Adamir; MELLER, Enedir Luiza. *Uma população favelada de Criciúma: suas origens, fatores de favelização e aspirações*. Criciúma : Fundação Educacional de Criciúma – FUCRI, 1984. 60p.
- 81 NUPEAM, Núcleo de Pesquisa em Educação Ambiental. *Projeto Vila Manaus*. Criciúma: UNESC. Parceria UNESC e Moradores da Vila Manaus. Julho 1997.
- 82 O’CONNOR, James. *USA: A crise do Estado capitalista*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1977.
- 83 OFFE, C. *Problemas estruturais do Estado capitalista*. Rio de Janeiro: Ed. Tempo Brasileiro, 1984, 386 p.
- 84 PADUÁ, J. A. O nascimento da política verde no Brasil: fatores exógenos e endógenos. In: In: LEIS, H. R. (org.) *Ecologia e política mundial*. Rio de Janeiro: Fase em co-edição Editora Vozes e AIRI/PUC-Rio, 1991. p. 135 – 161.
- 85 PAVEI, Néia. Bairro adota projeto de reciclagem. *Diário Catarinense*. Ano XIV, nº 4776, 10 de maio de 1999. p. 5.
- 86 PIERI, Sebastião H. Os magnos problemas da Zona Carbonífera. Reportagem. *Tribuna Criciumense*. Ano IV, nº 208, 20 de abril de 1959. p. 1.
- 87 POPPER, Karl Rudolf. *A lógica da pesquisa científica*. São Paulo : Cultrix/EDUSP, 1975.

- 88 PREFEITURA MUNICIPAL DE CRICIÚMA. Lei nº 1109, de 24 de Julho de 1974. *Autoriza a receber, por doação, uma área de terra de 391.920 m²*. Assessoria Administrativa da Secretaria de Administração, Criciúma, 24 jul. 1974.
- 89 PREFEITURA MUNICIPAL DE CRICIÚMA. Lei nº 1111, de 15 de Agosto de 1974. *Cria Primeiro Distrito Industrial de Criciúma e dá outras providências*. Assessoria Administrativa da Secretaria de Administração, Criciúma, 15 ago. 1974.
- 90 PREFEITURA MUNICIPAL DE CRICIÚMA. Lei nº 1152, de 26 de Fevereiro de 1975. *Dá nova redação ao Art. 1º da Lei nº 1109 e Art. 1º da Lei nº 1111*. Assessoria Administrativa da Secretaria de Administração, Criciúma, 26 Fev. 1974.
- 91 PREFEITURA MUNICIPAL DE CRICIÚMA. Lei nº 3900, de 28 de outubro de 1999. *Institui a Lei do Zoneamento de Uso do solo do Município de Criciúma e dá outras providências*. Companhia de Desenvolvimento Econômico e Planejamento Urbano – CODEPLA. Paço Municipal Marcos Rovaris, Criciúma, 28 de out. 1999.
- 92 PREFEITURA MUNICIPAL DE CRICIÚMA. Secretaria de Habitação, Desenvolvimento Social e Comunitário. *Relatório nº 02/94: Situação sócio-econômica dos requerentes para escrituras do Bairro Vila Manaus*. Criciúma: Departamento de Habitação. Maio de 1994. 12 p.
- 93 QUIVY, Raymond & CAMPENHOUDT, Luc Van. *Manual de investigação em Ciências Sociais*. 2 ed. Lisboa: Gradiva, 1998.
- 94 RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo : Ática, 1993. 269 p.
- 95 RAFFESTIN, Claude. *Pour une géographie du pouvoir*, Litec, Paris, 1977, 249 p.
- 96 REDE DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL. Projeto Nossa RUA: Vila Manaus dá exemplo de auto-consciência comunitária. *Informativo*. Criciúma: FAVI, UNESC, FNMA. Edição Especial, Outubro de 1998. 12 p.
- 97 ROS, Marco Aurélio da. *Um drama estratégico: o movimento sanitário e sua expressão num município de Santa Catarina*. Rio de Janeiro: Fundação Osvaldo Cruz. Tese de Mestrado apresentada a escola Nacional de Saúde Pública para obtenção do título de mestre em Saúde Pública. 343 p. 1991
- 98 SABINO, João. Líder Comunitário. Entrevista. Depoimento pessoal. 2000.
- 99 SABINO, José. Líder Comunitário. Entrevista. Depoimento Pessoal. 2000.
- 100 SACHS, Ignacy. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond 2000. 96 p.
- 101 SACK, Robert D. *Human Territoriality. Its Theory and Hystory*. Cambridge University Press. 1986.
- 102 SADER, Emir. A ecologia será política ou não será. In: GOLDENBERG, M. (coord.) *Ecologia, ciência e política: participação social, interesses em jogo e luta de idéias no movimento ecológico*. Rio de Janeiro. Ed. Revan, 1992, p. 135 – 142.
- 103 SADER, Emir. *Quando os novos personagens entraram em cena*. Experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo, 1970 – 1980. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

- 104 SANTOS, Milton. Metr pole: a força dos fracos é o seu tempo lento. Santa Maria. *Ciência & Ambiente*, IV, n  7, jul – dez, p. 7 – 31, 1993.
- 105 SANTOS, Milton. *Os espaços da globalização*. Colóquio “Análise do Sistema-mundo e da Economia Mundial” GEMDEV – Paris, fev. 1993, p. 9 (datilografado).
- 106 SANTOS, Milton. *Metamorfose do Espaço Habitado*. Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia. 5. Ed. São Paulo : Hucitec, 1997.
- 107 SANTOS, Milton. *A Natureza do espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção*. São Paulo: HUCITEC, 1997.
- 108 SANTOS, Milton. *Espaço & Método*. São Paulo: Nobel, 1997. (Coleção espaços).
- 109 SANTOS, Milton. *O espaço do Cidadão*. 4. Ed. São Paulo: Nobel, 1998. (Coleção espaços).
- 110 SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único   consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- 111 SANTOS, Roberto Recart. Professor – pesquisador. Assessor do Projeto Nossa RUA. Entrevista. Depoimento pessoal. 2001.
- 112 SCHERER-WARREN, Ilse. *Movimentos Sociais: um ensaio de interpretação sociológica*. Florianópolis : Editora da UFSC, 1984.
- 113 SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes de Movimentos Sociais*. São Paulo: Ed. Loyola, 1993. 143 p.
- 114 SCHERER-WARREN, Ilse. *Cidadania sem Fronteiras: ações coletivas na era da globalização*. São Paulo: Hucitec, 1999. 95 p.
- 115 SCHORE, Cris. Comunidade. In. OUTWHAITE, Willian; BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do Pensamento Social do Século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ED. 1996. P. 115 – 117.
- 116 SEABRA, Odette; CARVALHO, M nica de; LEITE, José Correa. *Território e Sociedade: entrevista com Milton Santos*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. 2000. 127 p.
- 117 SENEAL, G. Aspects de l’imaginaire spatial: identit  ou fin des territoires? *Annales de Géographie*, n  563, 1992.
- 118 SERRES, Michel. *O Contrato Natural*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira. 1991. 142 p.
- 119 SINGER, Paul ; BRANT, Vinicius C. *São Paulo: o povo em movimento*. Petrópolis: Vozes, 1980.
- 120 SILVA, Armando Correa da, O território da consciência e a consciência do Território. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Ad lia de; SILVEIRA, Maria Laura (Org.). *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1994. 257 – 260p.
- 121 SOUZA, Marcelo Lopes de. *O desafio metropolitano: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras*. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2000. 368 p.
- 122 SOUZA, Marcelo Lopes de. Uma crise e o seu “day after”: a situação dos movimentos sociais urbanos. In: *O desafio metropolitano: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras*. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2000. P. 140 – 178 .

- 123 SOUZA, Marcelo José Lopes de. Algumas notas sobre a importância do Espaço para o Desenvolvimento Social. *Revista TERRITÓRIO*. Rio de Janeiro: LAGET/UFRJ. Ano II, nº 3, Jul/Dez. 1997. 13 – 35p.
- 124 SOUZA, Marcelo José Lopes de. O Território: sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. IN: CASTRO, Iná Elias de; GOMES Paulo César da Costa; CÔRREA, Roberto Lobato. *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 1995. 77 – 116 p.
- 125 TAYLOR, Peter. Territory state and nation. *Political Geography*, Longmano Group Limited. 1985. p. 95 – 140.
- 126 TEIXEIRA, João Paulo. Líder comunitário. Entrevista. Depoimento pessoal, 2000.
- 127 TEIXEIRA, João Paulo. *Avaliação da Eleição da Sociedade Amigos de Bairro* realizada em 16 de junho de 1985. Carta de informação pessoal. Junho de 1985.
- 128 TEIXEIRA, José Paulo. *Escritos militantes: agonia militante e socialismo agônico*. Florianópolis : Editora do Autor, 1996. 136p.
- 129 TEIXEIRA, José Paulo. *Nos tempos do Zé: um estudo sobre o PMDB e o Governo Popular em Criciúma (1983 – 1988)*. Florianópolis : Instituto Cidade Futura, 1999. 164p.
- 130 TEIXEIRA, José Paulo. *Os donos da cidade*. Florianópolis : Insular, 1996. 241p.
- 131 TEIXEIRA, Maria Cristina. Líder comunitária. Entrevista. Depoimento pessoal. 2000.
- 132 TONNIES, Ferdinand. *Gemeinschaft und Gesellschaft*. Londres: MI University Press, 1887/1955.
- 133 TRIBUNA CRICIUMENSE. Jornal. Edições diversas entre os anos 1956 – 1997.
- 134 TRIBUNA DO DIA. Jornal. Edições diversas dos anos 1997 – 2000.
- 135 TRINDADE JR., Saint-Clair Cordeiro da. Estrutura, processo, função e forma: aplicabilidade à análise do espaço intra-urbano. In. CARLOS, Ana Fani A. (Org.) *Ensaio de Geografia Contemporânea*. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 133 – 140.
- 136 TRINDADE JR., Saint-Clair Cordeiro da. Sujeitos Políticos e Territorialidades Urbanas. In. DAMIANI, Amélia Luísa, CARLOS, Ana Fani Alessandri, SEABRA, Odette Carvalho de Lima (org.) *O Espaço no fim de século: a nova realidade*. São Paulo: Contexto, 1999.
- 137 TRINDADE JR., Saint-Clair Cordeiro da. Agentes, redes e Territorialidades Urbanas. *Revista TERRITÓRIO*. Rio de Janeiro: LAGET/UFRJ. Ano III, nº 5, Jul/Dez. 1998. 31 – 50 p.
- 138 TUAN, Yi-Fu. *Topofilia: um estudo de percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. São Paulo: DIFEL, 1980.
- 139 TUAN, Yi-Fu. *Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência*. Trad. De Livia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1983.
- 140 TZU, Sun. *A arte da guerra*. Tradução de Sueli Barros Cassal. Porto Alegre: L& PM, 2000.

- 141 VIOLA Eduardo J.; LEIS, Héctor Ricardo. Desordem global da biosfera e a nova ordem internacional: o papel organizador do ecologismo. *In: LEIS, H. R. (org.) Ecologia e política mundial*. Rio de Janeiro: Fase em co-edição Editora Vozes e AIRI/PUC-Rio, 1991. p. 23 – 50.
- 142 VIOLA, Eduardo J.. O movimento ecológico no Brasil (1974-1986): do ambientalismo à ecopolítica. *In: PADUÁ, J. A. (org.) Ecologia e política no Brasil*. Rio de Janeiro Espaço e Tempo/Iuperj, 1987. p. 63 – 109.
- 143 VIOLA, Eduardo J.; LEIS, Héctor Ricardo. A evolução das políticas ambientais no Brasil, 1971 – 1991: do bissetorialismo preservacionista para o multissetorialismo orientado para o desenvolvimento sustentável. *In: HOGAN, D. J.; VIEIRA, P. F. (orgs.) Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável*. Campinas: Unicamp, p. 73 – 102. 1992.
- 144 VIOLA, Eduardo J.; NICKEL, J. W. Integrando a defesa dos direitos humanos e do meio ambiente: lições do Brasil. *Novos estudos Cebrap*, 40: p. 171- 184. 1994.
- 145 VIOLA, Eduardo J.; VIEIRA, P. F. Da preservação da natureza e do controle da poluição ao desenvolvimento sustentável um desafio ideológico e organizador do movimento ambientalista no Brasil. *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro: FGV, v. 26, n. 4, p. 81 – 104. Out – dez. 1992.
- 146 VOLPATO, Terezinha Gascho. *A pirita humana: os mineiros de Criciúma*. Florianópolis : Editora da UFSC / Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1984. 160 p.
- 147 VOLPATO, Terezinha Gascho. *Os trabalhadores do carvão: a vida e as lutas dos mineiros de Criciúma*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 1989.